

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Nº 0003/AM/19, de 24/04/2019**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Manuel Sobreiro Ferreira, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Adelaide Pereira da Conceição, Edite Maria Pascoal da Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, João Paulo Antunes dos Santos, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Felismino Carreira, Edgar Jacinto Domingues, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, António José Cardoso Pires da Silva, Maria Virgínia Pinto Bonifácio Magalhães Leitão, Manuel Freire Barros, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Aldina dos Santos Pedro, Elisabete Maria dos Santos Alves, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Pedro Miguel Silva Pinto, Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sílvio Mota Santos, Pedro Manuel Neves da Silva, Gonçalo José Simões Ramos, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Carla Longo, Paulo Manuel Lucas Duarte, Carlos José Mendes Santos, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 22/02/2019;

Ponto 1.2. Leitura, discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 22/03/2019;

Ponto 1.3. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.4. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais e Certificação Legal de Contas – Ano de 2018;

Ponto 2.3. Apreciação do Parecer Anual do Auditor Externo, para efeitos do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Para conhecimento;

Ponto 2.4 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Revisão ao Orçamento para 2019 e Grandes Opções do Plano 2019/2022;

Ponto 2.5. Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2018 - Para conhecimento;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 1.ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Pombal para o ano de 2019;

Ponto 2.7. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 3.º Trimestre de 2018 - Para conhecimento;

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a concessão e exploração da Quinta de Sant'Ana – Redinha;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos



MUNICÍPIO DE POMBAL

e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro – Agropecuária Valinho, S.A.;

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Reconhecimento do Interesse Público Municipal do Projeto Bacia de Saneamento do Carriço, Moita do Boi e Antões - 4.ª fase – Rede de drenagem dos lugares de Alhais, Claras, Silveirinha Pequena, Silveirinha Grande, Vieirinhos e Fontinha e estação elevatória de Alhais;

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Regulamento da Feira de Gado do Castelo;

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a contratação de fornecimento de energia elétrica – Pedido de autorização de despesa e assunção de compromissos para os anos económicos seguintes;

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Ponto 2.14. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dra. Ana Cabral, Dr.ª Ana Gonçalves, Eng.º Pedro Murinho, Dr. Pedro Brillhante, Eng.º Narciso Mota, Dr. Michael António, Dra. Anabela Neves e Dra Odete Alves .

Presidiu à sessão Maria Fernanda Lopes Guardado Marques como Presidente e foram secretários Manuel Sobreiro Ferreira, como 1.º Secretário, e Edite Maria Pascoal da Silva, como 2.ª Secretária.

Posteriormente, procedeu-se à chamada, sendo que a **Senhora Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Nuno Carrasqueira, que acabou por ser substituído por Edite Maria Pascoal da Silva;

De José Gomes Fernandes, tendo sido chamada a substituí-lo Maria da Conceição de Freitas Anastácio;

De Cláudia Sofia da Costa Duarte tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, João Pedro Abegão Matias, que acabou por ser substituído por Felismino Carreira;

Da Bancada do Partido Socialista:

De Patricia Inês dos Santos Carvalho, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, Elisabete Maria dos Santos Alves;

Guilherme Manuel Gameiro Domingues e Manuel Henriques Nogueira de Matos pediram a justificação da falta.

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, de Guilherme Ferreira, que substituíra Rui Domingues, que substituíra Carla Rodrigues, que substituíra Vitor Gomes, que por sua vez substituíra Joel Gomes que acabou por ser substituído por Aldina dos Santos Pedro.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Da Bancada do CDS:

De Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, tendo sido chamado a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Liliana Adelina Gonçalves Silva, que acabou por ser substituído por Pedro Pinto;

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 22/02/2019.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

“Certamente leram a ata. Alguém tem alguma coisa a dizer acerca desta ata? Não havendo inscrições, vamos à votação. Quem vota contra a ata da sessão de 22 de fevereiro? Quem se abstém? A ata foi aprovada por maioria, com cinco (5) abstenções, porque não estiveram presentes. Muito obrigada.”

Colocada a ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2019 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções, por ausência da respetiva sessão.

Ponto 1.2 Leitura, discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 22/03/2019.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

“Então, vamos agora passar ao Ponto n.º 1.2, Leitura, discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 22/03/2019.

Quem se quer inscrever para fazer algumas considerações a esta ata? Não havendo inscrições, vamos à votação. Quem vota contra esta ata? Quem se abstém? Então, a ata da reunião extraordinária foi aprovada por maioria, com quatro (4) abstenções. Muito obrigada.”

Colocada a ata da sessão extraordinária de 22 de março de 2019 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro abstenções, por ausência da respetiva sessão.

Ponto 1.3 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

A **Presidente da Assembleia** passou a dar conhecimento do expediente recebido na Mesa, o qual se encontra disponível para consulta, fazendo a seguinte intervenção:

“Agora, passando ao Ponto n.º 1.3, Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais. A correspondência, à medida que vai sendo recebida nos serviços, vai sendo encaminhada para os Srs. Deputados, e por isso, não tenho aqui mais nenhuma correspondência para dar-vos conhecimento da mesma.

Neste caso, vou apenas dizer-vos que chegou à Mesa um requerimento a solicitar a consulta de um processo pelo Sr. Deputado Pedro Pinto. Devo dizer-vos que este requerimento vai ser



MUNICÍPIO DE POMBAL

encaminhado por mim para o Sr. Presidente de Câmara. Portanto, estão ao corrente da situação.”

Ponto 1.4 – Intervenções na generalidade.

A Presidente da Assembleia tomou a palavra como se transcreve:

“Quem se inscreve neste ponto? Mais alguém se quer inscrever neste ponto? Muito obrigada pelas vossas inscrições. Vamos agora fazer a distribuição do tempo. O tempo está assim distribuído: temos sete inscrições do PSD, cada elemento que se inscreveu dispõe de quatro minutos; temos três inscrições do PS, cada deputado dispõe de três minutos; do Movimento Pombal Humano temos quatro inscrições, cada deputado tem dois minutos e quarenta e cinco; do CDS temos duas inscrições, cada deputado tem três minutos; e do Bloco de Esquerda temos uma inscrição, a Sra. Deputada tem quatro minutos.

Vamos, então, agora começar as intervenções. Sr. Deputado Ricardo Ferreira, se faz favor.”

Ricardo Ferreira (CDS-PP):

“Muito boa tarde a todos. Começar por cumprimentar a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, e na sua pessoa, toda esta Assembleia.

A minha intervenção hoje prende-se, em primeiro lugar, com temas da ordem do dia, das passadas semanas também, o primeiro deles tem a ver com a atribuição de mais uma bandeira ao Município de Pombal, neste caso a Bandeira de Cidade de Excelência – que não vou elogiar, porque haverá certamente quem o faça a seguir. Mas, sobre isto, o que nos preocupa a nós, CDS, tem que ver com um dos critérios de atribuição desta bandeira, que é uma distinção entregue pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, e é entregue com base em projetos desenvolvidos ou que estão em vias de desenvolvimento por este Município, pelo Município de Pombal. E o que nos merece especial atenção tem a ver com o projeto de implementação do Bike Sharing, um sistema de bicicletas de uso partilhado na cidade de Pombal.

Ora, sobre este tema, tivemos acesso aos contratos que o Município já celebrou com a empresa de nome Órbita – aliás, uma empresa que tem estado na ordem do dia nos telejornais e nos jornais pelos maus motivos, e é isso que nos traz aqui hoje, com uma notícia do Jornal de Negócios do dia 13 de abril, em que podemos ler que a Órbita, empresa portuguesa fabricante de bicicletas, viu a maioria dos seus trabalhadores a rescindirem por salários em atraso, e a EMEL a rasgar um contrato de vinte e três milhões de euros (23.000.000€), sendo que há ainda um pedido de insolvência por parte de uma empresa de Águeda. Ou seja, para já, não temos conhecimento de que este projeto esteja realmente aplicado na cidade de Pombal; no entanto, o Município já assinou dois contratos com a empresa, o primeiro deles em 7 de março de 2017 (data de publicação), por um valor de sessenta e cinco mil euros (65.000€) e com um prazo de execução de cento e cinquenta dias. Ora bem, cento e cinquenta dias, desde 2017, já passaram muitos meses, e até ao momento não registamos nada sobre a implementação deste sistema de bike sharing. Este mesmo contrato contempla uma cláusula n.º 5, que diz: “Em caso de atraso na entrega de bens e serviços, o Município de Pombal aplicará uma sanção contratual por cada dia de atraso, em valor correspondente a zero vírgula cinco por cento (0,5%) do preço contratual dos mesmos.”

Portanto, a minha pergunta seria, em primeiro lugar, se o Sr. Presidente nos consegue garantir que este projeto vai efetivamente para a frente, dadas as notícias que temos sobre a empresa, sobre a situação de irregularidades no cumprimento de contratos com outras empresas municipais e afins, e no fundo, se esta taxa pelo atraso foi efetivamente cobrada, ou se vai ser, pelo prazo de execução não ter sido cumprido.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Depois, o segundo ponto tem a ver com o concurso “Sete Maravilhas da Doçaria Portuguesa”. Registámos com algum agrado o facto de o Município de Pombal ter candidatado desta vez dois doces típicos do nosso concelho, à semelhança daquilo que tínhamos sugerido há umas Assembleias atrás, no caso sobre as “Sete Maravilhas Gastronómicas”, onde Pombal não teve nenhum prato a concurso. Desta vez teve dois. Mas, curiosamente, no dia em que tivemos esta notícia, estávamos no Louriçal e pudemos ver uma estátua em forma de biscoito, e que nos fez lembrar e pensar por que é que o biscoito do Louriçal não foi também candidato. Portanto, gostávamos de ter uma resposta sobre isso. É tudo, para já. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Boa tarde a todos. Cumprimento a Sra. Presidente da Mesa e os Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, os meus distintos colegas da Assembleia Municipal, os Srs. Representantes da comunicação social aqui presentes e o público.

E queria dizer-vos que hoje, véspera de 25 de abril, nós temos uma reunião importante, calhou neste dia, com significado muito simbólico para aquilo que vai acontecer amanhã, que são as comemorações do 25 de abril em Pombal e em todo o país. Eu apelo a todos a uma participação nas iniciativas desenvolvidas pela Câmara em Pombal. E quero manifestar também que, quarenta e cinco anos depois do 25 de abril, nós estamos a viver em democracia, em liberdade, estamos aqui com a possibilidade de exprimirmos livremente as nossas opiniões, como as podemos exprimir na rua, e o 25 de abril tem que ser olhado para a frente, e não para trás. É uma data a comemorar, mas nós temos que fazer dos princípios do 25 de abril os nossos princípios de vida todos os dias. Por isso, os discursos, as manifestações de intenções – que, enfim, toda a gente tem o direito a fazer e, naturalmente, cada um escolherá a melhor maneira de o comemorar – não passam disso mesmo. O 25 de abril é quando nós quisermos, é todos os dias.

E por isso, queria chamar também à atenção que uma das coisas que se propôs acabar foi com a discriminação, com a discricionariedade, com as injustiças, que infelizmente ainda persistem no nosso país. E estava aqui a ler uns excertos do Jornal de Notícias, do Diário das Beiras, a propósito das reclamações dos Srs. Autarcas da região centro, desta nossa região, por causa da falta de apoios às Câmaras, às associações, depois do que aconteceu no dia 13 de outubro, com o furacão Leslie. O Conselho de Ministros foi célere, a 18 de outubro, a aprovar que não era preciso o estado de calamidade para se estabelecer um fundo de apoio municipal, estabeleceu verbas, e o que é um facto é que, passados estes meses todos, as Câmaras Municipais continuam a reclamar a distribuição dessas verbas. E Câmaras como a de Condeixa, Montemor-o-Velho, Soure, que curiosamente nem sequer são Câmaras do PSD, Figueira da Foz, em que o João Ataíde, agora promovido a Secretário de Estado, naturalmente terá, provavelmente, a possibilidade de dar um empurrão ao Governo, porque todos responsabilizam essencialmente, não o Ministério do Ambiente e Planeamento, e o Ministério da Agricultura, pela inexistência destes apoios. A CCDRC já afirmou claramente que os apoios são da exclusiva iniciativa do Governo. Isto é para vermos a diferença que há entre o país real em que vivemos, as promessas que ouvimos todos os dias, e o país virtual que nos oferecem.

Também vos queria referir aqui que de uma análise muito breve do Portugal 2030, enfim, os fundos comunitários que virão, com menos oito por cento (8%) de financiamento de fundos comunitários do que no programa anterior, excluem praticamente aqui a região centro, e nomeadamente algumas áreas em que são extremamente importantes alguns investimentos, nomeadamente IC8 e IC2, a aposta estratégica é claramente nas infraestruturas aeroportuárias, nas energias, e não estamos contra isso, mas o que é um facto é que é uma falta de apoio enorme,



MUNICÍPIO DE POMBAL

carências sentidas há muitos anos aqui na região centro, nomeadamente na requalificação do IC2 e do IC8. E isto não pode passar em claro.

Recebi, enquanto membro desta Assembleia, no Conselho de Comunidade do Pinhal Litoral, um abaixo assinado das populações das Freguesias da Redinha e Pelariga, em que reclamam do facto de, via ACES, estar a ser proposto o seu encaminhamento para a assistência médica em Almagreira, não havendo transporte adequado para essas populações. Eu estive – e depois darei à Sra. Presidente da Assembleia para distribuir por todos – numa reunião do Conselho da Comunidade, em março, e nessa reunião do Conselho da Comunidade estes problemas foram todos levantados, esteve presente o Sr. Presidente do ACES Pinhal Litoral, Dr. Pedro Sigalho. Eu, enquanto membro desta Assembleia Municipal, entre outras coisas – para terminar, e desculpem estar a alongar-me um bocadinho, mas para vos dar eco daquilo que foi a minha intervenção lá – informei que os Presidentes das Juntas de Freguesia tomaram já uma posição relativa à questão da escassez dos recursos humanos, solicitando a resolução desta situação. Referi também que os Municípios, e nomeadamente o Município de Pombal, tem feito um grande esforço para ser parte da solução dos problemas, e só levantamos questões quando é necessário, com o objetivo de se encontrar soluções. É necessário saber qual é a estratégia da ARS Centro, uma vez que o ACES não tem autonomia em termos de recursos materiais e financeiros. É importante ser disponibilizado um plano de atividades para saber como se há de perspetivar o futuro, porque era uma das responsabilidades que estava no representante do ACES Pinhal Litoral para esta reunião, entregar o plano de atividades da ARS Centro para a nossa região, e não esteve presente esse plano. Na minha opinião, o futuro passa pelas USF, pelo facto da interação entre os diferentes trabalhadores ser feito em grupo, mas deve ser numa lógica de medicina de proximidade.

Pronto, mais uma série de questões, informando que as autarquias poderão ser uma ajuda importante nesta política de proximidade. No entanto, desconhece-se qual é a estratégia da ARS Centro nestas matérias. Por outro lado, os Municípios estão a ser confrontados com a descentralização, sem que tenham sido definidas estratégias para o efeito, e que, por isso, tem que ser aclarada esta situação. Nestes termos, entendo que tem que se exigir à tutela esclarecimentos sobre qual o caminho que pretendem percorrer, e como querem fazer a articulação com as regiões e com as autarquias. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Virgínia Leitão, faça favor.”

Maria Virgínia Leitão (NMPH):

“Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Fernanda Guardado, e restantes membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Diogo Mateus, e vereação, Exmos. Colegas e munícipes:

Decorrido cerca de mandato e meio de Executivo PSD, presidido pelo Dr. Diogo Mateus, é tempo mais que suficiente para se concluir, ou não, se este tem demonstrado aptidão para o exercício do cargo. É caso para perguntar: Diogo Mateus tem presidido ao Município de Pombal de forma capaz? Claro que sim. Capaz, sim, de manter o seu poder sem necessidade de grande esforço para tal, sem grande arrojo em iniciativas municipais, traduzindo-se tal exercício em que Pombal seja hoje uma cidade cada vez mais triste. O Município tem exibido vários prémios, classificações de diversa natureza; todavia, e apesar disso, não se reflete a sua autoapregoad “boa governação” no dia a dia dos Pombalenses.

Muito se esperou do exercício do Sr. Presidente, Dr. Diogo Mateus, e sua equipa. Aliás, esperança tanto mais legítima quanto a sua juventude, pois não é demais lembrar que V. Exa. é o primeiro Presidente do Executivo Camarário que não viveu o período da ditadura. É um produto



MUNICÍPIO DE POMBAL

de abril, é um fruto de abril. Ora, tal como na revolução de abril, que muito prometia, V. Exa. pouco cumpriu. Até hoje, Pombal, sob o seu exercício, não conseguiu qualquer obra emblemática suscetível de marcar duradouramente as suas presidências – obra, seja de iniciativa municipal, seja de iniciativa privada.

Urge, então, que V. Exa. esclareça: para quando o Parque Verde da cidade? Para quando a Escola Superior na área florestal em Pombal, prometida por V. Exa. na abertura oficial da 2.ª Feira Nacional da Floresta, em maio de 2018? Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

Muito obrigado, Sra. Presidente. Começo por cumprimentar a Sra. Presidente, e na sua pessoa, todos os presentes. Boa tarde a todos.

Quería abordar o Sr. Presidente do Município em duas questões, e começava pelo seguinte: Sr. Presidente, chegou ao nosso conhecimento que o Município está a enviar, e bem, para as associações culturais, desportivas, juvenis, etc., um ofício para atribuição de apoios financeiros, nalguns casos requerendo a evidência no relatório e contas da descrição dos montantes e das finalidades com que os mesmos foram atribuídos, noutros casos a fundamentação e valor do pedido, vários orçamentos, obras a realizar e os documentos financeiros – leia-se relatório de contas, plano de atividades e orçamentos aprovados – bem como as atas que confirmem os órgãos sociais em exercício.

Ora, gostaríamos que o Sr. Presidente explicasse como é que no primeiro caso apresentado quer que as associações em causa discriminem o valor recebido e a utilidade do apoio no relatório de contas, se os mesmos, pelo que sabemos, ainda não foram atribuídos pelo Município, ou seja, não chegaram às respetivas contas bancárias das associações, para que estas lhes deem o respetivo destino. Sr. Presidente, antes de exigir dos outros, importa cumprir a sua parte.

Já no segundo exemplo, também concordamos com o teor do ofício, mas entendemos que deve este ser dirigido às atividades ditas correntes das associações em causa. Ora, o Sr. Presidente sabe que existem também na vida das associações factos e acontecimentos furtivos, fruto de fenómenos que não derivam da vontade dos responsáveis das associações, sejam estes fenómenos naturais – exemplo, Leslie – ou humanos da maldade – assaltos e vandalismo – provocando a destruição de equipamentos de valor significativo, cuja lenta reposição pode condenar inclusive a continuidade das associações afetadas por estas calamidades. Ora, sendo estes casos excecionais e conhecidos publicamente, parece-lhe bem estar a exigir essa documentação? Não serão estes casos merecedores de soluções excecionais?

Segunda questão, Sr. Presidente: decorreu no passado dia 16 de março a Convenção Autárquica do PSD, na qual o Sr. Presidente anunciou, com pompa e circunstância, estarem em curso negociações para a instalação de doze novas empresas no concelho. Supomos que se referia a unidades industriais, caso contrário o anúncio, por si, não faria sentido. Mas, não duvido de que era a este tipo de empresas que se referia. Neste sentido, e para não lhe exigir um exercício mental de grande esforço, o CDS quer perguntar-lhe de forma muito objetiva se está em condições de apresentar aqui cinco, cinco nomes de unidades industriais interessadas em instalar-se no concelho, em concreto, em que parques industriais, e se pode adiantar de que tipo de indústrias estamos a falar, e quantos postos de trabalho irão criar. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Ofélia Moleiro.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, os colegas da Assembleia Municipal, a comunicação social, e a todos desejo uma boa sessão de trabalho e de cidadania.

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, como o Sr. Deputado João Coucelo referiu, dá-se a coincidência de esta sessão coincidir com o dia 24 de abril, e portanto, não posso deixar de evocar a revolução de abril de 1974, porque na verdade, nós estamos aqui por causa dela, estamos aqui todos, todos os que fomos eleitos, representando os cidadãos de Pombal, como consequência dessa revolução. Uma das mais impactantes conquistas do 25 de abril concretizou-se precisamente no Poder Local e na Legislação posterior que veio dar voz e participação aos cidadãos nas decisões das autarquias. E o art.º 109.º da Constituição determina a participação direta e ativa de homens e mulheres como sendo a base do sistema democrático português – português ou em qualquer parte do mundo, evidentemente. Assim, para além da eleição para os cargos autárquicos, os cidadãos têm o dever de acompanhar o exercício das funções dos eleitos. Isto constitui a democracia participativa. E como já foi referido, é aqui que nós podemos exprimir livremente as nossas opiniões enquanto eleitos, na pluralidade própria dos Partidos e dos movimentos cívicos que elegeram deputados.

O Poder Local Democrático, que tanto contribuiu para o desenvolvimento do nosso país nestes quarenta e cinco anos, é o corolário do 25 de abril – um dos corolários. O Estado Social, o Serviço Nacional de Saúde, as eleições livres, a liberdade sindical, o direito de todos à educação, a liberdade de imprensa, e muitas, muitas outras vantagens, são valores que conquistámos no pós-25 de abril. Aperfeiçoar a democracia, humanizar a sociedade, proteger o ambiente, inflitando as terríveis e dramáticas alterações climáticas, combater o terrorismo e todas as formas de violência, promover a participação dos jovens e de todos os cidadãos na construção contínua de uma sociedade mais justa e próspera, são as prioridades para o nosso futuro. Devemos lutar pelo pluralismo e abertura dos Partidos contra a unanimidade sem crítica, pela modernização dos processos e pela conduta ética de todos os políticos.

Amanhã homenagearemos Salgueiro Maia, o nosso herói do 25 de abril. Saibamos honrar a sua memória e o seu grande legado, assumindo o compromisso para o futuro. Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Ofélia Moleiro. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Boa tarde a todos os presentes. Antes de iniciar, queria perguntar à Presidente da Mesa o que é que ficou combinado na última reunião de líderes de Bancada. Eu penso que as recomendações, as saudações e as propostas eram para ser apresentadas antes do PAOD, tendo um tempo de três minutos para cada uma, e dois minutos para cada Líder de Bancada comentar, se fosse caso disso. Hoje fui impedida de apresentar os dois documentos que entreguei, antes do PAOD. Em cada Assembleia que acontece ocorrem erros graves, e quanto mais nos reunimos, mais atropelamos o Regimento. Gostava que me esclarecesse.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Pode usar o seu tempo para apresentar a recomendação sobre o combate às alterações climáticas e a saudação ao 25 de abril e ao 1.º de maio. Faça favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“O meu tempo do PAOD? Mas, não foi isso que ficou combinado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada, apresente o que tem aqui, e depois pode falar. Faça favor.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Célia Cavalheiro (BE):

“Passo a apresentar a recomendação sobre o combate às alterações climáticas:

“Um recente trabalho elaborado pelo IPMA veio tornar público que a temperatura média em cidades como Lisboa, Bragança, Coimbra, Santarém ou Beja está a subir, desde 1950, ao ritmo de 0,2 graus Celsius por década. Também em cada período de dez anos, a precipitação está a diminuir ao ritmo de quarenta milímetros, e as secas estão a tornar-se mais frequentes.

Estes e outros estudos confirmam riscos climáticos prováveis e apontam para medidas que deverão ser implementadas no âmbito de planos municipais de adaptação às alterações climáticas. As entidades locais, como os Municípios, têm um papel decisivo no combate às alterações climáticas, tendo até em conta que as áreas urbanas (onde vive hoje grande parte da população) são as principais emissoras de gases de efeito de estufa, devido principalmente à conversão e utilização da energia. Um melhor planeamento territorial, a maior eficiência das infraestruturas urbanísticas e mudanças ao nível da mobilidade e do uso dos recursos naturais são imperativos a concretizar na gestão das áreas urbanas.

Para além da elaboração de cartas de zonamento climático local em cada Município e da criação duma rede de monitorização climática à escala municipal, a instalação de painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar e a criação de redes de participação cidadã a partir de certas áreas do território, é também imprescindível a elaboração de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). Para alcançar este objetivo, a adesão ao Pacto de Autarcas, criado em 2008 pela U.E. e que congrega hoje mais de sete mil cidades europeias e cento e catorze Municípios portugueses pode ser de grande utilidade, já que na apresentação das respetivas candidaturas é obrigatória a elaboração dum plano de ação, onde terá que constar um diagnóstico do desempenho energético no território concelhio e são identificados os setores que usam mais intensivamente a energia, elementos a ter em conta na preparação de uma adequada estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas.

Assim, a Assembleia Municipal de Pombal deveria recomendar ao Executivo Camarário que:

- 1. Avalie e decida a adesão do Município ao “Pacto de Autarcas” e o seu impacto positivo para a elaboração da EMAAC;*
- 2. Sejam amplamente divulgados pelas escolas e espaços municipais os materiais didáticos e publicações disponíveis para ajudar à compreensão da necessidade de estratégias de adaptação às alterações climáticas.”Esta é a recomendação do Bloco de Esquerda.”*

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu dou-lhe mais tempo para a senhora apresentar a outra, como disse. Apresentou agora a recomendação do Bloco de Esquerda, e agora vai apresentar a saudação do Bloco de Esquerda também.”

Célia Cavalheiro (BE):

“A saudação ao 25 de abril e ao 1.º de maio:

“Há quarenta e cinco anos, no dia 25 de abril de 1974, a ação militar desencadeada pelos Capitães de Abril fez ruir a ditadura do Estado Novo. Foi o fim da PIDE, da censura, da guerra colonial, foram libertados presos políticos. O Parlamento e o Poder Local passaram a ser eleitos pela vontade popular. Depois, foi um tempo de lutas para concretizar muitos dos anseios populares: o direito à habitação, à educação, à criação do Serviço Nacional de Saúde, do salário mínimo nacional e das pensões de reforma, pela dignidade de quem trabalha.

Quarenta e cinco anos depois daquela manhã libertadora que transformou Portugal, as regiões administrativas, uma das três autarquias previstas no art.º 238.º da Constituição da República Portuguesa, ainda não foram criadas. As outras duas autarquias locais, as freguesias e os



MUNICÍPIO DE POMBAL

Municípios, continuam a não ter as competências necessárias para responderem da melhor forma aos problemas das populações. E os meios financeiros atribuídos às autarquias não têm respeitado a Lei das Finanças Locais.

No próximo 1.º de maio assinalam-se os acontecimentos de Chicago, as manifestações pela redução da jornada de trabalho diária para as oito horas. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

Em Portugal, neste 1.º de maio de 2019, estamos num tempo novo, de valorizar o trabalho e quem trabalha, de valorizar o emprego digno, de combater a precariedade e os baixos salários. Estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores e a estagnação das carreiras, em resultado das políticas neoliberais.

É tempo de repor condições de trabalho dignas, de combater o trabalho precário e de reconquistar direitos sociais e laborais. É tempo de dinamizar a contratação coletiva.

O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta em muitos países por melhores salários e condições de vida, por pensões dignas e pelo fim da precariedade, enfrentando as políticas da Comissão Europeia e do BCE contra o mundo do trabalho.

Assim, a Assembleia Municipal de Pombal, reunida em sessão ordinária em 24 de abril de 2019, delibera:

Saudar o dia 25 de abril de 1974 que pôs fim à guerra colonial, à censura e à ditadura fascista do Estado Novo, e saudar o 1.º de maio, pela negociação coletiva, pelo aumento de salários, contra a precariedade, por emprego digno e com direitos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Foi uma saudação do Bloco de Esquerda? Entendi bem? Pronto. Fica registada em ata.”

Vamos passar, então, ao Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.

Manuel Barros (NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Apresento as minhas saudações democráticas à Sra. Presidente, à Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, e a todos os Srs. Membros da Assembleia.

A minha intervenção é muito curta, e é apenas para pedir ao Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento. Existiam no átrio de entrada dos Paços do Concelho três placas evocativas de visitas de Presidentes da República a este concelho. Naturalmente, essas placas constituem uma homenagem dos visitados aos ilustres visitantes. Hoje, ao entrar, verifiquei que tinha havido uma renovação, e que essas placas não se encontravam ali. Ora, eu não quero crer, enfim, que tenham sido pura e simplesmente suprimidas. Por isso, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente o que é que aconteceu, o que é que visa fazer com tais placas, se encontrou algum local mais condigno para as colocar, ou o que é que se passa com isso. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Acácio.”

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Sr. Presidente, em todos os territórios o saneamento é uma enorme necessidade, e na Ilha, a população tem uma enorme urgência na ligação à rede. O que lhe peço é o ponto de situação para a conclusão desta obra importantíssima para aquelas pessoas, comércio e empresas da Ilha.

Sr. Presidente, também o projeto da Praia do Urso é antigo. Agora parece que é bandeira para alguns, mas não é, porque há muito que o Executivo do PSD da Guia, antes da agregação de freguesias, já defendia esta valência na freguesia e no concelho. Agora, com as vias rodoviárias



MUNICÍPIO DE POMBAL

concluídas, temos todas as condições reunidas para que se possa ter mais uma praia no nosso concelho. O que eu questiono, Sr. Presidente, é se as negociações com o ICNF estão no bom caminho, e se esta época balnear já vamos ter a costa do concelho com mais uma praia fantástica.

E se nas infraestruturas, Pombal tem uma agenda exigente, então na cultura é uma referência. Mês de março, de 1 a 24, o Município e o Teatro Amador de Pombal promoveram mais uma grande iniciativa, que foi o Festival de Teatro, com nomes e peças de referência no mundo do teatro, com três espetáculos diferentes, três oficinas a decorrer na cidade de Pombal, e em sete freguesias, e com espetáculos para todas as idades. Mas, a grande aposta foi o reforço na descentralização, alargando para nove palcos diferentes, nas várias freguesias do concelho, dando assim possibilidade às várias pessoas das freguesias de assistirem e terem mais proximidade ao teatro.

Mês de abril, de 12 a 14, o Castelo de Pombal foi palco de mais uma grande iniciativa, o Mercado Medieval, este ano com o tema “A Reconquista Cristã”. Continuando a política dos últimos anos de crescimento do evento, foi alargada a área de exposição, com mais participação de expositores, destacando a parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, participação do Teatro Amador de Pombal na animação, maior número de visitantes, uma iluminação no castelo fantástica, várias atividades alusivas à época, continuando assim o sucesso da aposta política no castelo. Desde a reabertura ao público, em 2014, o Mercado Medieval tem vindo a consolidar-se na agenda das festividades do concelho e da região.

Termino, felicitando a cultura no Concelho de Pombal. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado. Cumprimento a Sra. Presidente, a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os meus ilustres colegas desta Assembleia.

Sr. Presidente, o Município de Pombal tem tido, de há uns anos a esta parte, e tem implementado o Orçamento Participativo, e ainda bem. No entanto, este ano fomos surpreendidos com a divulgação de um documento, que andou aí na praça pública, e que é do seguinte teor, e passo a citar: “Sr. Vereador, são evidentes os elementos de descontrolo, ilegitimidade e ingerência política no processo. Não aceito a edição de lista sem cumprir os mecanismos regulamentares aplicáveis, despacho do Presidente de Câmara. É um facto grave e revelador de muitos elementos que caracterizam a atuação de quem coordena o processo. Agradeço que prepare a fundamentação que permita à Câmara sustentar a forma irregular como conduziu o processo.”

Fim de citação.

Sr. Presidente, não nos interessa aqui a parte judicial, porque essa estará entregue a quem de direito e às instâncias judiciais; interessa-nos aqui a parte política, até porque é essa que também cabe aqui nos poderes de fiscalização desta Assembleia.

Posto isto, Sr. Presidente, e atendendo ao teor deste despacho de V. Exa., perguntamos: a que elementos de descontrolo é que V. Exa. se refere? Que tipo de ingerência política aconteceu, e em que medida é que os processos ficaram inquinados com essa ingerência? Que irregularidades V. Exa. detetou na condução destes processos?

Sr. Presidente, aquilo que ressalta disto, e é nossa opinião, é que existe, de facto, um clima de crispação no Executivo, e que não existe coesão nem confiança entre os membros do PSD que constituem esse Executivo. E uma outra pergunta se impõe: perante isto, por que é que V. Exa. não retirou pelouros ao vereador em causa?



MUNICÍPIO DE POMBAL

Finalmente, Sr. Presidente, pergunto-lhe se pode afirmar perante todos os Pombalenses que este Sr. Vereador é merecedor de toda a sua confiança. Estamos preocupados com o futuro desta casa. Um outro assunto, Sr. Presidente, que gostaria de trazer aqui tem a ver com o seguinte: nesta Assembleia tem-se falado de educação, tem-se falado de saúde, e ainda bem. Porém, um outro pilar importante da nossa democracia é a justiça. E neste particular, Pombal, no nosso modesto entendimento, também é digno de merecer alguma atenção. Fazendo aqui um relato muito sucinto, Pombal deixou de ter Tribunal de Comarca, os processos judiciais de valor superior a cinquenta mil euros (50.000€) são julgados em Leiria, isto implica que as pessoas, as testemunhas, as partes, tenham que se deslocar para Leiria, o que nem sempre é fácil, até porque temos aqui um outro dado, que já foi aqui sobejamente falado nesta casa, que é o envelhecimento da população, isto torna muitas vezes esta prática complicada. E agora mais recentemente, perdemos as execuções definitivamente para Ansião, todos os processos de execução são tramitados, julgados e decididos no Tribunal de Ansião. O nosso edifício do tribunal está obsoleto, e aquilo que nos preocupa é que gostaríamos de ter visto da parte da Câmara Municipal uma atuação proativa e uma preocupação com esta situação, o que, salvo o devido respeito, não nos foi dado qualquer feedback relativamente a isto.

Finalmente, Sr. Presidente, e para que possamos ficar esclarecidos, aproveito esta oportunidade para lhe perguntar que serviços é que vão ser instalados no antigo edifício que era das Finanças. Acho que este é um dado importante que os Pombalenses têm necessidade de saber. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Conceição Anastácio.”

Maria da Conceição Anastácio (PPD/PSD):

“Cumprimento a Mesa, na pessoa da Sra. Presidente, cumprimento o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, todos os colegas deputados, comunicação social e público presente.

Bandeira de Cidade de Excelência: pois, eu vou elogiar, ao contrário do que já foi dito. Entendo que elogiar e criticar fazem parte da verdade do ser humano. Por isso o faço, consciente. De facto, o Município tem envidado esforços no sentido de proporcionar aos habitantes um meio melhor e maior no acesso às áreas da acessibilidade, regeneração e vitalidade urbana. Além das obras já efetuadas nesse sentido, temos aquelas que estão e estarão em projeto, nomeadamente intervenções na Rua de Leiria e Mancha Pé, requalificação do corredor ribeirinho junto ao Rio Arunca, Jardim do Cardal e Jardim das Laranjeiras, implementação da PomBike, alargamento e otimização da rede de transportes urbanos.

Não obstante tudo isso, temos também a noção de que há acessibilidades básicas que ainda não estão realizadas, nomeadamente o acesso a edifícios públicos, e alguns deles municipais, para pessoas com alguma dificuldade motora.

Além do aspeto real, físico e concreto destas razões pelas quais Pombal recebeu a Bandeira de Cidade de Excelência, queria reconhecer também a parte cultural, pedagógica e humana a que o Executivo se tem dedicado. Basta ver a agenda cultural que nos tem chegado, e todos os acontecimentos, eventos e realizações ao longo destes meses de março e abril, em toda a cidade. Soube contar com todas as associações, com o melhor que existe em Pombal, colocando os municípios à frente de tudo o que é projeto humano e de mudança de mentalidade. Espera-se e aguarda-se a concretização de todos os projetos aqui referidos, de acesso e mobilidade, o mais rápido possível.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel da Mariana, se faz favor.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Manuel Lopes da Mariana (PS):

“Muito boa tarde. Boa tarde, Sra. Presidente, Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia, e todos os presentes.

A minha intervenção é uma intervenção apenas para dar conhecimento a esta Assembleia da última reunião da Comissão Alargada da CPCJ, da qual eu faço parte em representação desta Assembleia. É só para informar que nesta reunião foi aprovado o plano anual de atividades, e deste plano anual de atividades constam atividades a nível nacional, a nível regional, e também a nível local. E aproveito a oportunidade apenas – e por isso é que fiz a minha intervenção – para realçar a importância do dia 29 de abril, às onze horas, que há uma iniciativa nossa, uma iniciativa de Pombal, para que se consiga colocar o laço azul nas nossas instituições, tanto nas instituições públicas, como nas particulares, como nas associações, nas Juntas de Freguesia, de forma a que fique visível do lado de fora, para que as pessoas menos atentas se sintam provocadas e se questionem o que é aquilo, e para aquelas que já estão habituadas ao laço azul consigam ficar sensibilizadas para esta problemática, que é a problemática da prevenção dos maus tratos na infância. Portanto, esta iniciativa, acho que é de realçar, e pedir aqui aos Srs. Presidentes de Junta, que estão todos cá presentes, e a todas as pessoas que estão relacionadas com as associações, para que nós consigamos, de facto, fazer qualquer coisa que se verifique e que realce a importância destas coisas.

E também, já agora, isto é uma questão que colocaria ao Sr. Presidente, que é a seguinte: também foi referido nessa mesma reunião que estava em preparação a mudança de instalações da CPCJ, para que consigam, de facto, um trabalho que confira maior confidencialidade aos processos, essencialmente aos processos. Penso que essa é uma necessidade que já vem sendo sentida há bastante tempo, e penso que desde janeiro, mais ou menos, que a coisa está prometida, entretanto há de acontecer, e era só para o Sr. Presidente nos poder esclarecer se, de facto, já tem decisões tomadas neste sentido. E é tudo. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Nicolle Lourenço, se faz favor.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, demais deputados. Ao fazer uma avaliação daquelas que têm sido as políticas autárquicas na área da juventude, estou em crer que é necessária uma nova abordagem de trabalho e reforço do compromisso entre o Município e a juventude. A agenda municipal, com a forte componente que tem tido nas mais diversas áreas, esbarra na falta de uma agenda que contemple os jovens e que os envolva – como, aliás, podemos confirmar pela informação à Assembleia nesta área, que refere apenas a comemoração do Dia de Baden-Powell, promovida pelos Agrupamentos de Escuteiros, e que em Assembleias anteriores se tem baseado na afluência da Loja.Jov. A Semana da Juventude, que tinha sido até ao momento a única atividade relevante levada a cabo nesta área, não se realizou até à data de hoje, como tem sido prática comum em anos anteriores, não conseguindo perceber também como é que esta informação não foi dirigida ao Conselho Municipal da Juventude. Também o programa de ocupação dos tempos livres, que faz parte do programa eleitoral e acerca do qual foi apresentada proposta pela JSD nesta Assembleia, também não avançou. E é perante esta falta de dinâmica na área da juventude que quero realçar que é importante reconhecer a importância do trabalho nesta área e criar condições e oportunidades para que os jovens participem mais ativamente no desenvolvimento do seu concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para finalizar, e numa outra temática, gostaria de destacar aqui a 3.^a Semana da Saúde, que decorreu no início deste mês e promoveu várias atividades destinadas a toda a população, com a vantagem de ter sido descentralizada às treze freguesias do concelho. Conseguiu incluir na programação novas áreas temáticas, que reforçam o enfoque que nas edições anteriores já era dado, tanto às questões da alimentação, como da atividade física, e dando também destaque à celebração do Dia Mundial da Consciencialização do Autismo. E portanto, congratular também o Município, e em particular a Vereadora Ana Cabral, pelo sucesso desta iniciativa, e por ter conseguido englobar aqui uma série de entidades, tanto na Feira da Saúde, como a adesão dos cafés e pastelarias para a promoção deste tipo de atividades.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Dirijo-lhe, antes de mais, os meus cumprimentos, com votos de que dirija os trabalhos desta Assembleia com o rigor e a imparcialidade que se exigem, cumprimentos extensíveis ao Executivo, que cumprimento na pessoa do Sr. Presidente, aos Srs. Vereadores com e sem pelouros, cumprimentos ainda aos restantes membros desta Assembleia, aos Srs. Jornalistas, aos Srs. Funcionários do Município aqui presentes, e ainda ao público aqui presente.

A minha primeira intervenção é subordinada ao tema do acesso à A1 através do IC2, na zona das Meirinhas – Barracão, assunto esse que tem uma extrema importância e urgente resolução. Este assunto tem já moções propostas, questões formuladas e dirigidas às mais altas entidades competentes para tratar do assunto, e falo dos sucessivos Governos, falo da Assembleia da República, do Presidente da República, dos Ministros da Economia, Transportes e Comunicações, estas propostas, questões e pedidos foram formulados, quer da parte de Partidos políticos, quer da parte de deputados do distrito da Assembleia da República, quer de autarquias locais do Concelho de Pombal e do Concelho de Leiria. A extrema importância e urgência prende-se, conforme amplamente debatido, mas que nunca é demais recordar, com a necessidade de descongestionamento e fluidez do tráfego na Nacional 1 e IC2, não só pela mais valia em termos de segurança rodoviária, com a diminuição do risco de sinistralidade, como em termos de impacto positivo no domínio ambiental, com a redução das emissões de CO2, e em termos de desenvolvimento da indústria e da economia local e regional, e por consequência no país. A urgência prende-se ainda pelo estado em que este troço do IC2 entre Leiria e Pombal se encontra, degradado e perigoso, fruto do tráfego intenso e exagerado para a via, e falta de manutenção adequada.

Pergunto, Sr. Presidente: em que ponto estamos nas conversações entre a Câmara Municipal de Leiria e de Pombal, a Infraestruturas de Portugal e o Governo? Quando iniciam a obra? Sabendo nós que já em 2014 e 2015 foram dirigidas ao anterior Governo as moções, os pedidos e recomendações pelas autarquias locais e pelos vários Partidos e deputados, e inclusive estaria até agendada para 2014 uma reunião, na altura, com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que iria ser na presença dos Srs. Presidentes de Câmara de Pombal e de Leiria, sabendo nós também que não estará ainda aprovado o Plano Nacional de Investimento, que estará em negociações na Assembleia da República entre os Partidos – pelo menos pelo que me foi dado a conhecer – dizer que a vida das pessoas não se compadece com estes constrangimentos, que são diários e que se arrastam há anos e anos, com prejuízo para a vida das pessoas, tem morrido muita gente neste troço, têm acontecido acidentes praticamente todas as semanas, há também o prejuízo para as empresas, para a economia. E portanto, este assunto deverá ser rapidamente



MUNICÍPIO DE POMBAL

encerrado – e quando me refiro a “rapidamente”, é no imediato, ou seja, que a obra seja imediatamente concretizada, que o assunto seja encerrado de imediato, e que não se arraste por mais anos.

Mais uma questão que eu tenho para o Sr. Presidente, não se prende agora com este assunto, mas sim com um outro, que é sobre a atividade do Conselho Municipal de Segurança. O que é que tem acontecido? Têm acontecido as reuniões? Há relatórios? O que é que o Sr. Presidente nos pode dizer também sobre essa atividade? Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Presidente Gonçalo Ramos.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Muito obrigado. Cumprimento aqui a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, caros deputados e público aqui presente.

A minha abordagem vai também ser relacionada com o Orçamento Participativo, como já foi aqui feito, mas com contornos um pouco diferentes. Dizer antes de mais que a dinâmica me parece boa, o processo parece-me pertinente, e isso foi claramente notório pela mobilização que causou na freguesia que presido neste momento, porque um dos projetos existentes era precisamente na Ilha. A Junta teve conhecimento disso, era um dos oito projetos. Encetámos alguns procedimentos no sentido de apoiar, por acharmos que o interesse comum assim o justificava. Houve dois projetos aqui bastante votados – aliás, a votação acabou por ser histórica, nunca houve tanta mobilização e tanta votação nos últimos anos, pelo que, entretanto, soube. Agora, ficou aqui um sabor um bocadinho de alguma frustração, porque realmente houve uma mobilização muito forte. Parabéns aos vencedores, em Albergaria. Na Ilha, perdemos por dezoito votos. E o que fizemos aqui foi tentar ver se haveria algum enquadramento onde pudesse ser visto, com outro tipo de entendimento, o funcionamento aqui do Orçamento Participativo. E assim fizemos, e verificámos que nas normas de participação, na norma n.º 2, que diz “objetivos”, a participação coletiva da comunidade em ações que visem o bem comum está assegurada. No n.º 2, incentivos para aproximação dos munícipes à política, também está assegurada; contribuir para a educação de uma cidadania participativa, também está assegurada. E olhamos que os objetivos dos projetos existentes – e nós falamos pelo da nossa freguesia – asseguram estes objetivos todos. E por outro lado, reparámos também que na Norma 5, n.º 3, diz que o Executivo Municipal poderá vir a deliberar um aumento desta dotação em face dos projetos mais votados.

E no fundo, a intervenção neste ponto vem neste sentido, que é tentar aqui sensibilizar para que haja este entendimento, tendo em conta esta afluência que houve, este conjunto de dinâmicas que se verificou, nomeadamente nas redes sociais, e não só, para pelo menos dois projetos que mobilizaram muita gente, e que ficaram aqui distanciados por apenas dezoito votos, eu acho que há aqui alguma margem, e era no sentido de sensibilizar a Câmara e o seu Executivo para que pudesse ser acionado este n.º 3 da Norma 5.

E por fim, referir só que no passado dia 4 fizemos uma visita à freguesia com o Sr. Vereador Pedro Murinho, onde aproveitámos para ver e analisar algumas das carências que a União de Freguesias tem neste momento ao nível das vias rodoviárias, e entre outros assuntos, também as questões relacionadas com saneamento, como já aqui alguém falou hoje. No fundo, para reiterar essa necessidade que a freguesia tem nestas duas necessidades que a população vem reclamando, e que nós, Junta de Freguesia, achamos que se puder haver um entendimento no sentido de haver intervenções a curto prazo, com certeza que ficaremos todos muito satisfeitos. Muito obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Edite Pascoal, se faz favor.”

Edite Pascoal (PPD/PSD):

“Muito boa tarde. Quero cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Pombal, a Dra. Fernanda Guardado, os seus secretários, o Sr. Presidente da Câmara, Diogo Mateus, os Srs. Deputados, Srs. Vereadores, comunicação social e deputados.

A Câmara Municipal de Pombal aprovou por unanimidade o protocolo de cooperação relativo ao projeto de investigação e preparação da edição da Obra Completa Pombalina, protocolo que definirá os termos de cooperação entre o Município, como mecenas promotor, e o Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, como entidade gestora. Este projeto de investigação pretende editar a Obra Completa relacionada com Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, Primeiro Conde de Oeiras, juntando numa só obra todo o acervo, com os seus documentos escritos ou atribuídos ao Marquês de Pombal, que têm sido escritos sob a sua orientação direta, num projeto que terá uma duração de cinco anos. O montante global deste investimento ascende a um milhão e cinquenta mil euros (1.050.000€), cabendo ao Município de Pombal uma comparticipação de cento e cinquenta mil euros (150.000€) ao longo de cinco anos, num investimento municipal anual de trinta mil euros (30.000€). Para além do Município de Pombal, irão também assinar o protocolo como mecenas os Municípios de Oeiras e Lisboa (duzentos mil euros (200.000€) cada), a Universidade de Coimbra (duzentos mil euros (200.000€)), a Fundação Marquês de Pombal (cem mil euros (100.000€)), a Fundação Millennium BCP (cem mil euros (100.000€)), o Grupo Jerónimo Martins (cem mil euros (100.000€)).

A realização deste projeto é tida de maior importância para o Concelho de Pombal e para o enriquecimento do seu património histórico, cultural e identitário, constituído por um importante legado de uma relevância maior do que o seu nome pode trazer para a promoção territorial do concelho. É também uma importante oportunidade de promover o vasto espólio documental sobre a obra de Sebastião José de Carvalho e Melo, de que são detentores o Arquivo Municipal e o Acervo Municipal Marquês de Pombal, cuja difusão da edição da Obra Completa Pombalina constitui uma inegável mais valia para o Concelho de Pombal.

A coordenação científica da obra ficará sob a responsabilidade da Cátedra Infante D. Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, sediada na Universidade Aberta, ficando a gestão financeira do projeto a cargo do Instituto Europeu da Ciência e da Cultura Padre Manuel Antunes, visando concretizar a edição da Obra Completa Pombalina, de cariz científico, que será anotada e comentada criticamente de forma a torná-la acessível ao seu grande público da lusofonia.

O protocolo prevê ainda a possibilidade de integrar na equipa afeta ao projeto um investigador doutorado, originário de Pombal, representando a visão que os Pombalenses têm sobre o legado do Marquês de Pombal, e fornecendo a ligação do concelho a esta importante figura da história de Pombal. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente de Almagreira, Humberto Lopes, se faz favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento a Mesa, o Sr. Presidente de Câmara, todos os vereadores, caríssimos deputados também, público, comunicação social aqui presente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu vinha aqui falar num tema que o Rui Acácio já apanhou, o Mercado Medieval, mas eu vou continuar, porque eu tenho aqui outro sentido. Queria dar os parabéns ao Executivo por esta iniciativa, e quem esteve cá aqueles dias na cidade percebeu que é aquele tipo de iniciativas que traz pessoas, traz dinâmica, que traz também negócio ao nosso concelho. E é com base neste ponto que eu queria lançar o desafio à Vereadora Ana Gonçalves, que dá a cara por esta iniciativa, e muito bem, e o desafio será olhar para Óbidos, ali ao lado, e perceber que este tipo de iniciativas pode ser replicado e pode ser aplicado, no fundo, aqui com uma promoção integrada com as freguesias, que têm também património, que têm iniciativas – ou seja, a ideia era fazer um cartaz no ano todo, iniciativas daquele cariz e do género, dar a conhecer o nosso património, os nossos monumentos, a nossa gastronomia, mas de uma forma integrada, para ter pessoas o ano todo no Concelho de Pombal, claro que na cidade e nas freguesias, porque, no fundo, são iniciativas destas que mostram o nosso concelho, mostram as nossas gentes, e as pessoas ficam felizes e andam felizes nestes dias. Por isso, parabéns ao Executivo, parabéns à Vereadora Ana Gonçalves, e lanço aqui o desafio que certamente aceitará. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Felismino. Faça favor.

Felismino Carreira (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Em primeiro lugar, boa tarde à Sra. Presidente e à Mesa, boa tarde ao Sr. Presidente de Câmara e aos Srs. Vereadores, boa tarde aos Srs. Deputados, colegas, boa tarde ao público e à comunicação social.

Sr. Presidente de Câmara, este tema já andou por aqui, já é velho; no entanto, ainda está na ordem das circunstâncias, que é a saúde. Na região do Oeste, nomeadamente na parte onde eu mais convivo, temos problemas em termos de ter acesso às consultas. Temos problemas, porque sessenta e tal dias de espera é muito, por aquilo que eu tenho ouvido, e até tenho alguma experiência sobre isso, é muito. A Lei diz que são só quinze dias úteis, é razoável. No entanto, isto é para chamar à atenção do Sr. Presidente para fazer, se tiver algumas possibilidades, dentro dos seus conhecimentos, e também dentro daquilo que consiga, que isto seja modificado, porque as pessoas já estão revoltadas, já teve de haver intervenção da GNR para gerir conflitos na própria unidade, e isto não traz benefícios a ninguém.

Por outro lado, penso que também a Câmara – neste caso, como instituição – também tem esse dever, de fazer alguma coisa por estas situações, porque cofinancia o bem-estar; cofinancia monetariamente para que haja aqueles edifícios, aquelas obras, e penso que deve ter uma palavra também sobre esta matéria, porque, efetivamente, a Câmara está a cofinanciar obras com que eu concordo, e aceito, e acho bem, para que dentro de alguns tempos algumas pessoas sejam melhoradas nesses serviços. O que acontece é que na Freguesia do Carriço também houve melhoramentos em obras, mas a Freguesia do Carriço ficou prejudicada nesse sentido porque, efetivamente, tinha dois Centros de Saúde, passou a não ter nenhum, e se quiser consultas tem que esperar – para quando, não se sabe.

E é só isto que eu tenho dito, Sr. Presidente. Muito obrigado, e desculpe.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou a palavra, finalmente, ao Sr. Deputado João Santos, se faz favor.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD)

“Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, estimado público, funcionários, comunicação social:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Penso que todos concordamos nesta casa na importância que tem a prática desportiva. Também todos concordaremos na importância que tem a valorização do nosso património natural, como é o caso da nossa Serra de Sicó. E penso que, uns mais do que outros, mas na grande maioria todos concordaremos que numa sociedade desenvolvida como aquela em que vivemos, a responsabilidade social é algo subjacente a essa organização social, e a componente solidária que essa sociedade deve ter. Mas, é complicado encontrar momentos e iniciativas em que estas três componentes se juntem e que deem um resultado proveitoso em prol da comunidade. Mas, eu acho que todos identificamos uma situação em que isso aconteceu recentemente, falo-vos da 5.ª Edição do Trail Running Pombal Sicó, que decorreu no passado dia 7 de abril, uma organização conjunta do Município de Pombal e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal, que com três provas – o trail longo, o trail curto e a caminhada – conseguiu este ano o maior número de participantes de sempre, mais de mil e cem inscritos. Obviamente que isto é de salutar, é de salutar que em boa hora o Município e os Bombeiros se uniram em prol desta iniciativa, e é de salutar sobretudo – e é este reforço que eu quero aqui aproveitar a Assembleia Municipal para fazer este agradecimento – aos Pombalenses que aderem massivamente a esta iniciativa, e isso vê-se pelo número de inscritos, em que a grande maioria dos inscritos, praticamente setecentos, estão inscritos na caminhada. Ou seja, são cidadãos, são Pombalenses, homens e mulheres que se inscrevem, obviamente para a prática desportiva, para fruir da nossa serra, mas também para ajudar esta tão nobre causa, que é a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal. E portanto, um agradecimento a todos os Pombalenses que se mobilizam em torno desta causa, um agradecimento aos voluntários que meses antes e no dia colaboram para que isto possa ser uma realidade, seja os funcionários do Município, seja os voluntários dos Bombeiros Voluntários de Pombal, seja os funcionários e voluntários das Juntas de Freguesia e de outras entidades envolvidas. E dar aqui nota que, obviamente, as receitas desta iniciativa são muito bem aplicadas, e nos últimos anos têm sido aplicadas sobretudo num investimento em equipamentos de proteção individual para as nossas bombeiras e para os nossos bombeiros.

E portanto, quanto ao futuro, urge aqui deixar uma mensagem positiva, uma mensagem de entusiasmo, e deixar aqui nota, ou pedir aqui para que se continuem a mobilizar vontades, recursos e meios para que esta prova continue a ser uma realidade, e para que possa cada vez mais afirmar-se naquilo que é o mundo dos trails a nível nacional, e que possa cada vez mais projetar o nome de Pombal além fronteiras, que é isso para o qual todos nós devemos trabalhar, e todos nós estamos empenhados em que isso possa acontecer. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Terminámos o período de antes da ordem do dia, não há ninguém do público inscrito. Sr. Deputado João Coucelo, quer fazer a sua segunda intervenção? Faça favor, ainda há tempo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Aproveitando as palavras ali do meu colega de Bancada que falou agora, sobre os problemas da saúde na sua região, eu queria dizer-vos que a ata que eu li, em parte, será enviada à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, que depois distribuirá aos líderes das Bancadas. Ela ainda não está assinada, será na próxima reunião, mas traduz o que se passou e as preocupações que há relativamente à saúde.

Querida dizer-vos que a Câmara Municipal de Pombal, tal como outras Câmaras, tem feito um grande trabalho, e lembrar aqui a adjudicação do Centro de Saúde do Lourical, que é uma obra de extrema importância para o nosso concelho, consubstanciando uma série de iniciativas que esta Câmara há muitos anos vem fazendo para dotar o concelho de instalações de saúde com



MUNICÍPIO DE POMBAL

dignidade, assumindo ela as responsabilidades que competiam ao Poder Central. E portanto, eu espero que nós consigamos ajudar a resolver parte destes problemas que têm estado a ser levantados, por carência de pessoal, por recursos humanos que não são colocados em concursos que são abertos também pelo ACES, mas também na reconfiguração que se prevê destas áreas de prestação de cuidados, em que aguardamos as decisões da ARS do Centro, para depois nós podermos ajudar, ou criticar, ou promover as alterações necessárias para que possamos ter, realmente, uma medicina de proximidade, que neste momento não existe ainda.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, tem agora o tempo para responder às questões que lhe foram colocadas.

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde a todos, caros colegas membros da Câmara.

Vou, então, procurar corresponder ao conjunto de questões que dirigiram à Câmara, agradecendo muito também o vosso empenho para não só fazermos esta discussão, mas também conhecerem mais profundamente mais alguns detalhes.

E começamos pelo Sr. Deputado Ricardo Ferreira, sobre os contratos assinados. São, de facto, dois contratos assinados, como bem referiu. O contrato que está parcialmente executado diz respeito ao fornecimento de bicicletas, o que significa que nessa componente, há ainda duas áreas que estão por cumprir: uma que diz respeito às docas de estacionamento, e outra que tem a ver com o software, que vamos procurar, falando com a empresa, perceber em que termos é que isso ainda pode ser concretizado.

O segundo contrato é um contrato já de janeiro de 2019, e portanto, nessa altura, nada obstava para que não pudesse ser concretizado, ninguém tinha informações em sentido adverso, e isso permitiu-nos reforçar a capacidade para termos mais docas de estacionamento e mais bicicletas, de maneira a que o processo de circulação de bicicletas na cidade fosse mais desenvolvido. Esse, calculo que se não temos trabalhadores, se calhar é mais difícil conseguirmos ter as bicicletas. Confesso-lhe que nesta altura, o que me preocupa é a compatibilidade das docas com as bicicletas, porque isso, de facto, pode ser uma matéria mais particular. E portanto, é isso que temos que conversar com a empresa, para tentar perceber, porque uma coisa é o pedido de insolvência, outra coisa é a saída dos trabalhadores, outra coisa é a paragem absoluta da empresa, nomeadamente para concluir um processo, que neste caso estamos a falar de um primeiro, em que foram pagos dezasseis mil euros (16.000€), e portanto, espero que não seja muito difícil conseguirmos concretizar esta parte.

E portanto, sobre a sua primeira questão, é evidente que a ideia é concluirmos isto, até porque isto faz parte de uma candidatura que fizemos ao Programa de Financiamento de Mobilidade Urbana Sustentável, e portanto, é para ser desenvolvido. Ainda na última reunião de Câmara tivemos ocasião de aprovar o projeto que ligará as várias ciclovias que foram sendo construídas, e que ainda não tinham uma unidade funcional que lhes garantia essa unidade, e de circulação de um lado para o outro. Portanto, essa é a ideia, nem sempre temos sorte com os fornecedores, e mesmo que tivéssemos esta legítima expectativa de termos um fornecedor português, porque é uma empresa muito conhecida e com histórico, as coisas às vezes não correm bem. Não depende de nós, infelizmente, e vamos procurar, na parte que me parece mais fácil, resolver, e se isso não for possível, temos que encontrar uma solução, porque a ideia é, de facto, concretizarmos, mas são, infelizmente, vicissitudes que na gestão destes projetos sempre acabam por acontecer, às vezes por razões que nos são absolutamente estranhas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A sua segunda questão, sobre as Sete Maravilhas Gastronómicas, este ano eram doces, e o biscoito do Lourçal é salgado. Sendo salgado, não é elegível. Eu também tive essa dúvida e fiz essa pergunta à Sra. Vereadora, que disse que não pode ser; são só doces. Se são só doces, manifestamente o biscoito do Lourçal não é doce, ambos sabemos isso, e portanto, não será possível. Seja como for, vamos com aquilo que temos, e na boa expectativa de podermos concretizar.

Dr. João Coucelo, muito obrigado pelas informações que nos traz, nomeadamente no que diz respeito aos termos da própria reunião que decorreu no Conselho de Comunidade do ACES, a Assembleia agradece e a Câmara também agradece, sem prejuízo das conversas que tivemos sobre este assunto. Mas, de facto, o que me parece mais relevante é não só a Assembleia ter este acompanhamento permanente, mas sentirmos também da parte das autoridades de saúde que têm nas autarquias e nos representantes da Assembleia Municipal – eu quero aqui sublinhar que a única matéria onde o Município não é representado pelo Presidente da Câmara é no ACES, no que diz respeito à representação do Município – não é da Assembleia Municipal, é do Município, o que diz a Lei – no Conselho de Comunidade, é feita pelo representante eleito na Assembleia Municipal. É a única matéria que exceciona a Lei Geral que diz que o Município é representado, em juízo e fora dele, pelo Presidente da Câmara. É a única regra que o faz. E portanto, o Dr. João Coucelo aqui tem esta missão reforçada, para nos ir mostrando, mas percebemos, quer nas intervenções que ouvimos sobre as estradas nacionais, quer nas intervenções que ouvimos sobre as questões da justiça, percebemos, de facto, que o país não está tão bom como nos dizem que está, porque, afinal, vamos percebendo que a folga financeira que dizemos ter não serve para aquilo que precisávamos que fosse feito, que era para resolver os problemas das unidades de saúde, dos transportes, dos médicos, dos auxiliares nas escolas, dos Centros de Saúde, dos Palácios da Justiça, da requalificação das vias – já lá vamos quando chegarmos a esses pontos mais objetivos sobre este assunto.

Dra. Virgínia Leitão, eu agradeço-lhe muito o seu exercício e aqui a sua opinião. Eu não queria ser muito fastidioso, e calculo que a sua leitura atual daquilo que é uma obra emblemática – não sei se ela é mais de carácter cultural como aquela que acabámos aqui de ouvir falar pela Sra. Deputada Edite Pascoal, sobre as Obras Completas do Marquês de Pombal, trabalho que nunca foi feito, ou se, de facto, mede isso em peso de betão, e de ferro, e é isso que lhe dá a obra emblemática. Mas eu, para não a maçar muito, só lhe falava de vinte: falava-lhe do projeto da EPIS, no pré-escolar, no 1.º ciclo e no 2.º ciclo, no que diz respeito ao reforço que as escolas, como bem sabe, nunca tiveram para potenciar o seu sucesso escolar, muito antes de haver financiamento comunitário para estas matérias. E vou falar-lhe de vinte aprovadas por unanimidade na Câmara – vinte aprovadas por unanimidade na Câmara – que eu acho que, de facto, fazem uma grande diferença. Falo-lhe do reforço da ação social escolar no 1.º ciclo, por exemplo; falo-lhe desse passo importantíssimo que foi a gratuitidade dos transportes escolares até ao décimo segundo ano, quando o Estado só paga até ao nono; falo-lhe do projeto que está a decorrer, que nunca foi feito, de requalificação do IC2, relativamente à requalificação das Meirinhas até Pombal, para ultrapassarmos muitos problemas que aqui hoje já se falaram; falo-lhe da articulação com as freguesias relativamente às comissões sociais de freguesia, ao reforço dos meios humanos para fazermos esse trabalho de proximidade junto daqueles que mais precisam; falo das obras da Escola da Guia, fora de contextos de descentralização e dessas matérias todas; falo da descentralização que fizemos com as Juntas de Freguesia, com os cinquenta por cento (50%) do FFF que este ano já foi pago, e por exemplo, da transferência das eólicas, com uma capacidade operacional das freguesias que deixam corados todos os outros Presidentes de Junta com quem eles falam por este país fora; falo, por exemplo, do emissário de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Carnide, obra de três milhões e meio de euros (3.500.000€), sem um tostão de financiamento comunitário, que é aquilo que viabiliza a ligação do saneamento, que ainda hoje ouvimos aqui dois Srs. Deputados falarem sobre este assunto; falo do reforço da colaboração institucional que fizemos com o Hospital, com a ARS, com o Palácio da Justiça, com o parque infantil na Escola Gualdim Pais, que é uma escola do Ministério, ou com a requalificação do pavilhão desportivo da Marquês – nem vou pôr aqui a Guia; falo da audição de todos os Partidos e de todas as Bancadas para preparação do Orçamento e do Plano de Investimentos; falo da rotunda da Shell; falo-lhe dos cem mil metros quadrados de lotes industriais vendidos em quatro anos, em altura de crise; falo do Orçamento Participativo, que já falaram aqui hoje; falo-lhe de acabarmos com os precários na Câmara, foram vinte e cinco; falo-lhe da abertura da Piscina do Lourical ao público; falo-lhe do programa municipal de transparência; falo-lhe do Programa AMPARHA; falo-lhe da Loja do Cidadão; e falo-lhe da redução dos impostos para o mínimo. Para mim, são obras que, confesso-lhe, não me envergonham nada, e que talvez por isso a Câmara Municipal as tenha aprovado todas por unanimidade, sempre que foram apresentadas.

E portanto, sobre as suas duas últimas, de facto, podemos ficar presos no Parque Verde da cidade de Pombal, estamos em processo negocial, e a promessa da Escola Superior, se bem se recorda – e se quiser reler o discurso, eu posso-lho dar, mas também pode ouvir – é relançarmos o estudo, e esse estudo está entregue, está a decorrer, tem vários professores que têm vindo a desenvolver, e estamos a fazer esse trabalho dentro do calendário que está estabelecido, com o Instituto Politécnico de Leiria, porque queremos, de facto, que ele possa constituir futuramente também parte importante na implementação deste projeto – que, aliás, não é novo, como bem sabe, porque já tinha sido feito um estudo no ano 2000.

Sr. Deputado Pedro Pinto, sobre estas condições de acesso aos apoios municipais: repare, é evidente que é oportuno, e por isso no dia 2 de janeiro de 2019 eu não fiz mais do que sintonizar aquilo que a Câmara tinha vindo a discutir ao longo deste primeiro ano de mandato, que era uma necessidade, de facto, de a instrução dos pedidos de financiamento à Câmara, não só sob o ponto de vista legal, mas também sob o ponto de vista político, ser revestida de um conjunto de preceitos que, de facto, deixam, não só sob o ponto de vista administrativo, mas também sob o ponto de vista da decisão, muito mais segurança na decisão, mas também uma instrução devida dos processos – por exemplo, para evitar que haja apoios a obras que não tenham licenciamento, por exemplo, ou a instituições que não tenham eleições, ou que não prestem contas. E portanto, foi preparada essa comunicação, que foi essa que provavelmente utilizou, e que explica sinteticamente aquilo que eu também tinha vindo já a explicar ao longo de vários tempos aos Srs. Dirigentes associativos, precisamente porque muitos deles já o faziam, outros ainda não faziam, e portanto, a matéria ficou esclarecida nessa comunicação.

Mais tarde, e resultando precisamente da circunstância de, por vezes, algumas secções que funcionam dentro das coletividades, e que são elas próprias beneficiárias de apoios em concreto – estou-me a lembrar, por exemplo, dos grupos corais ou dos ranchos – não receberem os dinheiros a que tinham direito. E portanto, havia deliberações municipais no sentido de transferir para a associação suporte, e o grupo que faz parte de uma secção – acontece em alguns casos – não receber esse dinheiro e vir perguntar ao Presidente da Câmara por que é que naquele ano não tinha recebido. E portanto, a segunda comunicação a que faz referência, que é de março de 2019, fala precisamente que devem ser explicitamente refletidas no relatório de contas as mesmas. Portanto, calculo que leu mal, que percebeu mal ou que lhe contaram mal a história. Não se trata de pôr verbas que não foram recebidas; se há um valor que é recebido e que é para o rancho, ou para o grupo folclórico, ou para o atletismo, ou para o xadrez, que seja discriminado na coluna das receitas que essa origem é municipal e que se destina àquela



MUNICÍPIO DE POMBAL

finalidade. Aliás, como sabem, não é uma novidade, porque todos os orçamentos têm um princípio de especialização que, de facto, procura que exista na sua apresentação gráfica e na sua exposição pública uma maior identificação e a concretização exata e detalhada daquilo que é a origem e o destino desse financiamento. Por quê? Porque isso, pelos vistos, não era unânime, havia critérios de registo que não eram iguais. E nós não temos interesse nenhum em criar esse equívoco, ou fazer as pessoas perderem tempo em vir cá, quando essas decisões são tomadas, e quando são transferidos os respetivos valores, quando os processos são devidamente apresentados – porque isso depois tem um conjunto de obrigações sucessivas à própria deliberação municipal, declarações de não dívida, e esse tipo de situações que a Lei determina para sair dinheiro da Câmara Municipal. E portanto, é um processo que, e agradeço esta oportunidade de o poder explicar, mas apenas tem estas situações previstas.

As situações excecionais e ordinárias, posso dizer-lhe – e aliás, a Câmara tem-no feito, e tem-no feito até por unanimidade, porque percebe as circunstâncias – que, às vezes, não se compadecem com projetos; às vezes são situações de urgência, que não são valores muito significativos, que só temos um ou dois orçamentos. Isso acontece às vezes até com freguesias, e a Câmara tem tido essa flexibilidade, porque é assim que as coisas devem ser feitas. Assim fosse também com o Governo, que ainda temos aqui muitas pessoas que tiveram prejuízos no Leslie e ainda não receberam nada, e já passaram sete meses, como bem há pouco recordava o Dr. João Coucelo. E portanto, as situações são tratadas com essa especificidade. Evidentemente que há matérias, nomeadamente em situações excecionais, que precisam de ter outro tipo de complexidade. Por exemplo, quando o Leslie aumenta o nível de deterioração da cobertura do salão da Associação do Carriço, nós precisamos de ter – porque é uma obra um bocado mais sofisticada – precisamos de ter esses orçamentos e as declarações de responsabilidade dos respetivos empresários para fazerem as substituições nos termos em que estão propostas, uma vez que não mudam a estrutura – mudam a estrutura do telhado, mas não lhe mudam a sua morfologia ou o seu aspeto, o número de águas que tinham. E portanto, substituem-se e apresentam esses documentos, que são vistos pelos serviços técnicos, que os reconhecem. E portanto, são as situações que lhe posso relatar.

Como calcula, eu posso mostrar-lhe o nome das empresas que pediu. Mas, se os empresários quisessem fazê-lo, eles próprios o fariam. Eu mostro-lhe aqui, posso mostrar, mas como calcula, não lhe vou aqui dizer o nome das empresas que estão aqui, dos contatos que fazemos, quem são os interlocutores, porque eu não o devo fazer. Não o devo fazer. O que é importante é nós percebermos que existe uma agenda, que existem negociações, e não devemos ser nós a tirar essa iniciativa, que é o empresário que deve fazer; o Município tem todo o interesse em que isso se concretize, ninguém tem mais interesse do que eu, mas como calcula, eu devo respeitar esse recato que os negócios sempre precisam e devem ter, e não devo ser eu, com essas declarações excitadas, que possam provocar algum menos interesse por parte dos empresários. Nunca se viu, nem acho que seja muito recomendável que seja feito. Tenho aqui, pode ler os nomes das empresas, e em que situações é que cá vieram.

Dra. Ofélia Moleiro, fez a sua intervenção do 25 de abril, muito obrigado por nos recordar o espírito. O mesmo acontece relativamente à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, sobre a recomendação das alterações climáticas. E portanto, o que vier a ser apreciado pela Assembleia, teremos muito gosto em apreciar também na Câmara.

Sr. Deputado Manuel Barros, deixe-me dizer-lhe que tem passado distraidamente pelo nosso hall; tem passado distraidamente pelo nosso hall, porque as placas, sabe quando é que saíram de lá? Quando fizemos as obras do elevador. Veja bem, já passaram uns anos. Portanto, eu acredito que tenha perdido algum tempo a olhar para as outras molduras que lá estão. Essas placas, já há



MUNICÍPIO DE POMBAL

bastante tempo que se pediu ao Eng.º Abel, que coordenou essa obra, que voltassem para o nosso hall, porque é ali que devem estar, é no sítio mais importante onde as pessoas passam que devem estar essas placas. E portanto, em nenhuma circunstância me passaria pela cabeça retirá-las de onde quer que fosse. E portanto, elas para lá voltarão. Mas, deixe-me dizer-lhe que elas não foram retiradas por causa daquelas molduras que lá estão em baixo; foram retiradas pelas obras do elevador, que devem estar a fazer dois anos e meio, mais ou menos. Mas, tem toda a razão, mais dever eu tenho de elas já lá deverem estar, porque já passou tempo demasiado para isso poder acontecer.

Sr. Deputado Rui Acácio, sobre as intervenções na Ilha, é muito bem observado porque, repare, precisamente foi este projeto do emissário de Carnide até ao Louriçal que nos viabiliza poder finalmente fazer as ligações de algumas redes que existiam, mas que não tinham para onde correr. E portanto, está adjudicada a estação elevatória de S. João das Tábuas, está já para visto do Tribunal de Contas, tem um prazo de execução de oito meses, e portanto, eu espero que haja imediata condição, depois de a elevatória estar pronta, para fazermos estas ligações. Digo-lhe que dentro da Ilha, aquela parte mais a norte, na zona ali do Moderno, onde está a serração, e tal, pode ter mais dificuldade, estamos a fazer alguns trabalhos, mas na globalidade, conseguimos fazer drenagem da rede que já existe, e que, aliás, com as obras dos passeios, percebemos não só essa dimensão, mas também na sua revisão a necessidade de a termos a funcionar rapidamente. E portanto, se tivermos visto do Tribunal de Contas daqui a um mês, se estivermos a entrar em obra daqui a dois meses, ou dois meses e picos, se calhar daqui a um ano temos a elevatória a funcionar, e temos as redes a começar a estar drenadas, e portanto, correspondendo aqui às expetativas de todos.

As negociações com o ICNF nem sempre são fáceis, como sabemos. Apesar de as coisas terem ardidado, eu tenho um bocadinho essa expetativa, de nós podermos ter a praia disponível. Deixem-me dizer-vos, no entanto, que as condições que às vezes nos são impostas não são fáceis de cumprir. Por exemplo, não será muito prudente (calcula) que nós, sem termos as infraestruturas mínimas, possamos fazer grande divulgação da praia, sem ter, por exemplo, nadador salvador. E portanto, é uma matéria que vamos ver como é que corre, partilho do interesse em podermos ter a praia a funcionar este ano. Aliás, no ano passado já fizemos um conjunto das obrigações que eram precisamente as análises da qualidade da água, precisamente para afiançarmos que havia condições de uso balnear da mesma, e isso foi o primeiro passo que se fez e que se concretizou.

O Sr. Deputado Carlos Lopes faz aqui esta intervenção, que, aliás, tive ocasião já de responder na reunião de Câmara, sobre o processo do Orçamento Participativo. E portanto, tentando responder diretamente àquilo que me perguntou, a que elementos de descontrolo se refere. Repare, nós temos um calendário, temos um calendário que é um calendário que deve ser respeitado, e portanto, é um elemento que se não for respeitado, tem um descontrolo, e não deve ter. E portanto, é uma matéria que deve ser respeitada. Depois temos as regras, as regras que a Câmara quis, a partir do momento em que aprovou o Orçamento Participativo, estabelecer, com um carácter essencialmente técnico – eu diria até exclusivamente técnico – onde a participação política não deve existir. Eu admito, como disse, aliás, na reunião de Câmara, que há melhorias a fazer nos termos do regulamento do Orçamento Participativo, e que isso pode equivocar quem interpreta, quem acompanha, quem decide, e criar algumas situações que não sejam tão adequadas.

Ingerência política, repare: se eu vir uma assinatura num documento técnico de um político, eu tenho obrigação de questionar por que carga de água é que ela lá está, porque o senhor não assina, como eu não assino, nenhum documento onde não tenha participado. Eu não o faço, julgo que a maior parte das pessoas não o faz. E portanto, mesmo que tenha sido inadvertido, não deve



MUNICÍPIO DE POMBAL

lá estar. E portanto, quando se pondera este conjunto de circunstâncias, e chegamos à conclusão se isto fere de morte, ou não fere o processo, se lhe tira credibilidade, se lhe tira os critérios essenciais que estavam nos regulamentos, nós temos de ponderar, e é essa ponderação que nós temos que fazer, que a Câmara tem que fazer. E portanto, isso não pode obstar a que durante um processo de apreciação – e também de aprendizagem, porque o Vereador Pedro Brilhante tem um ano e meio de Câmara – sejam matérias a corrigir. Agora, no outro dia, de forma muito popular – e não é adequado, e não é aqui dirigido a ninguém em particular, mas foi uma imagem muito bem apanhada, e aliás, para muitos de vocês se calhar não é novidade – perguntava-me uma colaboradora a propósito de um episódio qualquer da vida dela, em que as coisas não tinham corrido bem, e perguntava-me assim: “Sr. Presidente, não é porque um burro dá um coice que se lhe corta a perna.” E portanto, é um processo que pode melhorar, não tem, se calhar, a perfeição que todos nós gostaríamos, eu à cabeça, mas confesso-lhe que daí até pôr as coisas nos termos em que o senhor as colocou, que é de coesão, confiança e não retirar pelouros, eu confesso-lhe que as coisas não devem ser imediatamente levadas para esse ponto. E portanto, as coisas têm um prazo para poder acontecer com esse equilíbrio, não queria dar-lhe essa intranquilidade ou essa satisfação, dependentemente da forma como olha para este assunto.

Sobre a questão da justiça: bem, aqui, deixe-me tirar a minha primeira conclusão: de facto, já nem o senhor acredita que o seu Governo possa fazer melhor do que já fizeram outros Governos, e por isso está tão preocupado por nos terem tirado estas funções, porque, de facto, quem as tirou foi o seu Governo, foi a Sra. Ministra da Justiça que tomou essa decisão, e que disse: “Não, fica mesmo em Ansião.” Porque aquilo que nos foi comunicado originalmente era que era transitoriamente em Ansião. E repare, foi já esta Câmara – e há pouco referi, quando respondi aqui à Dra. Virgínia – foi esta Câmara que se articulou com a Juíza Presidente da Comarca de Leiria para fazer a sala de audiências do Tribunal de Menores que lá está a funcionar, já há quatro anos, e não precisamos de fazer protocolos com o Ministério, nem nada disso. Posso entrar no tribunal? Podemos fazer a decisão? A Câmara tomou – não foi esta, foi outra – tomou a decisão, fez-se um investimento de sete (7.000€) ou oito mil euros (8.000€), e eu disse-lhe: “Olhe, o mais que pode acontecer é se as coisas me correrem mal, pedir a sua ajuda para me ajudar e para me defender”, numa lógica de termos esta colaboração interinstitucional que eu há pouco aqui referia. E de facto, eu partilho consigo, eu também esperava que não fosse preciso pedir ajuda a ninguém para que as pessoas que vão ao Tribunal de Pombal fossem à casa de banho, quando precisam de ir, porque tem umas escadas, ou que não possam ir à sala de audiências no primeiro andar, porque também não tem elevador. Mas isso, repare, cada coisa no seu lugar, porque essas são as missões que cada um tem. Repare, nós estamos sempre disponíveis para fazer esta colaboração, e aproveito esta circunstância para passar para a segunda questão, ou para a terceira, que fez, que é o que é que vai funcionar na Loja do Cidadão. Pois, porque precisamente na Loja do Cidadão, como nós sabemos, as instalações onde está, por exemplo, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que são municipais, que são úteis para o museu, e portanto, vamos abandonar aquelas instalações que estão no topo nascente da antiga cadeia, mas quem conhece – e muitos dos senhores conhecem – o funcionamento da Segurança Social, seja no atendimento, seja nas altas e nas baixas que têm que ser dadas ali na Avenida Biscarrosse, percebe-se as condições que até ferem a utilização que aquele espaço tinha de origem, sob o ponto de vista do seu licenciamento – do pé direito, da inexistência de arejamento e de iluminação direta com luz solar; por exemplo, nos gabinetes dos médicos, e por aí fora. E portanto, essa é a articulação que fazemos. Para começar, teremos Segurança Social, Instituto de Emprego e o Espaço do Cidadão, o último andar pode dar apoio ao arquivo, e portanto, a instalação terá estas nuances, que, aliás, não são diferentes daquelas que foram aqui



MUNICÍPIO DE POMBAL

apresentadas quando assinámos, no Bodo de 2015, o protocolo, que foi homologado aqui nesta sala pelo Sr. Ministro Poiares Maduro, na altura Ministro da Presidência.

Dra. Conceição Anastácio, muito obrigado pelas suas observações. O processo, de facto, vai-se fazendo caminhando. Estas bandeiras da mobilidade, a primeira bandeira tinha a ver com a adesão à Rede Cidades, depois tinha a segunda bandeira que era dada pela aprovação dos planos municipais de promoção da acessibilidade e do plano local de promoção da acessibilidade. A terceira bandeira, que é esta, tinha a ver com os projetos em concreto – como aqui bem referiu o Dr. Pedro Ribeiro da Silva, Presidente do Instituto, no caso concreto de Pombal, até merecia uma bandeira 3+, porque já não estávamos a falar apenas de projeto, estávamos a falar já de obras executadas. Temos depois a fase 4, que serão as obras, algumas obras desenvolvidas, já com uma boa execução do plano, e depois aquelas que seriam o nível 5, que corresponderia à conclusão deste processo. Mas, deixe-me dizer que este é um processo que não é apenas da cidade de Pombal; foi um projeto em que as doze intervenções de requalificação urbanística que fizemos em todas as freguesias no último mandato correspondem precisamente a esse intuito, de facilitar as ligações das escolas, ao cemitério, à Junta, às zonas comerciais, às igrejas e aos principais locais que foram identificados previamente, no âmbito do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade. E portanto, foi uma concretização evidente. E por isso, o que se fez na Guia, o que se fez na Mourisca, o que se fez em Albergaria, o que se fez em Abiul, tem tudo a ver com essa política e esse planeamento que estava a montante.

Sr. Deputado Manuel da Mariana, sobre as instalações da CPCJ: de facto, a ideia é ter instalações adequadas, e portanto, o que foi aqui programado é que no edifício Manuel Henriques haja atendimento no rés do chão, na parte que está agora direcionada à PMU – quando entra no edifício, do lado direito – e os gabinetes mais individuais sejam depois no primeiro andar, com essa articulação com a respetiva comissão.

A Sra. Deputada Nicolle Lourenço fez aqui algumas observações sobre o trabalho na juventude, e deixe-me dizer-lhe que eu também gostava de já ter cumprido todo o programa eleitoral, confesso-lhe, e já gostava que algumas medidas já estivessem a funcionar. Mas, por isso os planos são feitos para quatro anos, não são feitos só para um. Se calhar, aqueles que fazem os planos para os fazer em um ano, não ganham eleições, porque as coisas parecem pequenas. Eu também espero que no que diz respeito à ocupação de tempos livres, as coisas rapidamente se resolvem, no meu próprio calendário, para mim, isso já estaria resolvido, não havia grande dificuldade.

E a questão da Semana da Juventude, eu percebo a sua observação. Primeiro, nem sempre tínhamos bom tempo; depois, às vezes tínhamos festas académicas. E portanto, a sobreposição de muitas atividades, apesar de alguns Srs. Deputados acharem que a cidade é uma cidade triste, o que é certo é que, muitas vezes, os cinquenta e dois fins de semana e algumas semanas não chegam para as atividades que são desenvolvidas. Se forem ver o que está no relatório de atividades e perceberem que o nosso auditório do Teatro Cine foi usado cento e sessenta e sete vezes no ano passado, percebemos que, de facto, se passa muita coisa em trezentos e sessenta e cinco dias. E portanto, as coisas vão acontecendo, e se calhar passam-nos um bocadinho ao lado, mas é um trabalho, de facto, que tem que ser continuado, e esse é o propósito da nossa missão. Passaram estes vinte meses de mandato, e portanto, ainda temos mais vinte e oito para cumprir e para atingirmos os nossos objetivos.

Sra. Deputada Elisabete Alves, sobre as ligações da A1 e IC2: de facto, é verdade que o Plano Nacional de Investimentos está a ser discutido no Parlamento – ainda ontem estive até às três da manhã a ouvir a comissão que, no canal do Parlamento, esteve a fazer a audição às comunidades intermunicipais. E portanto, se tiver paciência para os ouvir, vai ouvir. Mas, há uma coisa que



MUNICÍPIO DE POMBAL

nós já percebemos na proposta do Ministro Mário Centeno: mais do que aquilo que lá está, é aquilo que lá não está – é aquilo que lá não está. E isso, de facto, é grave. Aliás, eu não estranho, porque quando eu fui falar com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Guilherme d'Oliveira Martins Filho, já há um tempo (no outro mandato, talvez), ele respondeu-me: “Sr. Presidente, como bem sabe, na atual estrutura parlamentar que suporta este Governo não há condições nem para fazer mais privatizações, nem para aumentar concessões.” E aliás, repare, não é nada de especial, porque se olhar para o que está a acontecer na saúde, se olhar para o que está a acontecer nos transportes, se olhar para o que aconteceu na TAP, percebe que, de facto, a lógica que está instituída neste país é uma estatização de um conjunto de coisas. E essa tem a legitimidade do apoio parlamentar, mas confesso-lhe, a mim desagrada-me imenso. E portanto, perante uma coisa destas, não vamos ficar à espera que seja o Governo a estabelecer uma imposição, para que depois o Parlamento chumbe. E nós olhamos para o Plano Nacional de Investimentos e não vimos lá isto, não vimos. E portanto, eu subscrevo inteiramente todos os argumentos que aqui nos trouxe, mas quem nos governa e quem decide não tem o mesmo pensamento.

Apesar disso, deixe-me dizer que no projeto que nós estamos a desenvolver, financiado pela Estradas de Portugal, essa rotunda para dar acesso a essa ligação vai ficar no projeto, e nós vamos ter que a fazer. E é bom que fique já estabelecido que é dali que será feito o acesso para poder ligar a essa futura ligação. Infelizmente, se se apresenta um plano de investimento que são vinte e cinco mil milhões (25.000.000.000€), o PNI é de 2018 a 2023, cinco anos. Mas, sabe o que é que me respondeu o Sr. Ministro das Infraestruturas, na terça-feira passada (fez ontem oito dias), em Viseu, no Conselho da Região Centro, quando eu lhe perguntei de onde é que vinha o dinheiro que ia financiar as obras de requalificação das mil escolas que vão ser transferidas para os Municípios, e os três mil e quinhentos edifícios que dizem respeito a essas escolas? Não me respondeu. E portanto, nós percebemos que estamos perante uma circunstância muito pouco coerente, que é passar as responsabilidades e nem sequer saber quem é que vai pagar, de onde é que vem o dinheiro, e quando é que vem esse dinheiro. E portanto, temos todos razões para estar muito preocupados, eu estou muito preocupado, porque percebemos, de facto, que existe aqui um conjunto de boas intenções, mas o que é certo é que, pelos vistos, a afetação dos recursos financeiros de que o Estado abundantemente dispõe agora não é suficiente para essas encomendas, e as oportunidades e prioridades são outras. E o centro do país é muito prejudicado. E portanto, Srs. Deputados, se querem ouvir os representantes das várias CIM's do país inteiro, muitas delas presididas e com maiorias de autarcas socialistas, percebemos que, de facto, esta é uma preocupação generalizada. Claro, estamos em período eleitoral, e vamos estar o ano inteiro, e portanto, às vezes as pessoas ficam mais silenciadas para não prejudicarem outro tipo de interesses, mas o que é certo é que, objetivamente, eu gostava muito de lhe dizer que temos projeto, temos obra, vamos avançar, mas não lhe consigo responder a nada disso, porque no próprio planeamento, primeiro da prioridade – já nem falo da prioridade, nem o Governo consegue estabelecer que, de facto, é uma coisa prioritária. Eu tenho imensa pena, apesar das diversas iniciativas que tivemos para podermos ir mais além. Mas, vamos continuar a insistir, não vamos perder o nosso entusiasmo para o fazermos.

Sobre a segunda questão, relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, deixe-me dizer-lhe que hoje, 24 de abril, passaram apenas um mês e vinte dias desde a publicação, no dia 4 de março de 2019, do Decreto-lei n.º 32/2019, que estabelece precisamente para os órgãos municipais novas competências nas matérias de segurança, alterando também o Conselho Municipal de Segurança. Ora, acontece, como bem sabe, que nem a Câmara, nem a Assembleia Municipal, entenderam acolher esse conjunto de competências. E portanto, estamos aqui numa



MUNICÍPIO DE POMBAL

fase onde é preciso haver aqui alguma clarificação, para perceber, de facto, se as respostas que fizemos sobre as questões do policiamento, que estavam previstas na Lei n.º 50/2018, como é que se vão concretizar, para depois percebermos como é que tudo isto pode funcionar. Ou seja, o Conselho pode funcionar sobre outras matérias, é verdade, mas há uma modificação na sua estrutura e na sua composição, e portanto, é um processo que não está esquecido, mas que tem alterações legislativas muito recentes.

Sr. Deputado e Presidente da Junta, Gonçalo Ramos: de facto, esse é um caminho, é uma matéria que nós já tínhamos conversado sobre ela, sob o ponto de vista também da prioridade para a União de Freguesias, de fazermos aquela requalificação. A primeira coisa que temos que fazer é aquela que faltava já há uns meses atrás, quando começámos a fazer o projeto, para depois percebermos de onde é que vêm os recursos financeiros. Acho que nós os conseguimos encontrar, seja através de um meio, ou através de outro, acho que o que nos temos de concentrar agora mais afincadamente é em desenvolver o projeto, para podermos depois tomar a decisão de que vamos concretizar esta obra. Foi assim que fizemos em Abiul, conseguiu-se o financiamento, atendendo às características particulares que Abiul tem no contexto da baixa densidade. Isso é uma boa notícia para Abiul, mas também é uma boa notícia para as outras freguesias, significa que o que não se gasta em Abiul se pode ir gastar noutro lado, sempre ganhamos alguma coisa pelo facto de uma das nossas freguesias ter tido esta solução.

Ainda voltando às questões do saneamento, calculei que a pergunta que o Sr. Presidente de Junta fez, e da conversa também com o Sr. Vereador, teria mais a ver, não com aquilo que são as ligações, daquilo que já está ligado, mas daquilo que ainda falta ligar, nomeadamente a parte mais encostada à bacia do Pranto, nomeadamente Foz, Casalinho da Foz, Brejinho, toda aquela orla. É um processo que, entretanto, lançaremos, eu ainda não pedi audiência ao novo Secretário de Estado do Ambiente. Falei disso também ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Regional, em Viseu, e que me disse: “Nós estamos a cumprir aquilo que o Sr. Ministro do Ambiente estabeleceu relativamente às prioridades no saneamento e na água”, porque nós sabemos que as nossas dotações financeiras que estavam disponíveis para as obras de saneamento foram gastas na primeira metade do Quadro Comunitário 2014-2020, nós gastámos tudo até 2017 e executámos. Estava à espera que nesta reprogramação dos fundos pudesse haver mais dinheiro, nomeadamente para aqueles que tinham cumprido os objetivos, que era executar, mas percebemos que foi um balde de água fria, não só não há mais dinheiro, como aqueles que cumprem não têm nenhum tipo de benefício por terem sido mais cumpridores. E portanto, pelos vistos, há uns que estão muito contentes em Portugal porque o nível de execução dos fundos comunitários é dos melhores da União Europeia, pode ser um campeonato que se calhar interessa para essas conversas; o nosso, interno, é que em praticamente dois terços do tempo, executámos só um terço das obras. E portanto, é pouco provável que num terço do tempo que nos falta, consigamos fazer os dois terços do dinheiro, fazer os investimentos que temos. As obras estão mais caras, há menos empreiteiros, e depois não vamos ter tesouraria para fazer tudo ao mesmo tempo. Mas isso, também tive ocasião de dizer, quer ao Sr. Secretário de Estado, quer ao Sr. Presidente da Comissão Regional, quer ao Sr. Ministro, e portanto, nós, muito provavelmente – como, aliás, já disse – vamos ter que socorrer-nos da banca para cumprir os objetivos que o nosso país se comprometeu atingir, de noventa por cento (90%) de cobertura de saneamento e noventa e cinco por cento (95%) de água. A água está resolvida, mas aqui provavelmente vamos ter que o fazer para desenvolvermos isto. Quero, antes disso, falar com o novo Secretário de Estado do Ambiente, que me parece que pode trazer boas novidades sobre isto, ou pelo menos dar-me alguma orientação que possa ser positiva, não só porque conhece o nosso território, mas porque também tem, com certeza, uma sensibilidade diferente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Obras Completas do Marquês de Pombal, Sra. Deputada, muito obrigado. De facto, eu acompanho-a, acho que é uma missão muito interessante aquela em que nós vamos estar, e é, de facto, o primeiro projeto mundial que acontece. Se calhar não está naquela dimensão de uma obra de referência que a Dra. Virgínia aqui nos falava, mas para mim está, porque, de facto, é um trabalho para a posteridade, para a história, para a cultura, para a identidade do nosso concelho, que terá, com certeza, uma grande importância.

Registo aqui também as propostas do Sr. Presidente da Junta de Almagreira, sobre as propostas da cultura, a Sra. Vereadora também tomou nota, com certeza.

Sr. Deputado Felismino, sobre as questões da saúde, nós tivemos uma reunião muito produtiva, em que os Srs. Presidentes de Junta, antecipadamente – porque também são conhecedores dessa informação – transmitiram isso ao representante do ACES e aos representantes que estavam da ARS. E portanto, estamos na mesma situação. Às vezes, fico um bocado inquieto, não sei se nós fazemos muitas perguntas, não vá a Sra. Ministra da Saúde também mandar-nos fazer alguma auditoria, algum inquérito, ou mandar aqui os serviços secretos para ver se nós nos portamos bem, porque, afinal, comemoramos abril, mas ainda há alguns que não estão muito bem nessa onda. E portanto, vale a pena também nesta época fazer esta referência, acompanhando as preocupações da Sra. Bastonária da Ordem dos Enfermeiros.

O Sr. Deputado João Santos fez esta referência, estamos evidentemente não só empenhados para que tudo corra bem e que possa desenvolver-se, mas porque percebemos, de facto, que através desta iniciativa e com o fim que ela tem, nomeadamente de apoio aos bombeiros, damos a conhecer o nosso território e trazemos a Pombal um conjunto de cidadãos que passam aqui uns bons bocados.

Muito obrigado pela vossa atenção, e desculpem o tempo que vos roubei a mais do que estava previsto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, a seguir.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Só duas ou três notas sobre as respostas do Sr. Presidente às minhas questões. Em primeiro lugar, queria começar por dizer-lhe, Sr. Presidente, que a forma como interpreta as minhas intervenções não é para mim muito importante, e acho que até nem lhe fica muito bem dar essas suas opiniões, preferia que as guardasse para si próprio.

Relativamente à resposta que me deu à minha primeira questão, sobre o associativismo e sobre os subsídios, vou concretizar um pouco mais – julgava que o Sr. Presidente teria chegado lá – e queria dizer-lhe que estava a falar especificamente dos subsídios às associações juvenis, que por aquilo que nós sabemos, ainda não foram atribuídos os subsídios de 2018. Gostaria de saber se tem conhecimento, e o porquê, de facto, de não terem sido pagos.

Relativamente à questão dos eventos, daqueles eventos que nós não prevemos, existe uma associação que já fez a reparação dos prejuízos que teve, de um assalto, por aquilo que sei também, o Município prometeu-lhe ressarcir a associação desse mesmo prejuízo, e até à data também não o fez. E aquilo que lhe pediu em ofício, de 18 de fevereiro, foi precisamente encaminhá-lo para aquela situação que falámos, sobre toda aquela documentação que o Município pede, e muito bem, só que tendo em conta que é um caso excepcional, parece-me que também merece uma atenção especial pelo facto de eles não estarem a fazer nenhum tipo de obras, estão apenas a repor aquilo que foi vandalizado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Naturalmente, sobre aquela questão das empresas, eu confesso que não vinha com expectativas de que o Sr. Presidente respondesse à questão, mas tinha alguma expectativa que me respondesse àquilo que é a sua interpretação de que um investidor empresarial industrial queira investir num Município que, como é sabido, não tem parques industriais para instalar empresas. E portanto, um investidor industrial pensa os seus investimentos a médio e longo prazo, não acredito que o faça num Município onde, realmente, a compra do parque industrial está em tribunal, não sabemos a sua conclusão, o da Guia está numa fase de alargamento, mas também não sabemos para quando, o do Lourçal está como está, e portanto, não há soluções. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Quero manifestar aqui o meu desagrado por me ter sido retirado o período de antes da ordem do dia, e quero que conste em ata a minha indignação e revolta por esse facto. Quero também lamentar o silêncio de todos os deputados aqui presentes perante este atentado à liberdade de expressão, nomeadamente os que foram... (intervenção inaudível) Se fosse convosco, eu não ficaria calada, podiam ter a certeza.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Fora do contexto. Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito obrigada, Sra. Presidente.

A minha intervenção tem a ver com a resposta que recebi da parte do Sr. Presidente, relativamente ao nó de ligação à AI nas Meirinhas – Barracão, o Sr. Presidente apontou críticas ao Governo na sua resposta, e não me respondeu às perguntas que eu lhe fiz concretamente, sobre as diligências que ele estava a fazer em 2014, porque aos onze dias do mês de dezembro de 2014, na Assembleia Municipal, na reunião de Assembleia Municipal, ele referiu que já tinha tido reuniões com o Sr. Presidente Raúl Castro, da Câmara de Leiria, e que isto era um projeto que tinha concordância com os dois Municípios e um trabalho conjunto, e que o Sr. Presidente da Câmara de Leiria ia marcar reunião com o Sr. Secretário de Estado, à data, do Governo anterior, de Passos Coelho, com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para discutir esse assunto. E portanto, nessa altura em que foi questionado sobre esta situação, nessa Assembleia, o Sr. Presidente referiu também que não fazia ideia se esta matéria continuava na disposição e no entendimento do Governo – na altura, do seu Governo, Governo PSD – mas que esperava sucesso nesse assunto. Portanto, o que vejo hoje, à resposta que lhe fiz, é uma crítica ao meu Governo, quando o Sr. Presidente, na altura do seu Governo, estava a tratar do assunto com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria, com a marcação de reunião com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes do seu Governo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente, tem a palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Deputado Pedro Pinto, se tem alguma indicação das associações juvenis de que têm alguma candidatura pendente, é mais fácil dizer-nos os nomes, irmos procurar os processos e vermos o que é que se passa. Eu não tenho ideia de que haja alguma candidatura pendente, o Sr. Vereador também não tem. É mais fácil dizer assim: “Olhe, as Associações A, B e C têm estes processos pendentes, e portanto, tem que se ver o que é que se passa, se deu entrada, se não deu entrada. E portanto, agradeço-lhe que o possa fazer sobre a situação.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Repare, a circunstância de ter sido um processo de vandalismo – calculo que esteja a falar da Associação do Reguengo, que várias vezes fala comigo, e aliás, eu próprio lhes dei a sugestão sobre coisas que eles podiam fazer para melhorar a proteção daquele espaço – não significa que não se cumpram as obrigações de consulta a várias casas comerciais para fornecer os materiais. O que é que dificulta pedir um orçamento, ou pedir três orçamentos? É disto que estamos a falar. Eu tenho aqui o processo, o meu despacho na altura em que ele entregou foi: “Atenção ao número de orçamentos.” E portanto, repare, eu percebo que seja uma fatalidade, a Câmara já pagou várias vezes obras que já foram prejudicadas, e por aí fora, e portanto, estamos empenhados para que as coisas corram bem. Agora, repare, não devo ser eu que devo, porque foi assaltado, que de repente se diga: “Como foi assaltado, fica dispensado de pedir mais orçamentos.” Desculpe, eu não consigo perceber por que é que isso acontece. Se me disser assim: “Olhe, tive de ir comprar uma porta para fechar a porta, e portanto, foi a primeira que veio”, sim senhor; agora, há outro tipo de intervenções. E portanto, é um processo em que eu tenho imenso gosto em falar consigo, mas como calcula, falarei sempre com os dirigentes desportivos e das associações, sempre que seja necessário. Até porque, como bem sabe, a Câmara já pagou muito do material que já lá está e que já foi roubado. E portanto, é um processo que tem que cumprir as regras que estão aprovadas por todos.

Sobre a sua perspetiva sobre as questões dos parques industriais, nós estamos já a fazer negociações, há um mês e picos fiz uma reunião com todos os proprietários das zonas de ampliação da zona industrial da Guia, para ampliarmos talvez mais setenta mil metros quadrados, à volta disto. Das trinta e nove parcelas identificadas, cadastradas, trinta e cinco já disseram que sim. Portanto, fique tranquilo, que se for preciso arranjar essas afetações para as pessoas, elas estão prontas muito rapidamente. O Lourical tem disponibilidade, e um dos processos que estivemos a negociar foi precisamente para se fazer esta ocupação. E portanto, repare, estamos nesta altura a fazer processos negociais de trezentos mil metros quadrados de terrenos industriais, e as vendas que estão em curso já são superiores a cento e cinquenta mil – não estão concretizadas, mas vão nesse caminho. Portanto, confesso-lhe que eu hoje preocupo-me mais – e foi uma coisa que alguns dos senhores, e o senhor foi um deles, por exemplo, que achou que era uma coisa que não fazia sentido nenhum – preocupa-me muito mais a inexistência de mão de obra; a inexistência de mão de obra é que me preocupa. E não me preocupa apenas a inexistência de mão de obra para projetos novos; preocupa-me muito a inexistência de mão de obra para projetos que já cá estão. Isso é que me preocupa. Mas, sabe, quando nós politicamente tentamos perceber como é que o Plano Nacional de Investimento prefere optar por algumas opções – todas legítimas, evidentemente – do que, por exemplo, dar incrementos para que as famílias possam ter mais crianças e que a conciliação da vida familiar seja diferente, com a vida profissional e escolar, as opções políticas estão tomadas por quem de direito, e nós só temos que dizer: “Olhe, eu esta não acho bem. Esta, acho que faz sentido.” Mas, esses, olhe, não é o seu Partido nem o meu que apoia esses caminhos.

E portanto, dizendo isto, e passando para a Sra. Deputada Elisabete Alves, repare, quando eu lhe falei do Sr. Secretário de Estado Guilherme Martins, já estava a falar do Governo do PS, já estava noutra. O Governo do PS é de 2015 a 2019. E portanto, quando o Sr. Secretário de Estado que dirige as obras públicas diz: “Na atual composição parlamentar não há condições para aumentar as concessões, nem para fazer privatizações”, acha que há alguma coisa a discutir? Esta foi a observação que foi dada, num contexto em que tem uma entidade pública, que é a Brisa, que tem uma concessão com o Estado Português, agora essa discussão está a ser feita porque a prorrogação da concessão esta agora a ser discutida, e voltou a ser boa altura para



MUNICÍPIO DE POMBAL

voltarmos a falar do assunto, mas aquilo que na altura me foi dito foi isto. E repare, olhe que eu não creio que o Presidente Raúl Castro tenha, nem maus relacionamentos com o Governo, nem queira menos fazer a obra do que nós, bem antes pelo contrário. Agora, objetivamente, que não existe vontade política para o fazer; é verdade, como não existe vontade política para o Monte Real, como não existe vontade política para uma série de outras coisas, como nós bem sabemos – para a Linha do Oeste, e para outras coisas que nós bem sabemos. Mas isso, repare, é a vida, há pessoas que não pensam todas da mesma maneira, e portanto, são matérias que nós temos que não desistir delas. Nós não desistimos delas. Agora, não é porque o Governo acha que há outras coisas mais importantes que nós vamos deixar de acreditar nessas coisas.

E portanto, respondendo-lhe objetivamente, a partir do momento em que o membro do Governo responsável – pode dizer-me assim: “Agora há um novo membro do Governo, vá lá falar com ele”, isso irei, com certeza, se bem que agora, se calhar, fazem uma coisa, que das duas, uma: aqueles que se calhar têm mais noção do posto onde estão, vão dizer que não é altura para tomar decisões, estamos em processo eleitoral; aqueles que me querem enganar vão dizer que sim, e depois das eleições logo se vê. O que eu lhe posso dizer é que nestes próximos meses nada será feito, seja por uma, seja por outra razão. É isso que a experiência me diz. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Deputado António Pires.”

António Pires da Silva (NMPH):

“Só queria pedir a palavra para invocar aqui o nosso Regimento. Sra. Presidente, vamos com duas horas e meia de reunião, e ainda não saímos do PAOD. E penso que não estamos a cumprir o nosso Regimento, e estas reuniões assim não têm fim, e perdemos todos nós.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

“Muito obrigada, Sr. Deputado, pela sua intervenção.

*Vamos continuar com a nossa reunião. Entramos, agora sim, no **Período da ordem do dia**. Peço ao 1.º Secretário que faça de novo a chamada.”*

Ponto 2 – Período da ordem do dia;

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

“Vamos, então, dar de novo a palavra ao Sr. Presidente. Vamos entrar no Período da ordem do dia. Ponto n.º 2.1, Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados:

A Bancada do PSD congratula-se com o tecido empresarial Pombalense, com a fibra e dedicação dos empresários e acionistas, que num contexto económico extremamente hostil, que o Governo Socialista e a “geringonça”, este Governo de esquerda que nos desgoverna, não tem sabido desagravar, por manifesta incapacidade de governar de e para o bem dos portugueses. São estes empresários que têm suportado as finanças públicas do país, bem como cada um de nós, com a maior carga de impostos alguma vez aplicada, trinta e cinco ponto quatro por cento (35,4%) do PIB de 2018 – são os dados do INE do passado dia 26 de março.

Srs. Deputados, os empresários e as empresas de Pombal estão de parabéns. Na edição de 2018 das PME Líder e Excelência, temos mais de uma centena de empresas reconhecidas pelo IAPMEI



MUNICÍPIO DE POMBAL

e pelo Turismo de Portugal. Vinte e quatro empresas de Pombal são PME Excelência, e mais de oitenta PME Líder.

Sr. Presidente, há nas informações à Assembleia Municipal algumas referências, que, entretanto, já teve oportunidade de esclarecer algumas delas, e que, de certa forma, esvazia aqui as minhas questões, mas gostaria aqui a Bancada do PSD de saber o que é que a Câmara tem vindo a fazer para facilitar a instalação de novos projetos empresariais ou ampliação de existentes no concelho. A Bancada do PSD apoia o Executivo Camarário numa estratégia que afirme e reafirme Pombal como o concelho que tem e terá as melhores condições para a fixação de investimentos empresariais no contexto regional. As acessibilidades favoráveis que Pombal tem no seu concelho, principalmente as rodoviárias, com os eixos que ligam Leiria a Coimbra, Nacional 1 e A1, e o eixo que liga Leiria à Figueira da Foz, com a Nacional 109 e a A17, criam condições que, sabemos todos nós, são de excelência.

Chamamos à atenção do Executivo para estratégias de captação de investimentos que estão a ocorrer como em concelhos vizinhos, como é o caso do Município de Leiria, que anunciou um investimento de cinco milhões de euros (5.000.000€) para a criação de um parque empresarial paredes meias com o Concelho de Pombal, em Monte Redondo, junto à área de serviço da A17 que estava projetada para o Concelho de Pombal. Assim, solicito uma vez mais que nos informe sobre o ponto de situação das iniciativas tomadas pelo Município no tocante aos espaços empresariais municipais e às suas iniciativas naquilo que é o tocante à captação de investimentos para o Concelho de Pombal. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente Humberto Lopes.

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Bem, neste ponto, volto aqui a falar na saúde, aqui na pág. 9, o Sr. Presidente informa-nos da Semana da Saúde. E eu queria agradecer o convite que foi feito este ano às Juntas de Freguesia para participar nesta iniciativa. É de louvar. Eu dou o exemplo de Almagreira, conseguimos, no dia 2 de abril, lotar o pavilhão polivalente, a iniciativa chamava-se “Os mitos da alimentação – Verdade ou crença?”, foram convidados desde o Centro Escolar, as IPSS’s – neste caso, o Lar Passo Verde – e o nosso projeto Seniores em Movimento, no fundo para agradecer esta confiança que é dada às Juntas de Freguesia também por estas iniciativas. A saúde, e como já foi aqui dito, é uma área muito cara – e estamos a falar aqui nos valores de abril – às freguesias e a todos nós, enquanto cidadãos.

Agora, tenho aqui uma preocupação séria nesta área, e dou aqui nota uma vez mais de uma conversa que tive ainda na semana passada com a médica, a Dra. Danis, cubana, que está em Almagreira, que está em fim de contrato, não tem qualquer luz verde, nem branca, nem de outra cor qualquer; para o seu futuro, trouxe o seu filho para Portugal, quer ficar em Portugal, não está a utilizar o Centro de Saúde como nenhum trampolim para outro hospital, quiçá Coimbra, ela quer ficar em Almagreira a viver; o filho está completamente integrado, faz parte do Grupo de Teatro, é um artista nato, é um bom exemplo de integração e de atração de cidadãos estrangeiros para a nossa comunidade. O meu apelo aqui, que faço ao Sr. Presidente, é que nos ajude, no fundo, também a resolver esta questão da saúde na Freguesia de Almagreira. Este era um ponto.

Outro ponto mais complicado, também estive a ler a informação e não encontrei nenhuma referência aqui aos caminhos florestais. Preocupa-me muito porque hoje está a chover torrencialmente, mas daqui a muito pouco tempo vai fazer outra vez calor, e vamos ter aqui os famosos incêndios a chatear-nos e a trazer-nos muitos problemas à nossa mancha florestal, que é uma das nossas riquezas. E eu continuo a ver que a floresta, para nós, continua a ser um bem, e não um problema. E falo aqui pelas outras freguesias também, porque temos que dar resposta aos



MUNICÍPIO DE POMBAL

nossos fregueses, e como todos nós aqui assinámos os acordos de colaboração para a execução das faixas, somos parceiros, se nesta matéria o Executivo entender que será mais célere, ou que podemos ajudar, eu estou disponível, e penso que os meus colegas também estão disponíveis para ajudar a resolver a questão dos caminhos florestais, porque sem eles, a nossa floresta fica mais desprotegida, como toda a gente consegue perceber.

E só uma última nota, também uma preocupação que temos lá, que também fazia parte aqui da informação do Sr. Presidente, tinha a ver com a política de transportes. Sabemos, já o disse aqui, que está a haver um estudo integrado de todos os transportes. Preocupa-nos, deixo aqui um repto, acho que seria fácil que o Pombus conseguisse apanhar ali alguns lugares limítrofes com a Freguesia de Pombal – falo nos Largos da Paz, nos Reis, Espinheiras, aqueles lugares, e conseguirmos integrar aqui uma rede e dar essa resposta àqueles moradores que facilmente conseguimos deslocar à cidade, e outro pormenor que vai ser discutido, segundo a Dra. Ana Carol também nos informou no ano passado, na altura de maio, ou seja, os transportes escolares, e o apelo que eu faço é que, mais uma vez, o Município nos ajude a resolver também este problema, ou seja, que as freguesias não fiquem aqui inquinadas e que haja aqui uma equidade entre cidade, aldeia, freguesias, ou seja, para termos um concelho completamente integrado. É esse o apelo que eu faço, e que certamente terão isso em consideração. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente Humberto. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu vou ser muito breve. Queria só, antes de ir à minha intervenção propriamente dita, dar uma opinião diferente daquela que o colega António Pires acabou de manifestar quanto à duração das reuniões. É verdade que são longas, mas estamos aqui a discutir o Concelho de Pombal, acho que é importante. O Sr. Presidente ultrapassou o tempo, mas eu acho que deve responder a toda a gente, e assim fez, e eu não me importo de estar aqui o tempo que for necessário, estamos a discutir problemas sérios. E portanto, encarando dessa forma, acho que o tempo não deve ser o limite para as nossas intervenções.

Queria pegar nas palavras do Manuel António, e de facto, congratular-me também com o facto de as empresas de Pombal serem – e aliás, já conversámos sobre isso até numa última Assembleia – de facto, de referência, mesmo a nível nacional e internacional, e estarem aqui instaladas. Mas, isso é o papel das empresas, e os empresários nisso têm sido excecionais, têm conseguido levar o nome de Pombal o mais longe possível, e de facto, acho que isso é digno de registo.

Aquilo que me preocupa enquanto membro da Assembleia Municipal é que verifico que existe noutros concelhos, em alguns próximos de nós, a preocupação dos Municípios em atrair investimento, nomeadamente naquelas empresas ditas Empresas Gazela, e isso é que é a parte do Município, e essa é que me preocupa, e gostava de deixar também aqui o desafio ao Sr. Presidente para, na linha que nós temos defendido, e que o CDS defende já há muito tempo, essa parte do Município é que tem que ser feita, e não tem sido feita até agora. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Só muito breve, é só para talvez ajudar ali o nosso colega Humberto a ficar um bocadinho mais preocupado, mas o facto de ficar preocupado, tal como eu, não significa que as soluções não possam aparecer. Na reunião que houve no passado dia 11 de março, do Conselho de Comunidade do ACES do Pinhal Litoral, uma das preocupações do Dr. Pedro Sigalho, que é o Presidente do ACES, foi que dos nove médicos reformados – porque há médicos reformados que



MUNICÍPIO DE POMBAL

estão a trabalhar nos cuidados de saúde primários, alguns de Pombal, que curiosamente nem estão a trabalhar no Concelho de Pombal – provavelmente não irão ter os seus contratos renovados. Era essa a preocupação dele. E quanto aos médicos contratados provenientes de Cuba, e até do Chile, não se sabe ainda também o que vai acontecer. Quer dizer, quando o Presidente do ACES, que de uma forma muito clara, demonstra as suas preocupações pela carência de profissionais, não só médicos, quarenta profissionais das várias classes, em média, de baixa na região que ele coordena, e demonstra desta forma que não sabe ainda o que é que vai acontecer, realmente tens razão para estar preocupado, todos nós temos razões para estar preocupados, e os utentes é que pagam tudo isto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, tem a palavra, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Então, eu vou aqui procurar responder, começando pela pergunta do Sr. Deputado Manuel António. Se nós formos consultar com atenção essa declaração do Município vizinho, ela tem pelo menos dez anos. Portanto, pode parecer uma novidade para alguns, mas para quem cá está a acompanhar, sabe muito bem que chegou a haver inclusivamente uma empresa municipal promotora para gestão desse espaço, que nunca foi adquirido – não são dez anos, são quinze, foi talvez nos anos 2001, 2002, 2003, que eu lembrome de estar no Governo Civil e ir lá, estive lá entre 2002 e 2005. Portanto, há doze, treze, catorze anos, que se fala dessa circunstância.

O que é que nós temos andado a fazer? Nós criámos uma via verde para o licenciamento, onde eu, quinzenalmente, recebo as informações de todos os processos que estão pendentes no licenciamento de obras particulares, na parte da indústria e das empresas, articulo com o Sr. Vereador e com o Chefe de Divisão. Temos procurado com todos os empresários ter um contato de proximidade, e portanto, fizemos aqui várias reuniões e mantemos essa proximidade – ainda ontem almocei com alguns. O Gabinete de Apoio ao Investidor, uma coisa nova que foi criada no quadro orgânico da Câmara, foi provido de recursos humanos, funciona, faz reportes, informa, prepara operações e ajuda-nos. Tivemos a modificação aprovada no princípio deste mandato do Plano Diretor Municipal, que resolve grande parte de uma série de dificuldades, nomeadamente até com a adesão agora ao 175, do regime especial de licenciamento, que temos uma série de processos que estão a ser tratados. Criámos o regulamento fiscal de apoio à indústria, que não havia; descemos a Derrama, que é uma coisa nova; fizemos a ampliação do parque industrial do Louriçal, com financiamento comunitário; conseguimos a ampliação do Parque Manuel da Mota com apoio comunitário – temos a questão judicial que vamos ultrapassar; não vos vou dizer como, mas vamos ultrapassar, e vai ser resolvida, espero eu, muito rapidamente. Estamos a fazer uma alteração ao Parque Industrial Manuel da Mota para fazer a instalação de uma das unidades novas da Lusiaves, de incubação de ovos, vai à próxima reunião de Câmara, na sexta-feira, a alteração desse loteamento. Fizemos as tais candidaturas às áreas de utilização empresarial, tivemos, e temos hoje, um compromisso da grande parte dos nossos empresários com a comunidade, não só através da sua participação no capital social da Escola Tecnológica, mas principalmente na definição estratégica daquilo que a escola deva ser, e da forma como deve corresponder às necessidades dos cidadãos, temos hoje uma relação com o IAPMEI que nunca tivemos, na captação e na apresentação do nosso concelho. Formalizámos a candidatura do Gabinete de Inserção Profissional, precisamente porque sentíamos que era uma forma de podermos fazer aqui um melhor casamento entre aquilo que era a procura e a oferta, mas principalmente conhecermos o tecido que, estando desempregado, precisamos de canalizar melhor. E portanto, temos tomado aqui um conjunto de iniciativas, de facto, para acelerar e



MUNICÍPIO DE POMBAL

melhorar. Acrescento aqui aquela que já aqui tínhamos falado há uma temporada, de se ter proposto também a criação à própria NERLEI de uma equipa de trabalho que procurasse uniformizar os regulamentos municipais para os projetos empresariais de qualquer índole, no âmbito dos dez Municípios da Comunidade Intermunicipal de Leiria, para facilitarmos, através daquilo que esteja ao nosso alcance, os chamados custos de contexto, e podermos mais rapidamente corresponder às expetativas de todos.

Eu tomei aqui a devida nota das observações do Sr. Presidente da Junta de Almagreira, nomeadamente a que diz respeito à questão dos caminhos florestais, também à questão dos transportes, vamos evidentemente perceber, nesta nova proposta de ampliação, não fará muito sentido que de um lado da estrada, se for ali na Estrada 237-1, sirva o Pinheirinho e não sirva Sazes, ou não sirva Espinheiras, como também não fará muito sentido que, se pudermos chegar ali ao início dos Bairros da Paz, não o possamos fazer. No entanto, há uma coisa que é importante sublinhar: há territórios que estão debaixo de concessões, e essas concessões têm uma proteção jurídica que nós não podemos conflitar, e aquilo que é o regime de exceção aplica-se à Freguesia de Pombal. Todos temos que ter esta noção, mas é uma coisa que é evidente, depois de estarmos nos limites da Freguesia de Pombal, podemos pensar noutra tipo de soluções.

O mesmo acontece com os transportes escolares, e nos transportes escolares, de facto, temos aqui um novo desafio, que se calhar agora, nesta próxima reunião em que o Conselho Municipal de Educação tenha que aprovar o novo plano, se calhar o que nós aqui temos que pensar muito bem é se nós queremos que os nossos alunos continuem a chegar a casa, os que estão nas freguesias, às sete da tarde. É isso que nós queremos perguntar. Isso obriga a que, de facto, as escolas tenham horários mais adequados, e que os alunos saiam às quatro e meia ou às cinco horas. E assim, sim, temos os horários dos alunos a presidirem àquilo que é essa uniformidade, essa unidade dos blocos educativos, e depois os alunos vão para casa, e têm atividades extracurriculares, e vão mais cedo, e almoçam na escola, e tudo funciona muito melhor. Enquanto continuarmos a ter esta desorganização que permite fechar escolas que são periféricas tirando-lhes os contratos de associações, a atirar tudo para Pombal, para depois estarem cá até às sete da tarde, percebemos que não estamos a fazer nada daquilo que devemos. E eu sou contra isso, mas no nosso país há quem ache que esse é que é o caminho, e está preso ideologicamente a essas opções, e não quer fazer as coisas de outra maneira. E tem que haver aqui um espaço. E isto pode fazer-se de duas maneiras: a bem ou a mal. A bem é estarmos todos de acordo e fazermos; a mal é a Câmara dizer: “O último transporte para casa das pessoas é às cinco da tarde. Façam os horários para corresponder a este horário.” Sim, porque em Portugal temos esta coisa sui generis que é que os primeiros a decidirem como é que os alunos vão para casa é a Câmara, em maio; depois, os horários são feitos em outubro, e às vezes em novembro estão a ser corrigidos. Portanto, como é que nós podemos organizar uma família, quando isto está tudo de pernas para o ar. E no meio, ainda temos de arranjar pavilhões desportivos para a malta ter atividade desportiva, para depois irem para casa. Isto são as regras do jogo. Portanto, é muito oportuno, Sr. Presidente, porque ainda bem que hoje há pais que acham que as crianças não têm que ficar não sei quantas horas na escola, à tarde, porque alguém lhes pôs uma aula das quatro às cinco, depois de acabaram à uma. Mas, isso significa os constrangimentos do espaço, das salas, e de uma amplitude decisória que não tem limite, é das oito e vinte às seis e vinte, e aqui dentro tem que caber tudo. E nós temos que olhar para isso e perceber se no nosso modelo de desenvolvimento e da nossa comunidade, é isso que nós queremos. E eu vou precisar da vossa ajuda, de todos, no Conselho Municipal de Educação, porque isto vai ser uma luta rija, porque é muito mais fácil dizer: “Acabem-se com as escolas dos contratos de associação, mandem-se os



MUNICÍPIO DE POMBAL

alunos todos para Pombal ou para a Guia”, e depois os pais de Abiul, de Almagreira, das zonas mais periféricas, de Albergaria dos Doze, que os venham buscar a Pombal, se quiserem, ou então os miúdos chegam a casa às oito da noite. Este é o modelo que estamos a construir, numa altura em que podíamos fazer isto bem, porque nunca tivemos, infelizmente, tão poucos alunos como temos hoje. E em vez de fazermos as coisas para podermos melhorar tudo isto, não, fazemos ao contrário. E nós perguntamos, enquanto cidadãos: isto interessa a quem? Isto interessa a quem? A mim não me interessa nada. Ter as coisas assim, a mim não me interessa nada, e nós temos que procurar inverter a situação. Mas, o mais fácil é dizer: “Não, está tudo mal.” Não, nós temos salas suficientes, temos é que as organizar bem, temos é que ponderar aquilo que é mais importante, se é o período escolar; se é a vida das famílias, se são as atividades extracurriculares, se é a conciliação dessas coisas todas, ou se são outros interesses. Esses é que têm que ser discutidos, e esses ninguém quer discutir. Esses, ninguém quer discutir. Portanto, é muito bem observado, Sr. Presidente.

Para terminar, Sr. Deputado Pedro Pinto, repare, nós só sabemos se as empresas são Gazela depois de começar a trabalhar; porque as Gazela são as que têm mais de dois dígitos de desenvolvimento de um ano para o outro. Portanto, eu não lhe posso dizer que ela é Gazela antes de ser. Ela tem que se instalar; e depois é que ela se torna Gazela; nós não as captamos e elas já são Gazela, porque elas são instaladas e crescem depois. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. “

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais e Certificação Legal de Contas – Ano de 2018;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer fazer alguma observação, ou esperamos pelas intervenções? Quem se quer inscrever neste ponto? Sr. Deputado António Pires, pode começar a intervir. Mantenham o dedo no ar, para eu registar quem é que está inscrito.”

António Pires da Silva (NMPH):

Boa tarde, Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados.

O relatório de gestão e prestação de contas é um importante documento de gestão, mas também um importantíssimo documento de reflexão política. O que aqui tenho dificuldade em perceber é que a esta Assembleia venha somente o relatório elaborado pela Divisão de Administração e Finanças, ou seja, um relatório meramente técnico, sem qualquer parecer político do Executivo, com a sua reflexão sobre as contas, com a sua reflexão sobre o rumo das suas políticas, sobre o rumo que tem pensado para o concelho. O Presidente da Câmara e os Vereadores não são os técnicos superiores; são políticos. E aqui, o que temos que discutir são políticas, as opções, temos que discutir se essas opções são as indicadas, as corretas, se são adequadas à estratégia pensada para o concelho. Vejo apenas um documento técnico sobre a saúde financeira da Câmara Municipal de Pombal, e ações dispersas – prementes, certamente.

O Executivo não tem um plano estratégico. Este relatório de gestão e prestação de contas deveria ser discutido com base nesse plano, para avaliar a boa aplicação dos dinheiros públicos, para avaliar a governação, para avaliar a estratégia definida para o concelho. Muito gostaria de conhecer o entendimento do Sr. Presidente da Câmara sobre aspetos muito positivos, como a



MUNICÍPIO DE POMBAL

evolução da dívida da Câmara a médio e longo prazo, ou sobre a execução da despesa, nomeadamente em que itens são consumidos os recursos do nosso Orçamento Municipal. É na coesão social? Mas, por quê? É na economia? Mas, por quê? É na qualidade de vida e do ambiente? Mas, por quê? É no organismo, na requalificação urbana? É na mobilidade? É nos transportes? É na educação? Por quê? Quais foram os eixos prioritários de intervenção? E em cada um destes itens, para onde foi a maior fatia de investimento? Em que ações? Com que estratégia? Com que objetivos? Compromete-se com o quê com os Pombalenses? E aí sim, estas são as nossas contas a prestar.

Relativamente à taxa de execução, situou-se abaixo de setenta e dois por cento (72%), com uma quebra de dezoito por cento (18%) em relação ao ano de 2017, e de cinco por cento (5%) em relação ao ano de 2016, o que denota duas ideias: a taxa de execução não é estável, refletindo uma ação despesista em período pré-eleitoral, é eleitoralista. Esta taxa não acompanha os valores de anos anteriores. É claro que as atuais leis de contratação pública e dos compromissos podem levar a dificuldades em obter taxas de execução muito elevadas, mas não justificam oscilações ao longo dos anos. Muito gostaria de saber qual o parecer do Executivo relativamente às taxas de execução.

Agora a receita, também gostaria de conhecer o parecer do Presidente da Câmara sobre a execução da receita. O concelho conseguiu gerar mais recursos? Existe um aumento da atividade económica? Pode concluir-se que as ações desenvolvidas pelo Município permitem gerar emprego e geram receita fiscal para a autarquia? Analisamos o documento e verificamos que em 2014, a receita total era de quarenta e dois milhões de euros (42.000.000€); em 2018, a receita total é de trinta e seis milhões de euros (36.000.000€). A receita corrente praticamente não variou entre 2014 e 2018. Gostaria de perceber e de ter lido a reflexão do Executivo. Isto deve-se a bons atos de gestão? Quais? Isto deve-se à dinâmica que a cidade vive? Isto deve-se às políticas municipais? Isto deve-se à capacidade que o Executivo tem de atrair investimento privado em áreas como a reabilitação urbana, a inovação, a tecnologia ou o turismo?

E o saldo de gerência, um aumento de dois milhões de euros (2.000.000€) de 2017 para 2018. Como é visto isto pelo Executivo?

Era isto que eu esperava ver para poder apreciar e discutir este relatório de gestão e de contas. Resumindo, o Executivo tem capacidade de investimento e de endividamento, mas não tem um plano estratégico para o concelho. Não se vislumbram obras estruturantes, nem capacidade de execução e de intervenção para melhorar a qualidade de vida dos Pombalenses, e resolver os reais problemas do concelho. Por estas razões, votaremos contra.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Ferraz.”

Pedro Ferraz (PPD/PSD):

“Ora, muito boa tarde, cara Presidente da Assembleia Municipal de Pombal, caro Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Dr. Diogo Mateus, caros vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia, deputados, caros munícipes e cara comunicação social.

É apresentado à Assembleia Municipal todos os anos, por esta altura, o relatório de contas e o relatório de gestão da Câmara Municipal como entidade individual, e a respetiva certificação legal de contas. Eu venho aqui, no fundo, analisar o por quê deste documento e em que é que ele contribui para espelhar tudo aquilo que a Câmara Municipal de Pombal fez em prol do Município durante o ano de 2018.

Primeiramente, ao nível da receita, e como já foi dito anteriormente, a receita este ano ficou com um grau de execução de noventa e três por cento (93%), num montante de quarenta e um milhões (41.000.000€). A receita corrente manteve-se estável, entre os trinta e dois (32.000.000€) e os



MUNICÍPIO DE POMBAL

trinta e três milhões (33.000.000€), correto. As receitas de capital é que desceram para um patamar de três vírgula dois milhões (3.200.000€). Mas, ao ler o relatório de contas da Câmara Municipal que foi apresentado, percebe-se o por quê; percebe-se que foram apresentadas candidaturas a fundos comunitários, nomeadamente do FEDER e do Fundo de Coesão, e eles não foram aprovados por essas entidades no seu devido tempo. Não é um atraso da Câmara Municipal; são essas entidades que não estão a dar uma resposta proativa para dar esses fundos, e daí não termos essas receitas de capital. E que fique claro perante esta Assembleia.

Ao nível da despesa total, ela teve um grau de execução de setenta e sete por cento (77%), no montante de trinta e quatro milhões (34.000.000€). Claro que podemos perguntar: por quê um saldo de gerência de sete milhões de euros (7.000.000€), se nós sabemos que em 2017 foi de cerca de cinco milhões de euros (5.000.000€)? Existem muitas vicissitudes que podem levar a que um saldo de gerência aumente, mas não me parece que sejam negativas.

A execução das Grandes Opções do Plano, na casa dos setenta e um vírgula sessenta e um por cento (71,61%), abaixo dos setenta e dois (72%). Ora, todos sabemos, e não é nada de novo, que as autarquias, em Pombal e em todo o país, têm ciclos, e os ciclos são de quatro anos. Eu não posso comparar os setenta e um vírgula sessenta e um por cento (71,61%) com os oitenta e seis vírgula oitenta e quatro (86,84%) de 2017, último ano do mandato; eu tenho que comparar os setenta e um vírgula sessenta e um por cento (71,61%) com, por exemplo, 2015, o primeiro ano do mandato que foi liderado pelo Dr. Diogo Mateus. O que isto demonstra é que nós melhorámos a execução orçamental em seis por cento (6%) no mesmo período do ciclo eleitoral.

Ao nível do quadro global de trabalhadores, houve um aumento de quatrocentos e sessenta e oito para quatrocentos e oitenta e um empregados, também me parece bem. Aumentámos o saldo de gerência, aumentámos o resultado líquido do exercício, e conseguimos ter mais treze trabalhadores, não me parece mau.

Ao nível da dívida total, temos quatro milhões, duzentos e dezasseis (4.216.000€), para um limite máximo de endividamento que era permitido no final de 31 de dezembro de 2018 de quarenta e nove milhões (49.000.000€). Portanto, temos disponível ainda quarenta e quatro milhões de euros (44.000.000€) de capacidade de endividamento. Claro, pode-se discutir: por quê termos tanta capacidade não utilizada? Pode-se discutir e encontrar projetos viáveis, não é encontrar projetos que não são saudáveis para o Município, fazê-los e depois não saber que uso dar a esses investimentos.

Além disso, a Câmara Municipal, se for lido o relatório de contas, não apresenta pagamentos em atraso, isto é, não existem fornecedores que se queixem que a Câmara deva mais de noventa dias, é o que podemos ver. Além disso, as contas foram – como têm que ser – validadas por um auditor externo (Valente, Trindade & Associados), que no seu parecer recomenda à Assembleia Municipal a aprovação deste documento, sem qualquer reserva, bem como também tem que ser aqui aprovada a aplicação do resultado do exercício do ano anterior, de 2018, no montante de cinco milhões, trinta e um mil, duzentos e vinte e três euros, e setenta e seis cêntimos (5.031.223,76€).

Face ao exposto, eu acho que é de elementar responsabilidade que todos os deputados presentes, de todas as Bancadas, aprovem este documento. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado. Relativamente aos documentos que estamos aqui a apreciar, gostaríamos de começar por salientar um facto importante, que é o saldo de gerência, que foi, no final do ano de 2018, de cerca de sete milhões, duzentos e noventa e seis mil euros (7.296.000€), ou seja, cerca de mais de um milhão (1.000.000€) relativamente ao ano passado. Já tivemos



MUNICÍPIO DE POMBAL

oportunidade de dizer no ano passado que este valor poderia indiciar, à primeira vista, que teríamos aqui uma boa gestão em 2018. Porém, o nosso entendimento é diferente, e é diferente porque o Município tem ainda muitas carências, e não se consegue compreender como é que esta disponibilidade financeira do Município não é aplicada para realizar investimento. E o que é certo é que o nosso concelho precisa desse investimento. Ainda existem carências; o que parece que não existe é vontade política para fazer esse investimento. Temos que perguntar por que razão não se fez mais investimento, de molde a poder consumir parte deste saldo. É a pergunta que fica, e que aguardamos a resposta do Sr. Presidente.

Um outro ponto é a execução da receita ter atingido um valor de execução na ordem dos noventa e dois ponto noventa e sete por cento (92,97%), inferior ao ano de 2017. Um outro apontamento é de que a receita total foi a mais baixa dos últimos quatro anos. Isto deve também merecer a reflexão desta Assembleia.

Na receita corrente, voltamos à questão dos impostos, e temos o IMI, o IMT, o IUC, a Derrama, que mais uma vez tiveram um aumento relativamente a 2017, na ordem de grandeza de um vírgula oitenta e três por cento (1,83%), mantendo-se a tendência de subida que já se tinha verificado em 2017. Aliás, se nós consultarmos os documentos, facilmente concluímos que o peso dos impostos diretos na receita total aumentou cerca de três vírgula oito por cento (3,8%) relativamente ao ano anterior.

No que diz respeito à despesa, temos uma execução de setenta e sete por cento (77%), portanto inferior à do ano de 2017, ou seja, menos dez ponto sessenta e três (10,63%). Curiosamente, analisando a evolução da despesa total, verificamos que no ano de 2017 foi exatamente quando a despesa aumentou, esta cifrou-se em quarenta e três milhões de euros (43.000.000€), mais ou menos, uma diferença de cerca de oito milhões de um ano para o outro.

Como já tínhamos também referido no ano passado, aquando da análise que fizemos às contas, e que já suspeitávamos que, de facto, em 2018 a despesa teria alguma redução. E isto por quê? Porque 2017 foi um ano de eleições, e portanto, a despesa disparou. Ou seja, a nossa suspeita confirmou-se, de que em ano de eleições a despesa aumenta significativamente.

As receitas e as despesas correntes, a exemplo do ano anterior, têm sido regulares, tendo as receitas e as despesas de capital variado em função do financiamento concedido pelos fundos comunitários.

No que se refere à execução das Grandes Opções do Plano, temos uma taxa de execução de setenta e um ponto sessenta e um (71,61%). Verificámos com mágoa que houve uma redução de trinta e um ponto quarenta e um (31,41%) relativamente a 2017. Podemos constatar que houve alguns setores que ficaram aquém das necessidades, e que são de alguma forma reveladores daquilo que é o estado em que se encontra o nosso concelho. Destacamos três: indústria e energia, os parques industriais e o turismo. Ou seja, podemos concluir que o Município podia e devia ter feito um melhor planeamento de obras, podia e deveria ter promovido e desenvolvido condições para a fixação de investimento. Infelizmente, tal não aconteceu. Tinha condições para o fazer? Tinha, com certeza, assim houvesse vontade política.

Uma nota final para dizer aqui ao nosso caro colega deputado que a análise das contas, de ano a ano, resulta da Lei, e que querer fazer esta análise em ciclos eleitorais é perverter a Lei, e nós não estamos de acordo com isso. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Carlos Lopes. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Caros colegas deputados municipais, antes de começar a ler aquilo que tinha escrito, queria, naturalmente, fazer aqui alguns reparos – reparos no bom sentido, naturalmente, é a minha opinião, penso que não vou ferir a dignidade de ninguém – relativamente, em primeiro lugar, à intervenção do Dr. António Pires. Este é um relatório de gestão e prestação de contas. Nós aprovámos, com os votos contra, o ano passado, o Plano de Atividades. O Plano de Atividades reflete as intenções e prioridades da Câmara Municipal. Quanto a se tem estratégia, ou se não tem estratégia, nem sequer vou discutir isso, porque esse é o discurso repetitivo que vimos ouvindo já há algum tempo. Mas, pronto, é a opinião, é respeitável, cada qual fica na sua.

Portanto, não cabe à Câmara interpretar, ela própria; cabe-nos é a nós interpretar este documento. Foi isso que o Dr. Carlos Lopes fez, à sua maneira, naturalmente, e é isso que eu pretendo fazer, agora já de uma forma mais coartada naquilo que era a minha intenção inicial, uma vez que o Pedro Ferraz já fez uma análise suficientemente clara daquilo que temos neste extenso documento de trezentas e noventa e quatro páginas, que eu duvido que qualquer um de nós tenha conseguido ler na íntegra. Impossível, é impossível.

Bom, de qualquer das maneiras, há documentos, há mapas, há áreas que, naturalmente, traduzem de forma mais expressiva, criteriosa e rigorosa aquilo que foi a atividade camarária. Eu escrevi aqui este extenso documento, mostra com clareza e rigor os principais indicadores da execução orçamental, execução de receitas correntes e de capital, despesa corrente e de capital, dando a cada um de nós a oportunidade de avaliar com o seu critério a atividade camarária ao longo do ano transato. Podemos assim verificar o trabalho desenvolvido nas diferentes rubricas das GOP, em primeiro lugar, com a respetiva execução financeira, que cada um apreciará, é certo, de forma mais ou menos positiva, consoante o seu posicionamento pessoal ou político, mas os factos aqui contidos são aqueles que traduzem a realidade do que se passou, não há nada escamoteado. Infelizmente, isso nem sempre acontece nos Orçamentos do Governo, onde há muita coisa escondida, nomeadamente no que diz respeito a cativações, e por aí fora.

Bom, eu não tenho dúvidas, nem nenhuma expectativa positiva, vindas das Bancadas da Oposição, já que em anos anteriores, por melhores que tenham sido os resultados ou indicadores, estes são sempre objetivo de crítica negativa e voto contra. Portanto, é estar a perder o tempo aqui a demonstrar qualquer virtude deste documento, porque o que lá está, está lá; a interpretação sobre se as execuções foram maiores ou menores, nas receitas correntes e despesas correntes, das receitas de capital e das despesas de capital, está lá tudo. É assim, os valores traduzem a realidade, e, naturalmente, eu posso admitir perfeitamente que diga que foi inferior a taxa de execução em algumas rubricas. Mas, ainda assim, em primeiro ano pós-eleitoral, podemos compreender, e também por alguns fatores extrínsecos à Câmara, nomeadamente financiamento externo, financiamento de fundos de coesão, naturalmente, que tenha havido aqui alguma retração em algumas áreas.

Portanto, não vou perder o meu tempo a comentar mais este relatório, para fundamentar o nosso voto favorável, mas resumidamente, e por desnecessário evidenciar tudo o que está plasmado neste documento, de forma nítida, permite-me abordar algumas das questões que o Pedro Ferraz já falou – nós não combinámos, eu fiz a minha avaliação – e portanto, o principal ele já disse, mas importa realçar o seguinte, destacar isto: o grau de execução orçamental da receita total situou-se nos noventa e três por cento (93%). É evidente que a execução da despesa ficou nos setenta e sete por cento (77%), verificando-se uma redução relativamente ao período homólogo de 2017, na ordem dos três por cento (3%). Em termos de execução da despesa global, o valor aumenta para noventa e cinco por cento (95%) se contarmos com a despesa comprometida e ainda não paga, ou faturada. A taxa de execução das GOP foi realmente mais baixa, foi na ordem



MUNICÍPIO DE POMBAL

dos setenta e dois por cento (72%), mas se compararmos os últimos oito anos, se fizermos a média, ela situa-se dentro da média dos últimos oito anos nesta Câmara Municipal.

Relativamente ao que o Carlos Lopes diz, nas receitas correntes há, efetivamente, uma importância muito grande dos impostos – os impostos diretos e indiretos contribuem com uma fatia importante para as receitas correntes. Ela não variou muito, em alguns impostos houve pequenos acréscimos, mas também não se esqueça que o IMI tem a taxa mais baixa; o IMT é salutar, porque significa que houve mais compras e vendas de bens, de edifícios, de casas em Pombal; a Derrama aumentou, e se aumentou é porque as empresas têm mais lucros, e portanto, é natural que isso se traduza também em algum acréscimo. Aqueles que diminuíram são compensados por alguns que são indicadores de alguma atividade económica em Pombal que favoreceu esse equilíbrio na receita corrente total. Portanto, isto não é mau.

Agora, redução do valor da dívida? Penso que já se falou nisso, mas é importante que esta Câmara tenha menos dívida, e é importante que esta Câmara também tenha de saldo de gerência transitado – enfim, com aquelas correções que aqui estão expressas – na ordem dos cinco milhões e qualquer coisa – que eu não tenho aqui o número completo – e evidentemente que a Câmara precisa de ter dinheiro, e deve ter, para investir em projetos que tem em carteira. Uma das razões por que esta Câmara teve acesso a fundos comunitários, a obras cofinanciadas por fundos comunitários, foi o facto de ter dinheiro para a sua participação, ao contrário de muitas outras, que estão em má situação financeira, estavam e tinham dificuldade em resolver problemas, e até resolver problemas decorrentes, às vezes, de fatores imprevisíveis, como o caso das catástrofes que aconteceram por este país. A Câmara de Montemor-o-Velho não tem dinheiro para meter na recuperação das associações, a Câmara da Figueira da Foz continua a aguardar o dinheiro, a Câmara de Soure continua a aguardar o dinheiro, e diz que tem dificuldade, nomeadamente a Câmara de Soure, porque a Piscina Municipal foi destruída, e porque não sei quê, e ele não tem dinheiro para avançar com a obra. Se isso acontecesse em Pombal, a Câmara Municipal tinha dinheiro para avançar com a obra. E portanto, quando se pergunta para que é que isto serve, serve para muitas destas coisas. E acho que não é por se ter que se deve gastar logo. Eu dizia, no tempo do Eng.º Narciso Mota aqui enquanto Presidente, com todas as críticas que foram feitas pela Bancada do Partido Socialista ao longo dos anos, que se a gestão a nível governativo fosse feita com as cautelas que eram feitas na gestão desta Câmara, por muito que pudessem ter corrido coisas mal, por muito que pudesse haver críticas sobre prioridades de investimento aqui ou acolá, mas que nós, se a gestão a nível do Governo Central fosse como a da Câmara Municipal, não havia os défices que nós ainda hoje estamos todos a pagar, de uma forma que, contrariamente àquilo que o Primeiro Ministro diz, nós estamos a pagar com impostos muito mais elevados do que tínhamos há uns anos atrás, pelo menos eu sinto isso, e sou funcionário público, e sei quanto é que pago.

Portanto, a capacidade de endividamento da Câmara já foi falada, a Câmara está numa posição financeira saudável, e se tiver necessidade de recorrer a empréstimos – já aqui foi falado isso – para obras estruturantes que tenha em carteira, no seu Plano de Atividades, se tiver que contrair empréstimos, não terá dificuldade em fazê-lo.

Acho que também já se falou nisso, é que esta Câmara não tem pagamentos em atraso, o que é bom, já vem de há uns anos, esta Câmara não tem pagamentos em atraso. Esta Câmara consegue – e não fosse agora o momento em que muitas empresas têm obra em carteira, outras, infelizmente, não conseguem cumprir as obras a que se propuseram, como aconteceu aqui em Pombal, e foram fator de constrangimento também para a execução do que estava previsto, e que se traduz também neste Orçamento, neste relatório de gestão, mas, naturalmente, é também um



MUNICÍPIO DE POMBAL

fator atrativo para as empresas concorrerem a projetos e a obras no Concelho de Pombal, o facto de sermos uma Câmara que paga a horas.

Na parte final do documento, nós temos que olhar para as atividades desenvolvidas numa série de rubricas que aqui, com certeza consoante o posicionamento de cada um de nós, foram rubricas importantes na despesa que aqui foram desvalorizadas, ou foram desconsideradas como prioridades de investimento, foram prioridades de investimento que a Câmara definiu, quer no saneamento básico, na educação, na cultura, no desporto, na ação social. E portanto, é perceber que apesar destas prioridades definidas pela Câmara, nem tudo foi conseguido porque, realmente, houve escolhos pelo caminho que não são responsabilidades exclusivas da Câmara Municipal na sua concretização. Eu diria, e digo com toda a franqueza, porque apesar de estar deste lado da Bancada, nesta Bancada, já estive na Oposição, já votei favoravelmente, há muitos anos atrás, Orçamentos de um Executivo que não era da minha cor política, abster-me, e também votei contra, consoante as características de cada um dos Orçamentos e de cada um dos Planos de Atividades – já lá vão trinta e tal anos.

Eu diria que podia ser melhor, mas ainda assim estamos muito bem no que concerne à gestão orçamental desta Câmara Municipal. Por isso, votaremos favoravelmente este relatório de gestão e prestação de contas.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu não vou ser tão extenso quanto foram os meus companheiros, mas gostava de tecer aqui duas ou três notas relativamente à prestação de contas, que no fundo é, no nosso entendimento, aquilo que espelha aquilo que foi aprovado no ano passado, relativamente ao Plano de Atividades. E nesse aspeto, há para nós uma evidência clara, que não nos deixa dúvidas: é que, de facto, há aqui uma divergência muito grande na aplicação daquilo que foi a concretização daquilo que o Município se propôs fazer durante o ano de 2018, e efetivamente, pela taxa de execução, quer das GOP, quer do PPI, não deixa dúvidas a ninguém que, efetivamente, isso ficou abaixo das expetativas, e eu acho que isso tem que ser revelado como uma – não queria utilizar um termo muito violento, para não ferir suscetibilidades, mas acho que é uma taxa de insucesso quanto àquilo que, de facto, era o Plano de Atividades.

Aproveitando aqui algumas palavras de alguns companheiros, se nós quisermos olhar para isto superficialmente, e quisermos olhar para o relatório do revisor oficial de contas, daquilo que nós vamos ter conhecimento a seguir, naturalmente que votaríamos todos a favor, porque, efetivamente, o relatório indica que a gestão foi criteriosa, no sentido daquilo que diz respeito à aplicação dos dinheiros – ou seja, os concursos foram abertos, tudo decorreu dentro da normalidade e da Legislação, e portanto, nesse aspeto, mal seria que o relatório fosse, de facto, dissuasor disso mesmo.

Agora, claramente aquilo que fica para o CDS é que o Município não teve a capacidade de aplicar o seu Plano de Atividades com uma taxa de sucesso próxima dos cem por cento (100%). E nesse sentido, naturalmente que nós iremos – ainda que tenham abordado aqui que deveríamos, todas as Bancadas, votar favoravelmente o documento, eu não concordo com isso, é por isso que cá estamos, cada um de nós tem as suas opiniões, e, naturalmente, cada um vota em consciência e de acordo com as suas opiniões. E, naturalmente, o CDS irá votar contra.

Gostaria – e não me leve a mal, Sr. Presidente – de lhe dar aqui um apoio naquilo que é, na minha ótica, ou na nossa ótica, aquilo que deve ser a visão de um Presidente de Câmara, e às vezes tenho dúvidas que tenha essa filosofia. Deve construir um concelho – neste caso, o de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pombal – para aquilo que quer para os seus filhos e para os seus netos, não só enquanto for Presidente do Município. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Sr. Dr. João Coucelo, na forma como se referiu ao meu colega de Bancada, não terá com certeza atentado ao que ele disse. Ele não pôs em causa as contas, números são números, há até uma certificação de contas, ninguém põe em causa as contas. O problema que está aqui – e foi no que ele tocou – ele apenas queria entender por que é que estão aqui estes números. Aliás, o Sr. Deputado Pedro Pinto acabou de pôr as questões muito claras sobre isto. Eu alertei aqui, no início deste mandato, que estranhava muito não ver definidas Grandes Opções do Plano, não havia uma estratégia; havia números, mas não havia uma definição de estratégia.

Ora, o que nós devemos aqui verificar é o seguinte: este relatório que aqui está tem duas componentes: chama-se de gestão e de prestação de contas. As contas estão certas. Além disso, ainda há outras instâncias para as analisar. Portanto, não estamos a pôr isso em causa. Agora, o que está aqui em causa é que havia um Plano, e isto traduz a execução desse Plano, há desvios. Portanto, o que aqui foi requerido era compreender a razão de ser dos desvios. Quer dizer, nós não estamos aqui para estarmos nós a fazer julgamentos ad hoc; é de bom tom que se apresentem justificações a priori, para nós sobre elas nos pronunciarmos. O que é que terá acontecido? Vem o Sr. Presidente agora, na sequência, dizer, eu sei que isto é um ano difícil, é um ano eleitoral, eu felizmente estou aqui numa posição de independente, não tenho aqui Partidos a defender, mas fico muito surpreendido. Eu não sei se já estamos a assistir aqui a uma campanha eleitoral para as Legislativas, em que algum dos Srs. Membros que estão aqui, quer do Executivo, quer da Assembleia, já estão a pensar na sua candidatura a deputados da nação, ou não. Eu não sei. De qualquer maneira, são livres, tudo isso é livre. Agora, pode é se calhar isso refletir-se no que estamos aqui a assistir. E portanto, nestas coisas, eu não tenho pré-juízos, eu não faço pré-juízos. Em relação aos juízos que faço, assento-os sempre em duas premissas: a maior e a menor. O velho silogismo, eu sou aqui acusado de formalista, mas enfim, ainda não há melhor, se tiverem melhor forma.

E portanto, eu também entendo que em relação a estes desvios, deveríamos ter alguma informação para tentar compreender. Mas, pronto, vamos agora aguardar que o Sr. Presidente, na sequência, nos possa informar sobre isso. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Dou a palavra de novo ao Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Vou ser muito breve, que é para não prolongarmos esta discussão. Eu podia até não ser breve, Dra. Ofélia, podia usar o tempo que me apetecesse, é um direito que eu tenho. Assim já não vou ser tão breve, porque já tive que fazer este reparo. De qualquer das maneiras, porque não há tempo neste período, neste período não há tempo, e a Dra. Ofélia, que já esteve aqui na Câmara, sabe que, às vezes, a discussão do Plano e a discussão do Orçamento são demoradíssimas.

Com todo o respeito que tenho pelo Dr. Manuel Barros e pelo Dr. António Pires, naturalmente, o que eu pretendi dizer – e aí não estou de acordo nada consigo, não estou de acordo consigo na forma como interpretou, por um lado, as minhas palavras, mas também pela forma como eu interpreto estes documentos, e desculpe-me usar este termo, como interpreto estes documentos desde há trinta e tal anos, e vi a evolução que eles tiveram em termos de minúcia, de



MUNICÍPIO DE POMBAL

discriminação, de acordo com os Planos que as Câmaras Municipais têm que apresentar. A Legislação foi evoluindo, e o que têm que apresentar à Assembleia Municipal hoje, nós temos um volume de informação que não tem nada a ver com aquilo que acontecia há trinta anos atrás. Também o volume de trabalhos que as Câmaras tinham há trinta anos atrás não tem nada a ver com aquele que têm atualmente. Mas, da execução orçamental, nós percebemos, nos tais desvios, onde é que os houve, e com certeza o que temos que perguntar, naturalmente, ao Sr. Presidente, se não estamos esclarecidos, é por que é que aconteceram. Há no relatório algumas explicações, nomeadamente na aplicação das despesas de capital, o que é que aconteceu, os financiamentos que não foram recebidos, embora com obras concursadas e lançadas, a despesa que não foi paga, mas que está comprometida. Percebemos que as obras foram lançadas; não estão completadas, a despesa não está totalmente realizada. Isso percebe-se quando formos depois à parte das diferentes rubricas das várias áreas, do desporto, lazer, cultura, ação social, saneamento, onde é que se gastou e onde é que não se gastou. Portanto, é evidente que isto é demorado, complexo, trabalhoso. E portanto, eu acredito que nem todos nós conseguimos – e eu disse-o no princípio, não é fácil ler um documento destes e perceber tudo aquilo que explica parte dos desvios. E eu também não o li na íntegra, mas fui às partes em que estou habituado a ir, porque são aquelas mais cruciais. Há um desvio relativamente aos objetivos da Câmara, eu não chamo de insucesso, ao contrário do que os colegas do CDS aqui disseram, não me parece que seja um insucesso; não foi um sucesso total. Ninguém tem taxas de realização de cem por cento (100%), ninguém, basta ver o que aconteceu com o Governo na execução de fundos comunitários, nomeadamente o candidato agora às eleições europeias, que atingiu para aí quinze (15%) ou vinte por cento (20%) daquilo que era o objetivo. E muitas Câmaras aqui à volta, se os senhores forem ver, nem cinquenta por cento (50%). Mas, pronto, com o mal dos outros podemos nós bem.

De qualquer das maneiras, para lhe dizer também que eu não sei se há aqui candidatos a não sei o quê, e também não percebo por que é que o Dr. Manuel Barros falou nisso, porque isto não vem nada a propósito daquele assunto que estamos aqui a tratar. De qualquer das maneiras, cada um pensa como pensa.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra, pela segunda vez, ao Sr. Deputado Manuel Barros.”

Manuel Barros (NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Sr. Dr. João Coucelo, eu também tenho o maior respeito por V. Exa., isso não está minimamente em causa, e estamos aqui no exercício de liberdade, de troca de argumentos. Nós não fizemos nenhum julgamento, nem falámos de insucesso; nós dissemos que só queríamos entender. Só queremos entender. E portanto, devia haver uma apresentação das razões políticas, como foi aqui dito – não é das técnicas, isso está aqui tudo impecável, não se põe em causa. E em relação a essa matéria, enfim, para nós não está aqui. Certamente se estivesse, nós estávamos a falar de quê? Provavelmente das justificações. Há um desvio nisto ou naquilo, mas pode haver justificação para ele. E portanto, até por vezes é mais positivo não gastar do que gastar mal, sem dúvida. Agora, o que nós queremos é entender, e aqui isso não é clarificado. Portanto, que fique claro que não estamos aqui contra ninguém.

De resto, não é preciso ler um relatório linha a linha, porque há técnicas de leitura deste tipo de relatórios, em que nós vamos aos pontos chave, e dali tiramos as nossas ilações. Mal seria, nem com o tempo que nos é dado para apreciar os documentos, teríamos tempo, porque em oito dias, não dava qualquer hipótese.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação à questão política, isso é um aparte. Aliás, nós normalmente assistimos aqui a estas picardias, quando as coisas correm mal, a culpa é do Governo Central. Eu não estou aqui a defender o Governo Central, até estou numa postura de independente. Agora, aos munícipes que nos ouvem lá em casa, pode parecer que isto está aqui uma certa campanha eleitoral, mas eu até admito, isso é normal. Por exemplo, será que o Sr. Presidente nos pode prometer aqui que vai chegar ao fim do mandato, e que não vai, por exemplo, para outro cargo público? Posso pôr esta questão, não é nenhuma ofensa a ninguém. E portanto, naturalmente que podemos vê-lo num cargo superior a este brevemente.

Mas, sobre isto, naturalmente que é um fait diver, Sr. Dr. João Coucelo, e que acho que não molesta ninguém. Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, segunda intervenção.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“É muito rápido, só para dizer ao Dr. Coucelo que, da nossa intervenção, aquilo que conseguiu extrair foi uma figura de estilo que eu utilizei, podia utilizar outro termo qualquer. Mas, de qualquer forma, fica só a nota.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada. Sr. Presidente, tem agora o momento para responder.”

António Pires da Silva (NMPH):

“... porque senão, de facto, torna-se impossível estar aqui tanto tempo. (intervenção inaudível).”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Mais uma vez agradeço a sua intervenção, Sr. Deputado António Pires. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Srs. Deputados, muito obrigado.

Eu vou cruzar aqui algumas das intervenções, mas deixe-me começar por esta intervenção final do Dr. Manuel Barros, reforçada, aliás, no sentido de que nós só queríamos entender a razão que possa justificar, ou as razões que possam justificar os desvios. Eu acredito naquilo que o senhor disse, exceto se o Dr. António Pires não tivesse falado primeiro, antes de haver qualquer resposta, dizendo que votava contra. E portanto, para haver uma coerência discursiva, nós, de facto, temos que dizer assim: “Bom, se calhar gostava que o Presidente começasse por dizer as coisas”, não significa que não diga, mas em qualquer circunstância, há sempre uma declaração política dizendo que, de qualquer modo, votarei sempre contra. Mas, sabe, se algum dos senhores dessa Bancada tiver dificuldade em perceber como é que se vota contra sem um plano estratégico, pergunte ao Eng.º Marques, que votou para aí vinte Orçamentos de Câmara, relatórios de contas e Orçamentos, e a Dra. Ofélia também os votou. Portanto, é extraordinário como é que nós damos um tão grande contributo quando mudamos de Bancada para esta elevação que a política tem. E é evidente que depois, quem está em casa, conhece as caras, vê os comportamentos, e diz: “De facto, é estranho.” Por que é que estas pessoas que estavam no PSD, e nunca tiveram esse documento, aprovaram sempre as contas e os relatórios, e agora, que já não estão no PSD, acham que estes relatórios são essenciais para poderem votar. Quem tem que explicar isso não sou eu, porque eu continuo a votar na mesma; eu continuo a votar na mesma. E não creio que os documentos que aqui estão firmam a Lei, nem sob o ponto de vista da sua construção, nem sob o ponto de vista da sua composição, que é o conjunto de elementos que esta Assembleia tem que conhecer.

E portanto, eu queria começar por aqui, porque, de facto, isso, neste contexto ou noutro contexto qualquer, não empresta muita dignidade aqui à nossa Assembleia, e à atividade política que



MUNICÍPIO DE POMBAL

fazemos, porque quem está a observar percebe que tenho razão, isso não é uma coisa muito coerente. Eu não estou muito preocupado com isso, porque essa incoerência não é minha, mas é isso que vou dizer.

Depois, temos aqui também alguma falta, não sei se é de perceção, se é de vontade de perceber. O que nós aqui estamos a discutir é como é que o Plano de Atividades e o Orçamento que foi aprovado por esta Assembleia foi cumprido em 2018. É isso que nós estamos aqui a fazer. Esqueçam-se de planos estratégicos, porque esses não têm aqui. Isto pode ser uma ação de um plano estratégico; não é o plano estratégico que está aqui em discussão. Estamos a falar das ações que estavam identificadas, e como é que elas foram manifestamente executadas. É isso que esta Assembleia deve fazer. E deve fazê-lo de forma o mais isenta possível, e os números são isso mesmo. Não é relevante a minha opinião. Mas, por que é que nós havemos de achar que aquilo que se pagou constitui a única forma de avaliarmos aquilo que nós fizemos? Por quê? É uma leitura até bastante pequenina para quem está a fazer uma avaliação de uma estrutura que não se pode avaliar apenas por aquilo que se comprou, porque em rigor, até posso fazer o adiantamento de uma obra ao empreiteiro, ele não executar nada, ou ele até já pode ter feito e inaugurado, e eu não lhe paguei coisa nenhuma. Portanto, isso até pode ter desvios. Não é recomendável, nós não fazemos nem uma, nem outra, mas não é isso que nós aqui temos. E portanto, isso é que vale a pena nós percebermos, o que é que aqui estamos a fazer.

E eu pergunto se, de facto, quando temos durante o trabalho durante um ano, no Orçamento da despesa executada setenta e sete por cento (77%), o PPI a sessenta e quatro (64%), a taxa de execução das GOP de setenta e um por cento (71%), que se diga que é mau. Vamos dizer assim, é menos do que cem (100%), é evidente que é menos do que cem (100%). Mas, vamos conhecer, até para poder ali responder também ao Dr. Carlos Lopes, vamos conhecer o estado da arte regional de saldos transitados, vamos lá ver, até porque nós temos aqui uma grande confusão, porque há alguns Srs. Deputados que julgam que saldos transitados é dinheiro que não foi afeto a coisa nenhuma, e não é nada disso. Não é nada disso. Se os senhores quiserem ir ver qual é a taxa de compromisso do Município, vão ver que ela está encostada aos cem por cento (100%). O que é certo é que a execução de algumas dessas obras, ou de algumas prestações de serviços, não corre ao ritmo que nós queremos. Mas, já lá vamos. Nem há muito para discutir, são dez coisas, ou nove. Reparem, como é que nove coisas nos desviam da execução orçamental de investimento de vinte e sete milhões (27.000.000€) para os dezanove (19.000.000€). São só nove; reparem, não são noventa. Quem quiser comparar os documentos e estar atento, e recebê-los e fazer esse estudo, consegue rapidamente lá chegar. Eu posso explicar, mas eu acho que os senhores se envolverão muito mais, e farão esse trabalho de acordo com a vossa consciência, com a vossa leitura e com os vossos conhecimentos. Mas, já lá vamos.

Mas, vamos ver aqui o estado da arte. Alguém teve o cuidado de ir ver quanto é que é a percentagem dos saldos transitados da Câmara de Pombal face ao Orçamento? Este ano, são dezasseis por cento (16%) – nós temos um saldo de gerência de sete ponto dois milhões (7.200.000€), que representa dezasseis por cento (16%) dos quarenta e quatro milhões (44.000.000€) do Orçamento. Os senhores querem saber qual é o saldo transitado da Câmara de Leiria? A Câmara de Leiria tem um saldo transitado que corresponde a trinta e sete por cento (37%) do seu Orçamento – dos cento e seis milhões de euros (106.000.000€) que estavam previstos, tem um saldo transitado de trinta e nove milhões (39.000.000€). Querem saber os saldos transitados da Câmara de Coimbra, presidida pelo Presidente da Associação Nacional de Municípios, autarca de eleição, que tem um Orçamento de cento e vinte e três milhões de euros (123.000.000€)? Tem uns saldos transitados que correspondem a vinte e sete por cento (27%) do Orçamento, trinta e três milhões e meio de euros (33.500.000€). Querem conhecer os saldos



MUNICÍPIO DE POMBAL

transitados da Marinha Grande, que tem trinta e nove por cento (39%) do seu Orçamento em saldos transitados para o ano seguinte? E vem falar de Pombal? Vem falar de Pombal? Meus amigos, as regras são iguais para todos. Há algum Presidente de Câmara que não queira executar? Há algum Presidente de Câmara que não queira fazer o melhor trabalho possível? Que queira estar no seu mandato, ou queira ir para algum lado? Estas são as contas, meus amigos, estão aqui, se quiserem ver. Vale a pena, às vezes, nós sairmos aqui do nosso casulo, levantarmos a cabeça, olharmos à volta e perceber como é que a arte se porta. Sabem quais são os saldos transitados da Figueira da Foz? Vinte e um por cento (21%) do seu Orçamento.

Portanto, reparem, não podemos dizer com isto que as pessoas são más Presidentes de Câmara, que executam mal o seu Orçamento, se calhar até está tudo comprometido, se calhar até houve obras embargadas, houve vistos do Tribunal de Contas que não vieram, houve autorizações ou pareceres que não vieram a tempo, houve um acidente, houve uma providência cautelar, qualquer circunstância. Portanto, é sempre um bocado limitado olharmos para isto, para os números – mas, é isso que nós estamos a fazer, e é isso que vale a pena nós termos em linha de conta.

O Dr. António Pires voltou a fazer estas referências sobre as questões dos compromissos, e daquilo que é o conjunto das opções e das estratégias. Mas, essas estão inscritas no Plano de Atividades e Orçamento. Pode não ser aquilo que o senhor gostava que lá estivesse, gostava de ter um documento muito mais complexo, já discutimos isso aqui muitas vezes, já falámos de dezenas de elementos estruturais que fazem parte das obrigações da Câmara, que a Câmara os tem, que os divulga, que exorta à participação, que os publica e que procura cumprir, e que depois, quando cumpre, já não vale a pena. Reparem, há bocadinho falámos da Bandeira de Excelência; a Bandeira de Excelência tem um plano de adesão a esse projeto, tem um Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades, tem um Plano Municipal e tem um Plano Local de Promoção das Acessibilidades – dois planos – e depois tem as ações consequentes. É preciso estar a falar sobre isto outra vez? O Plano Diretor Municipal tem um plano de execução do plano, que tem as principais obras consagradas. É preciso voltar a falar disso outra vez? O Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios tem um plano operacional; é preciso falar disso outra vez? Portanto, há uma série de planos, o que nós temos aqui a mais, se calhar, são planos; nós precisamos é de ação, é de execução. Nós temos um plano para a rede de saneamento. Então, como é que a Câmara consegue submeter participações financeiras para fazer obras de investimento em saneamento se não está dentro do documento de enquadramento estratégico que teve a obrigação de fazer para ter apoio de fundos comunitários, e justificar o contributo dessas mesmas ações para esse objetivo global? Está lá, se os senhores quiserem ver; está à vossa disposição. Está lá. Querem o quê, um documento com mil páginas, para dizer que o que vamos fazer este ano é isto? É isso? É essa substância que vai fazer a diferença sobre as votações? Claro que não vai ser, não é nada disso.

Vamos àquelas matérias que me parecem ser importantes. Nós identificámos que nas Grandes Opções do Plano, nós tínhamos uma previsão de investimento de vinte e sete ponto oito milhões de euros (27.800.000€), e que investimos dezanove ponto noventa e cinco (19.950.000€). Há um diferencial de sete ponto nove milhões (7.900.000€), simples. Dez intervenções que eu vos vou dizer justificam os desvios, que cobrem setenta e cinco por cento (75%) deste valor. Ou seja, fica apenas neste Orçamento todo por justificar, porque são coisas mais pequeninas espalhadas aqui e ali, um milhão, oitocentos e vinte e oito mil euros (1.828.000€). Temos isto dividido por obras, temos isto dividido por apoios a entidades, que podem não ter conseguido realizar o que pretendiam, e portanto, não conseguiram vir à Câmara apresentar documentos de despesa para poderem executar, e temos compras – como por exemplo, um terreno para o Parque Industrial Manuel da Mota, que é um milhão de euros (1.000.000€). Faz diferença. Ter o dinheiro, ter o



MUNICÍPIO DE POMBAL

contrato, ter o visto, ter o negócio, ter uma impugnação judicial e não comprar, faz diferença, eu não posso deixar de ter aquele dinheiro disponível para essa eventualidade.

A Casa Varela tinha uma dotação inicial para 2018 de seiscentos mil euros (600.000€); só executou noventa e oito mil (98.000€) – o empreiteiro até já teve que sair, já se abriu novo concurso. Entretanto, começámos com a empreitada novamente, já em 2019. Portanto, não se executou.

Os Governos – Vinagres tinham uma previsão de despesa de um milhão e meio de euros (1.500.000€). A Câmara já discutiu este assunto, já se fez prorrogações de prazos, já se entenderam as justificações dos recursos humanos, do planeamento da obra, dessas circunstâncias todas que atrasam. Fizeram-se pagamentos em 2018 de quinhentos e noventa e um mil (591.000€). Vejam, está nos documentos.

As obras de saneamento de Alhais, Silveirinha Grande, Pequena, Vieirinhos, tinha um ponto sete milhões de euros (1.700.000€) de investimento; fizeram-se oitocentos e cinquenta e oito mil (858.000€). E o CIMU-Sicó tinha um milhão e setecentos mil euros (1.700.000€) de orçamento na dotação inicial, e não teve execução. As dotações iniciais, todas somadas, dão cinco ponto cinco milhões de euros (5.500.000€), e aquilo que nós pagámos foram três ponto noventa e três (3.930.000€).

Apoios, só vos vou falar de três grandes, e depois meia dúzia deles que são de clubes, Juntas e associações. Foi aprovado um apoio para o desenvolvimento do projeto do Centro Social de S. Pedro, de duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta euros (256.450€); só foram executados em 2018 cento e cinquenta e cinco mil (155.000€). A dotação está disponível. Foi aprovado para o Lar da Felicidade, das Meirinhas, duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos euros (257.500€); não houve execução, a execução foi zero. A Câmara dedicou, tem o dinheiro comprometido, não o pôde transferir. Santa Casa da Misericórdia de Pombal, quinhentos e sessenta mil (560.000€); a obra não foi lançada, não se executou, zero. Quanto é que isto dá? Um milhão, setenta e três mil (1.073.000€) em dotações iniciais, e acabaram apenas por se pagar cento e cinquenta e cinco mil euros (155.000€).

Juntamos depois outras pequenas coisas, de associações, de clubes que se esqueceram de entregar documentação, e por aí fora, Juntas que não fizeram as obras ao ritmo que estava previsto, de mais trezentos e oitenta e seis mil e cem euros (386.100€), foram executados duzentos e quinze mil (215.000€). No total, entre um milhão, quatrocentos e sessenta mil (1.460.000€) do que estava previsto, e os trezentos e setenta mil (370.000€) que se fizeram, sobraram mais um milhão e noventa mil euros (1.090.000€). Junta aos lá de trás, das obras, de três ponto nove milhões (3.900.000€).

Parque Industrial Manuel da Mota, um milhão de euros (1.000.000€). Quanto é que isto dá tudo? Seis milhões e oitenta e três (6.083.000€), só isto. Reparem, a contabilidade é simplesmente isto. E quando pegam nisto e veem os saldos transitados, que são os dinheiros que não foram pagos e que são disponibilidades, dizem que, pois, de facto, os saldos transitados que temos são sete ponto dois milhões de euros (7.200.000€). É isto. O que nós temos, com a maior simplicidade, é isto. E portanto, identificam-se perfeitamente. E dizemos assim: “Pois, de facto, teria sido bom conseguirmos fazer a liquidação e o contrato de compra e venda do Parque Industrial Manuel da Mota.” Teria sido bom, teríamos pago, teríamos executado. Não executámos. O que é que fazemos ao dinheiro? Temos que o ter disponível. Gastá-lo em outra coisa? Não, está disponível. Por quê? Porque hoje ou amanhã, se houver condições para fazer esse contrato, ele tem que existir e tem que ser pago. Está em saldos transitados. Eu gostava que os nossos Centros de Saúde que têm projetos executassem mais depressa. Não conseguiram; o que é que podemos fazer? Vamos tirar os apoios? Está justificado, são estas matérias.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, não se trata de não haver planeamento, não se trata de não haver lançamento de obras, não se trata de não haver decisões, não se trata de não haver caminhos nem estratégias; a afetação do Orçamento da Câmara foi toda destinada, porque se não fosse, não era onze por cento (11%) do nosso Orçamento que ficava em saldos transitados. Coimbra, vinte e sete (27%), Leiria, trinta e sete (37%), Figueira da Foz, vinte e um (21%), Alcobaça, vinte e dois (22%) – há do PS e do PSD, para todos os gostos – Marinha Grande, trinta e nove (39%). Pombal, dezasseis (16%). Está aqui, isto é o estado da arte, podem ver. Portanto, fica aqui disponível para quem quiser conhecer.

Para terminar, Sr. Deputado Pedro Pinto, sobre as questões das obras de mandato, ou de obras que perduram. É muito oportuno, e eu confesso-lhe que tenho isso como regra na minha atuação política. Eu pergunto-lhe: parece-lhe que os projetos como a EPIS no pré-escolar, no 1.º ciclo e no 2.º ciclo, são projetos de mandato? Não. E se for ler os propósitos políticos que estavam subjacentes, vai entender que são projetos para interromper com a pobreza, e são projetos de longo prazo. E sabe por que é que só agora é que foram lançados, e no país há poucos? Porque ninguém quis fazer isto, porque toda a gente acha que isto é que não rendia. Mas, alguém tomou a iniciativa de o fazer, e não foi agora, foi há cinco anos, e já estava escrito há uns anos atrás. Por quê? Porque se achou que isto era essencial, para as outras gerações todas, independentemente da consequência política que isso possa gerar.

Então, e o reforço da ação social escolar, também é para o mandato? É para perdurar. A Assembleia tem essa disponibilidade de hoje ou amanhã vir aqui dizer: “Nós vamos retroceder com os apoios da ação social escolar”? Ou os transportes escolares do décimo segundo ano, que são matérias de opção política, que não são de Lei? Está a Assembleia Municipal, esta ou outra qualquer, disponível para dizer assim: “Vamos acabar com os transportes do décimo segundo ano; vamos voltar ao nono ano, onde o Governo nos dá dinheiro”? Eu recordo aqui as palavras, quando aprovámos na Câmara o projeto da EPIS, e a Bancada do PS me perguntava: “Sr. Presidente, que garantias é que nos dá de que no futuro isto continua?” Foi aprovado por unanimidade; são todas, estas que estão aqui, que eu descrevi agora, foram todas aprovadas por unanimidade. Estas de longo curso, que fazem a diferença, que são obras – e aqui não são de betão, a maior parte delas; aqui não estão as obras de betão. E essa, se calhar, faz uma geração do antes do 25 de abril e de depois do 25 de abril, deputada Virgínia. Se calhar faz, porque estas são aquelas que parece que não valem votos, porque não se veem. Por isso é que nós temos um terço da nossa população na zona de Carnide que ainda não tem saneamento, um terço do concelho que não tem saneamento, porque era preciso enterrar um cano com dezassete quilómetros e seiscentos milímetros de diâmetro para esgotar o saneamento daquela gente toda. Não havia dinheiro, fizeram-se outras, fez-se aquelas que eram mais prioritárias, e fez-se imenso, porque se fizeram oitenta milhões de euros (80.000.000€) em obras de água e saneamento nos anos anteriores. Essas foram as opções, e estas são de longo prazo. Não rendem? Pois, não rendem. Olhe, eu fico contente, ninguém me vem dizer: “Sr. Presidente da Câmara, gastou imenso dinheiro em estradas, só para fingir.” Não, bem antes pelo contrário, temos os Srs. Presidentes de Junta a dizer: “Presidente, atenção, que aquela está a ficar um bocado fraca”, ou olhe a outra, olhe assim, olhe assado. E olhe, a reunião de Câmara na sexta-feira vai ter várias para fazer essas correções novas e correções de antigas.

E o projeto com as freguesias, é de mandato? Reforçar as capacidades das freguesias para que elas possam assumir-se como protagonistas efetivos do desenvolvimento territorial, com capacidade operacional, com recursos humanos, com meios financeiros, com autonomia para decidir? Isto é de mandato? Mas, a Assembleia Municipal estará disponível, hoje ou amanhã, para vir dizer: “Não, freguesias? Quais cinquenta por cento (50%) do FFF, passe para dez



MUNICÍPIO DE POMBAL

(10%), ou passe para quinze (15%).” Há algum candidato, hoje ou amanhã, que o venha fazer? Nós demos estes passos para a frente, compromisso de civilização, compromisso de desenvolvimento. Quem quiser vota contra; foram aprovadas por unanimidade. Foram aprovadas por unanimidade. Estas são aquelas que têm longevidade.

Rotunda da Shell, é de mandato? A rotunda da Shell é de mandato? É tão de mandato como foi aqui a passagem inferior que o Eng.º Guilherme Santos fez, ou a passagem sobre o Lourical. É essencial. Essencial. Depois, às vezes, o que é importante é vir dizer: “Não, isto devia ter sido outra obra diferente”, assim e assado. Vinte anos, nós esperamos vinte anos para fazer uma obra no IC2, e nós fizemos três. Uma obra no IC2, fizemos três, em quatro anos.

Os investimentos na participação da população são de mandato? Sr. Presidente de Junta da Mata Mourisca, boa ideia, vamos avançar, são projetos importantes, o Orçamento Participativo, queremos que isto aconteça, nós precisamos que isto aconteça. Nós não só queremos, nós precisamos que isto aconteça, precisamos que as pessoas se envolvam nos processos, que os conheçam, que lhes deem credibilidade e que pensem no coletivo, que não pensem apenas no seu umbigo. E faço-vos essa exortação, olhem para aquilo que têm sido as decisões que a população tem sabiamente escolhido, e vejam qual é que tem sido a leitura das pessoas. Não é a minha leitura, é qual é a leitura das pessoas, porque essa também é outra forma de fazer política. Não há a ideia do Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara há de ser o quê? O tipo que sabe tudo do ensino profissional, e tem que ser o Presidente do Conselho de Administração da escola, e nunca foi professor? Por quê? Por que é que há de ser o tipo que sabe mais, quando temos as empresas que o podem fazer? Então, vamos pô-los lá a fazer isso, e ele sai, perde poder, é uma forma diferente de fazer política, é. É de mandato? Não, é de longevidade, porque hoje ou amanhã são aqueles que vão precisar da mão de obra que vão decidir aquilo que vão produzir. E isso é um bom caminho, e é um caminho que ideologicamente nem tem nada a apontar. Por quê? Porque estamos a olhar para o futuro. E preocupa-me. Sabe quantos alunos vamos ter a menos no ensino profissional daqui a dez anos, que são as crianças que têm hoje cinco anos? É o tal planeamento. Sabe quantas vamos ter a menos? Trinta e oito por cento (38%) no concelho. Não nasceram, são os que nasceram há cinco anos, têm hoje cinco anos, daqui a dez anos, são trinta e oito por cento (38%). Veja o que é que acontece nos nossos territórios. Isto são os modelos, estas são as orientações políticas que nós temos que ver.

O AMPARHA, um projeto de mandato? Algumas pessoas, coitadas, que se calhar fazemos as obras, e elas morrem? Em que nós dissemos: acabou-se esta exigência – desculpem a expressão – estúpida, de dizer: “Eu só lhe posso fazer aqui a mudança de um poliban se a senhora mostrar o documento comprovativo da posse do requerente”, o documento da conservatória. Prescindimos, por unanimidade, na Câmara e na Assembleia, achámos que era um valor superior que se impunha. E estas são as coisas que eu acho que ficam, e estas não duram menos do que o betão; evoluem, são diferentes. Mas, se os senhores forem ver o vosso relatório de contas, e compararem com o anterior, vão dizer assim: “Sr. Presidente, o que é que o senhor acha da circunstância do PPI estar a ser já mordido nos calcanhares – perdoem-me a expressão – pelas despesas do PAM?” O que é que isto significa? Significa que está tudo a mudar, significa que as despesas de manutenção, da obra nova, da conservação, continuam com um nível de exigência grande, mas nós fazemos outras coisas que são mais imateriais e intangíveis. Mas, quanto de nós, que fizemos programas eleitorais, não tivemos essa leitura, e as inscrevemos precisamente nesses documentos? Quanto é que não o fizemos? Todos o fizemos. Por quê? Porque era isso que sentíamos que era preciso, que a população precisava. Já não precisava da estrada, nem de água, que já tinha; precisávamos era de saber se havia apoio domiciliário, se tínhamos condições de prestar serviço de proximidade com as freguesias de outra maneira. E por isso fizeram as



MUNICÍPIO DE POMBAL

comissões sociais de freguesia, e se deram os meios financeiros, e todos os anos custam cento e oitenta mil euros (180.000€) só em recursos humanos, só para esta matéria. É de mandato? Não é de mandato; é de longevidade. Mas, respeitando essa capacidade de que, hoje ou amanhã, um Executivo aqui chegue e que diga: “Olhe, acabe lá com isso com as freguesias, que isso para mim não interessa nada, e portanto, dispense lá o pessoal.” E por isso é que os Srs. Presidentes de Junta foram as entidades que contrataram, e fizeram com recibos verdes, e a mesma coisa a Câmara fez relativamente, por exemplo, aos membros que integram as equipas da EPIS. Por quê? Porque precisamos de consolidar, e à medida que tivermos relatórios, e vamos percebendo, vamos dizer assim: “Sr. Presidente, isto é uma coisa importante, não vamos voltar atrás.” E essas não são de mandato, e essas são participadas por todos, porque não é por falta de maioria e de conforto nesta Assembleia que eu não o faço; faço-o porque acho que deve haver de todos a perceção de que isto é uma matéria que, de facto, deve comprometer o nosso território. De todos, e não apenas de alguns. E estas não são de mandato, porque já fizemos isto no outro, e já estamos neste, e essa decisão não foi tomada. Por quê? Porque tem que se perceber – e agora, quando tivermos a gestão das escolas, quando vierem para cá, ainda mais temos que o perceber, de que forma é que podemos fazer e melhorar. E nada disto é tangível, não são estradas, não são esgotos, não são escolas, não são nada; são relações humanas, são proximidade. Mas nós, se olharmos para aquilo que são os slogans de quase todos os Partidos que nos últimos vinte anos apresentaram candidaturas, fomos percebendo para onde é que isto se encaminhava. Isto é uma convergência, é uma estratégia, é um compromisso de todos nós – todos nós, enquanto comunidade, independentemente dos Partidos por que fomos eleitos.

E aquilo que nós aqui temos é a consequência destas atividades. E portanto, chegar ao final de um ano com estes números, dir-me-ão: “Bem, houve anos melhores.” É verdade. Mas, é populismo, ou é eleitoralismo, fazer convergir para a altura da maior avaliação as melhores notas? O que é que dizem os professores aos seus alunos? “Tenham melhores notas no primeiro período, não tenhas no terceiro, que eu depois digo-te quanto é que vais ter.” É isso que se diz? Temos mais condescendência com uma criança de seis anos, ou quando ele é adulto? Quando ele é pequeno temos condescendência; quando se aproxima da idade de ter que ter outras responsabilidades, as coisas são diferentes. Por que é que a atividade política há de ser diferente? Os resultados de uma empresa, a nossa capacidade intelectual não evolui ao longo dos tempos? Não nos preparamos? Toda a vida somos preparados para fazer o quê? Exames, prestar provas, passar barreiras, ultrapassar objetivos, no emprego, na faculdade, na escola, nas empresas, quando põem o alcance lá mais para a frente. É a estratégia. Vir dizer: “Não, legalmente é só por ano.” Mas, por que é que por ano não nos permite fazer uma leitura plurianual? Nós não temos um Plano Plurianual de Investimentos? Não é isso a que a Lei obriga? Não é isso que nós estamos a avaliar também? Pois, é aquilo que aqui está. Claro, há mil maneiras de fazer isto, todas boas, não haverá nenhuma má, desde que não fira a Lei. Todas são boas, todas são legítimas, cada um fará da sua maneira.

Agora, chegarmos ao final do ano com setenta e um por cento (71%) de execução das GOP, e acharmos que as coisas estão más, eu acho que é uma leitura que, de facto, não está bem. Ninguém é chumbado na escola com setenta e um por cento (71%), ninguém é chumbado na escola com sessenta e quatro (64%), não é insucesso. Podia ser mais? É evidente que podia ser mais, mas deixem-me dizer-vos, nós – e o Dr. Manuel Barros há pouco fazia esta referência sobre o período eleitoral; sabe, eu tenho procurado manifestamente evitar trazer para aqui os assuntos de carácter nacional, mas que alguns deles manifestamente nos prejudicam, e normalmente apenas respondo quando me perguntam sobre isto, não ando sempre aqui a carpir as mágoas com as inconsequências dos outros. Mas, o que é certo é que nós temos vindo a ser castigados,



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque se vocês forem ver e comparar qual era a previsão de receita comunitária que nós tínhamos neste nosso Orçamento ao longo dos últimos anos, vão dizer assim: “Até a previsão desceu.” E por que é que desceu? Porque não havia concursos abertos, porque não havia contratos firmados. E nós, que temos a Escola do Lourical terminada vai fazer dois anos em julho ou agosto, e que não pôde ser inaugurada porque era período eleitoral, ainda não recebemos um tostão de financiamento comunitário – um tostão de financiamento comunitário. Os senhores dir-me-ão: “Bem, se o senhor não tem o contrato, também não pode pôr aqui a receita.” Pois, mas já tive a despesa, já deixei de a fazer, e se tivesse essa receita, já podia fazer outra, podia lançar e tínhamos no nosso Orçamento. Aliás, daqui a pouco é o que vamos fazer, já vamos aqui integrar os saldos transitados, mais algumas pequenas candidaturas que, entretanto, foram distribuídas. Aliás, quem olhar para a forma como o país foi governado nos últimos anos perguntará: então, só agora é que os fundos comunitários começaram a aparecer? O Quadro foi aprovado em 2014, até 2021. Passou 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, estamos em 2019, faltam mais dois anos. Vão ver, vão ver aos programas de execução como é que as coisas estão; vão ver aqui na região centro quem é que tem mais distinção que a Comunidade Intermunicipal de Leiria, e vão ver, dentro de Leiria, quem é que tem os melhores resultados – como, aliás, sempre tivemos, porque queremos executar e queremos planear. Isso é o que nós temos feito. Estão identificadas estas circunstâncias. É evidente que mesmo se tivéssemos cem por cento (100%), haveria Srs. Deputados que diriam: “Pois, mas isto não é o nosso Plano, votarei contra.” Não sendo o Plano, é sessenta (60%), é menos do que setenta (70%), não é cem por cento (100%), votarei contra. Eu confesso-vos, eu estou centrado naquilo que tenho de fazer, acho que cumprimos, apesar de tudo, um ano bom, eu desafiava-vos, se tiverem essa paciência, a fazerem aquilo que na economia é a avaliação do período congénere, vão avaliar os períodos congéneres, o ano N+1 de mandato, ou o ano N, e vão concluir aquilo que vão ver. Em alguns dos nossos relatórios temos esses dados. E quando isso aconteceu em alguns anos, algum dos Srs. Deputados, que agora estão tão indignados, aprovaram essas mesmas contas. É curioso, é muito curioso. E na altura, não estávamos a falar de sessenta (60%), nem de setenta por cento (70%); estávamos a falar, por exemplo, de quarenta por cento (40%), como em 2011 ou 2012. Nessa altura, já era bom, porque eu estava de um lado da Bancada; agora, como já não estou, já passou a ser tudo mau. Meus amigos, não tenham dúvida, não faz bem à democracia, em vésperas do 25 de abril, nem depois do 25 de abril, não faz bem. Por quê? Porque não é honesto, porque não é sério, porque é de oportunidade. Não há muito mais a dizer. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Vamos passar à votação do Ponto n.º 2.2. Quem é que vota contra? Mantenham os braços no ar. Treze (13), do Narciso Mota Pombal Humano, do Bloco de Esquerda, do PS e do CDS. Então, o Ponto n.º 2.2 foi aprovado por maioria. Quem se abstém? Não há abstenções, sem abstenções.

Alguém se opõe a que este ponto seja aprovado por minuta? O Ponto n.º 2.2 foi aprovado por maioria e por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com 13 votos contra no Movimento Narciso Mota Pombal Humano, do Partido Socialista, do CDS e do Bloco de Esquerda, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

**MUNICÍPIO DE POMBAL*****Ponto 2.3. Apreciação do Parecer Anual do Auditor Externo, para efeitos do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Para conhecimento;*****A Senhora Presidente da Assembleia :**

“Alguém se quer inscrever para usar da palavra no Ponto n.º 2.3? Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Colocar três pequenas questões ao Sr. Presidente da Câmara, que penso que são decorrentes de nós termos uma nova empresa de auditoria, como já repararam, termos um documento bastante extenso, rigoroso e, parece-me, com apreciações um bocadinho diferentes do que era o habitual. E na pág. 25, há aqui uma chamada de atenção, isto tem a ver com alguns movimentos bancários, e algumas medidas corretivas relativamente à análise dos movimentos pendentes e regularizados. Queria só perguntar ao Sr. Presidente de Câmara, isto não deve ser de difícil solução.

E depois também na pág. 29 há um conjunto de apreciações aqui sobre o funcionamento da Câmara, e algumas recomendações sobre o mapa de controlo de garantias, relativamente aqui a questões de contabilidade, essencialmente, e depois diz no final que deve ser implementado um sistema de inventário permanente das garantias e cauções para manutenção tempestiva das contas de ordem e segurança nas operações relacionadas com empreitadas e liberação de garantias. Eu não estava habituado a ler recomendações da outra empresa de auditoria, e achei curioso, ao ler isto tudo, que realmente isto é pedagógico, é, no fundo, a preocupação, não invalidando que as contas estejam todas cumprindo os critérios rigorosos para aprovação.

E também uma rotina trimestral no setor de obras, por forma a controlar as obras em curso, a existência, ou não, dos autos de receção provisória, e o respetivo tratamento contabilístico associado, e que este procedimento deve envolver todas as secções relacionadas com obras.

São estas três questões, que têm a ver com aquilo que da leitura deste parecer relativamente às coisas, é uma coisa, mas propostas de melhoria de funcionamento de alguns setores da Câmara Municipal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, se faz favor.

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Sr. Deputado, muito obrigado.

Normalmente, estas divergências entre o que está depositado e o que está registado prendem-se com uma décalage no registo contabilístico. E por isso é verificado, isto é, ele está em disponibilidades – por exemplo, neste caso do PayShop, é uma das portas de entrada, uma das nove portas de entrada que existem para pagar água, saneamento e resíduos, e são geridas, cada uma delas, por entidades diferentes, porquanto pode ser por uma Junta de Freguesia, como pode ser o PayShop, como pode ser os Correios, como pode ser um débito direto, ou os balcões da Câmara, ou uma pequena mercearia na zona mais rural. E às vezes, há estas décalages, mas isto deve ser uma matéria muito específica, porque nós temos feito um trabalho muito preciso para evitar isto – aliás, houve anos anteriores em que a própria Assembleia registou essa diferença



MUNICÍPIO DE POMBAL

muito significativa, e que foi corrigida. Mas, eu verei também se as circunstâncias são sistémicas, ou são meramente pontuais.

Sobre as observações da pág. 29, eu já produzi despacho neste sentido, de que em nenhuma circunstância as garantias bancárias podem estar nos processos; têm de estar no cofre. Julgo até que está vertida em norma de controlo interno, precisamente porque é uma disponibilidade, e que tem que estar depositada. Tem o registo contabilístico, não pode estar junto aos processos da respetiva empreitada. Pode lá estar uma fotocópia, mas o original não deve estar, porque esse é aquele que justifica, em primeira mão, o pagamento e o acionamento da respetiva garantia.

O terceiro tinha a ver com as observações nas obras, na questão das receções provisórias. Fez-se um trabalho muito grande – aliás, quem quiser conhecer o conjunto das obras que estão em execução, e no ano passado nós lançámos quarenta e oito empreitadas novas, percebe que existe aqui uma pressão grande do pelouro, e minha também, para que haja uma limpeza das obras que, entretanto, estão terminadas, e que não podem ficar muito tempo com responsabilidades, têm um período normal, mas no controlo permanente não podem estar. Eu terei isso em devida conta para perguntar, e o Sr. Vereador, no que diz respeito aqui à questão das obras, leva também esta incumbência, para melhorarmos administrativamente estes procedimentos.

Muito obrigado pelas suas observações.”

A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Vamos, então, passar ao Ponto n.º 2.4, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Revisão ao Orçamento para 2019 e Grandes Opções do Plano 2019/2022.”

Ponto 2.4 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Revisão ao Orçamento para 2019 e Grandes Opções do Plano 2019/2022;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, quem é que se inscreve? Sr. Deputado Pedro Pinto, Sra. Deputada Célia Cavalheiro. Começo pelo Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Obrigado, Sra. Presidente. Eu acho que, até a exemplo daquilo que se passou há pouco com a prestação de contas, acho que era importante ouvir em primeiro lugar as justificações do Sr. Presidente em relação ao documento que está em análise, e depois nós podermos fazer as nossas intervenções, para depois não haver estas divergências de opinião, se votou a favor ou se votou contra, antes ou depois de ser discutido.

Contudo, aproveitava esta intervenção para lhe dizer, Sr. Presidente – que há bocadinho disse que a minha intervenção tinha sido excitada, e gostei particularmente da resposta que me deu em relação aos seus projetos de mandato – relativamente a esta questão, dir-lhe-ia ainda que a ação social é importante em todos os concelhos do mundo, depois é preciso saber ultrapassar esse patamar, e preocupa-me também que o Sr. Presidente garanta a essas crianças que têm cinco anos o emprego daqui a vinte anos, quando elas forem para o mercado de trabalho.

E deixe-me que lhe diga, e aquilo que vou falar ainda me deixa mais confortável – eu estava confortável com o sentido de voto do CDS, mas deixam-me ainda mais confortável as explicações



MUNICÍPIO DE POMBAL

que o senhor deu em relação ao Orçamento, porque falou aqui da Casa Varela, do CIMU-Sicó, das obras nos Governos – Vinagres, do Lar da Felicidade e do Parque Industrial Manuel da Mota, e não foi por falta de aviso do CDS, que já trouxe estes assuntos várias vezes a discussão, que efetivamente justificam o nosso sentido contra. E portanto, queria agradecer-lhe pelas suas justificações, porque, de facto, reforçam o nosso sentido de voto.

Relativamente ao ponto que estamos a discutir, a revisão do Orçamento, naturalmente que, por coerência – eu sei que o Sr. Presidente gosta de coerência – por coerência com o nosso sentido de voto da Assembleia de dezembro, naturalmente que o nosso sentido de voto vai no mesmo sentido, e portanto, votaremos contra também. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Tinha aqui algumas questões relativamente a alguns projetos que estão aqui feitos, que tiveram um reforço. Queria saber, relativamente aos bairros sociais, o que é que já foi feito no último ano, do que estava no PEDU.

Relativamente à requalificação urbana dos Governos – Vinagres, gostaria de saber se preveem acabar no prazo inicial, que é dezembro de 2019 (penso eu), e se o valor da empreitada se mantém.

Relativamente à construção do Parque Radical na zona desportiva de Pombal, já falei várias vezes disto com o Sr. Presidente, gostava que dissesse a todos se já há projeto, se podemos dar opiniões acerca da execução desse projeto, quando é que está prevista a construção, e onde, se efetivamente é ao lado da Piscina Municipal, onde estava o mini golf.

Finalmente, relativamente ao CIMU-Sicó, tinha aqui umas questões que se prendem fundamentalmente com saber em que pé estão as coisas, os trabalhos – já fez referência a isso, mas foi um bocadinho vago – que trabalhos é que a Associação Dias Felizes (salvo erro, que não estou a encontrar aqui o meu apontamento) já executou, e também o porquê de ter sido entregue a uma associação do Porto, se não haveria cá nenhuma no concelho para fazer esse trabalho. Este trabalho foi adjudicado, penso que em meados de 2017, eu ainda não tinha sido eleita, se calhar são dados a que eu não tive acesso.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Mais inscrições neste ponto? Então, Sr. Presidente, faça favor de responder.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Sr. Deputado Pedro Pinto, só duas ou três notas. O senhor, para quem vem de um Partido que tem influência democrática cristã, é muito pessimista. Há uma coisa que eu lhe posso dizer: com o nível de carência de recursos humanos, todas as crianças que nasçam agora vão ser os elementos mais essenciais para a sociedade portuguesa daqui a vinte anos. Não tenha medo. Mas, repare, quem sou eu para lhe dar sugestões. Agora, há uma coisa que lhe posso dizer: o único sistema que lhe dá garantias que daqui a vinte anos as crianças que agora nasçam vão ter emprego, é aquele, se calhar, que o senhor mais condena, que é a economia planificada socialista e soviética, se calhar chinesa, ou cubana, ou norte coreana, e essa, eu calculo que o senhor não tenha. Nas sociedades democráticas, isso não existe. Nas sociedades democráticas, caro amigo, isso não existe. E portanto, não se ponha com isso, porque se calhar você ainda está sentado na Bancada errada, às tantas.

O documento que aqui está, dentro dos esclarecimentos que me pediu, eu acho que ele é suficientemente claro para explicar. Ou seja, se nós temos numa coluna, por exemplo – já nem falo da descrição genérica – nós temos um aumento do nosso Orçamento, de cinco ponto



MUNICÍPIO DE POMBAL

quarenta e quatro milhões de euros (5.440.000€), sendo que cinco ponto dezasseis (5.160.000€) vêm do valor remanescente do saldo de gestão do ano anterior, e como já temos contratos assinados e comunicações oficiais, cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa euros (149.990€) dizem respeito ao financiamento do Estado para a requalificação do Parque Desportivo de Abiúl, e catorze mil, seiscentos e cinquenta (14.650€) dizem respeito às redes calcárias, através do FEADER. A totalidade deste reforço significa cinco ponto quarenta e quatro milhões de euros (5.440.000€). E depois, o senhor encontra nas páginas seguintes o destino deste montante: um ponto dois milhões (1.200.000€) vão para despesas sem plano. O que são despesas sem plano? São, por exemplo, os pagamentos da iluminação pública, são, por exemplo, os pagamentos à Valorlis para recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Depois tem setecentos e quarenta e três mil, novecentos e cinquenta euros (743.950€) para o Plano de Atividades Municipais. Portanto, vai aqui ao quadro seguinte do PAM, e diz assim: então, no PAM, o que é que está previsto no reforço? E portanto, olha para as colunas, e tem aqui assim: ação social, nas funções de ações sociais tinha quatrocentos e quarenta e três mil euros (443.000€), passou a ser definida em quinhentos e trinta mil (530.000€). Portanto, nesta coluna, que é a do meio, onde se diz “modificações orçamentais”, variação mais ou menos, soma o total todo dos definidos, e cá em baixo, no fim, vai lhe dar os setecentos e quarenta e três (743.000€), que é o saldo, e encontra em cada linha o que aqui está. Por exemplo, equipamentos de residenciais para idosos, tínhamos uma dotação inicial de quatrocentos mil euros (400.000€), passa a ter trezentos e setenta e cinco (375.000€); tinha nos serviços culturais quarenta e três mil (43.000€), passa a ter cento e cinquenta e cinco (155.000€); tinha no recreio, desporto e lazer, trinta e seis (36.000€), e passa a ter cento e cinquenta (150.000€); tinha nas funções económicas, cento e sessenta e cinco (165.000€), passa a ter cento e oitenta e sete (187.000€); tinha na promoção do turismo, onze mil (11.000€), mais oito (8.000€), mais três (3.000€), e tal, passa a ter trinta e dois (32.000€). Portanto, tem aqui as variações, que no total lhe fazem os setecentos e quarenta e três (743.000€).

Depois, passa para o PPI, e o PPI passa a ter uma dotação adicional de mais três ponto quarenta e oito milhões de euros (3.480.000€). E portanto, integra, quer no PPI, quer no PAM, um valor global de quatro ponto dois (4.200.000€), porque lhe vai juntar os tais setecentos e quarenta e três (743.000€) lá de trás. Volta ao quadro, e faz exatamente a mesma coisa. Eu não sei se vale a pena estar a dizer isto aos Srs. Deputados, acho que os Srs. Deputados conhecem isto tudo, e portanto, os esclarecimentos que o documento dá são de tal maneira evidentes, que eu acho que qualquer pessoa habituada a lidar com eles compreende rapidamente.

Sra. Deputada Célia Cavalheiro, primeiro ponto, os bairros sociais do PEDU, na candidatura, de facto, havia observação, na candidatura aprovada não há financiamento de PEDU para os bairros sociais.

Nos Governos – Vinagres, o valor da empreitada mantém-se. Eu espero que a data se confirme também, mas, se calhar, não gostava de lhe dizer que não se vai cumprir, também não quero agourar, mas percebemos pelas características da evolução que tem sido um trabalho bastante sofrido, primeiro para as pessoas que lá estão, acredito que também para o próprio empreiteiro, porque não há nenhuma empreitada bem planeada que aguarde este tempo todo estas derrapagens, e para nós, e para o nosso Orçamento, e para a nossa taxa de execução. Como é que uma obra que está entregue, um projeto que está aprovado, e uma intenção que está definida e aprovada por todos, depois se revela tão negativa para a nossa boa execução. Parece um bocado paradoxal, mas é exatamente aquilo que nós temos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Projeto do Parque Radical: o projeto está alinhavado com a equipa, que julgo que é a Academia dos Patins, estamos a falar com um ex-skater, campeão nacional, e que se dedica agora também a projetar, de Cascais, e não é na zona do campo do mini golf; é naqueles retângulos de relva que estão entre o rio e zona de estacionamento. É aí. Não é na zona do campo de golf, é naqueles dois retângulos grandes que lá estão, dois ou parte deles, porque essa dimensão ainda vai ser confirmada pelo mesmo.

Quanto à questão da associação que foi o nosso interlocutor, depois de uma consulta ao mercado, aliás, para desenvolver os conteúdos, eu não conheço nenhuma entidade no Concelho de Pombal que desenvolva conteúdos museográficos. E portanto, o que está aqui desenvolvido é isto, foi o concurso. E portanto, é isto. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Portanto, disse que o projeto estava a ser realizado pela Academia dos Patins? Já sabe qual é o valor que está em causa, quando é que vai ser entregue o projeto, timings?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Só um bocadinho, Sr. Presidente. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Muito rapidamente, para dizer ao Sr. Presidente que interpreta de uma forma muito negativa as minhas palavras. Quando eu lhe disse para garantir o emprego às crianças que têm cinco anos, aquilo que lhe quis dizer é que faça o seu trabalho no sentido de não atrofiar aquilo que é a iniciativa privada, para que, de facto, a iniciativa privada possa fazer também o papel que lhe cabe. E como compreenderá pelas minhas palavras, seguramente ficará já esclarecido na questão da Bancada onde me sinto totalmente confortável. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, então responda, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Pinto. Eu sei que o senhor me empurrará com muita facilidade se eu for obstrução às empresas privadas, e portanto, não fique preocupado.

Sra. Deputada, sobre as questões, o valor deste projeto está no nosso Plano, é para isso que o Plano serve, cento e trinta e cinco mil euros (135.000€), obra. Aliás, nós optámos por fazer conceção / construção, porque isto é uma coisa muito específica, não há muita gente em Portugal a fazer isto. Este projeto foi pedido há meses. Fez-se uma primeira consulta, e depois fez-se um procedimento. Não sei de cabeça, nós lançámos quarenta e oito empreitadas no ano passado, não as sei todas de cabeça.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Não se lembra da conversa que tivemos em setembro? Sugeri-lhe um munícipe da Guia, que também foi profissional de patins, e que tinha ideias muito boas em relação a isso, uma vez que vive no concelho, e não aceitou a minha sugestão. Disse que aceitava, e não aceitou. Porque ele conhece melhor as necessidades aqui do que uma empresa que está habituada a fazer projetos “chave na mão” para Lisboa e para o Porto. Se calhar vai ficar mais caro do que ficaria se tivesse pelo menos consultado a pessoa que eu lhe disse.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Sr. Presidente, responda, e acabou-se aqui a conversação.

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Deputada, eu percebo a sua generosidade. Agora, tem que perceber o seguinte: nós temos que trabalhar com entidades que podem prestar serviços às entidades públicas, e que concorrem



MUNICÍPIO DE POMBAL

aos concursos, e que apresentam uma habilitação para poderem concorrer, que tenham plataformas tecnológicas, que se inscrevam, que tenham abertura de negócio, e por aí fora. Uma coisa é nós podermos submeter também a essas pessoas os projetos que são desenvolvidos; outra coisa é essas pessoas apresentarem-se como projetistas de parques de skates, e serem enquadrados nessa condição. Trocámos impressões com a pessoa, e portanto, eu espero que quando o projeto estiver, e já está muito amadurecido, que haja condições de fazer uma apresentação pública, e que possam participar. Agora, como compreende, nós não podemos fazer isto com pessoas que não estão no mercado habilitadas para o poder fazer. Olhe, não há memória de a Câmara ter trabalhado com tantos projetistas do Concelho de Pombal como nos últimos anos, e portanto, sempre que é possível, tenho essa preferência. Mas, as pessoas também têm que se apresentar, têm que fazer o seu trabalho comercial. Façam-no, em que é que são especialistas, se são especialistas em paisagismo, em arquiteturas de edifícios, se é nisto, o que for. As regras têm que ser respeitadas, e portanto, tem que ser assim. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Queria só fazer uma referência à deputada do Bloco de Esquerda, que também olhando para o nosso Regimento, no art.º 29.º, na alínea p), não cabe a nós, deputados, patrocinar interesses. E então, eu propunha que avançássemos na ordem de trabalhos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada. Vamos passar à votação. Quem vota contra o Ponto n.º 2.4? Mantenham, por favor, o braço levantado. Sete (7) votos contra. Quem se abstém? Seis (6) abstenções. Aprovado por maioria. Alguém se opõe a que o Ponto n.º 2.4 seja aprovado por minuta? Então, foi aprovado este ponto por maioria e por minuta. A Sra. Deputada do Bloco de Esquerda vota também contra.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com 7 votos contra do Partido Socialista, do CDS e do Bloco de Esquerda e 6 abstenções do Movimento Narciso Mota Pombal Humano, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5. Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2018 - Para conhecimento

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição dos deputados para prestar os esclarecimentos que entendessem.

Não tendo havido inscrições, passou-se de imediato à votação.

A Assembleia tomou conhecimento.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 1.ª alteração ao

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

mapa de pessoal do Município de Pombal para o ano de 2019;

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição dos deputados para prestar os esclarecimentos que entendessem.

Não tendo havido inscrições, passou-se de imediato à votação.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 3.º Trimestre de 2018 - Para conhecimento

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se inscreve para intervir neste ponto? Sra. Deputada Ofélia Moleiro, se faz favor.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Obrigada, Sra. Presidente. Só para fazer um reparo, porque quando vi este ponto da ordem de trabalhos, quando li, eu interroguei-me sobre a racionalidade deste ponto da ordem de trabalhos. E por quê? Bem, eu sei que é só para tomar conhecimento, mas eu, tal como as outras pessoas presentes nesta sala, penso eu, e o Sr. Presidente em particular, para mim, tomar conhecimento de um documento escrito é lê-lo, analisá-lo e tirar conclusões, só assim é que tomei conhecimento, porque não é uma paisagem para olhar, é um documento escrito. Ora, precisamente nesta reunião em que estamos, vir o relatório da PMU de Pombal, empresa da Câmara, trazer um relatório de execução orçamental do terceiro trimestre de 2018, julho, agosto e setembro, quando nós estamos em abril de 2019, precisamente nesta reunião em que acabámos de analisar e votar os documentos de gestão e de execução orçamental da Câmara Municipal de Pombal? Achamos que isto é um pouco inadmissível, que uma empresa municipal apresente contas muito mais tarde, ou execuções orçamentais muito mais tarde do que a Câmara Municipal, da qual depende inteiramente. E recordo que já na altura da apresentação do Orçamento para 2019, o Sr. Presidente, na reunião de Câmara de 12 de dezembro, criticou o Conselho de Administração da PMU por vir apresentar o Orçamento em momento muito posterior à Câmara Municipal. Neste momento, o que seria lógico para nós é que estivéssemos a apreciar – não a apreciar, mas a tomar conhecimento, ou seja, ler, analisar e tirar conclusões das contas do ano de 2018 da PMU, e não do terceiro trimestre desse ano. Pensamos que esta é uma situação que deve ser corrigida no futuro, a bem da transparência da atividade orçamental e da gestão da PMU. Fica o nosso reparo. Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Pires, se faz favor.”

António Pires da Silva (NMPH):

“Eu queria só complementar estas afirmações da Dra. Ofélia, já o ano passado, na altura da reunião da Assembleia, eu referi ao Sr. Presidente que o relatório do terceiro trimestre de 2017 tinha sido remetido ao Sr. Presidente a 14 de fevereiro de 2018, foi à reunião de Câmara a 28 de fevereiro, e veio à reunião da Assembleia em abril de 2018. Na altura, o Sr. Presidente explicou que, de facto, fazia o acompanhamento da empresa, e reunia regularmente com a empresa, e deu



MUNICÍPIO DE POMBAL

as justificações que entendeu na altura. Agora, eu olho para este documento, e o Executivo tem que perceber que nós olhamos para os documentos, analisamos os documentos, e temos que ser críticos do que é que estamos aqui a fazer, senão não sei o que é que estamos aqui a fazer. Eu olho para o documento, vejo que o documento não tem o carimbo de entrada nos serviços – não interessa, pronto, não há carimbo de entrada nos serviços municipais – tem a data de dezembro de 2017, vai à reunião de Câmara de 12 de abril, e vem aqui à reunião de Assembleia de 24 de abril. E depois, eu olho para a Legislação, e de facto, o que a Legislação diz é que estas empresas municipais têm o dever de dar uma informação completa e atempada, com vista ao acompanhamento e ao controlo. E é isto que, de facto, estes relatórios deveriam fazer, era permitir que fosse feito um acompanhamento, um controlo, e já agora, um conhecimento atempado, para que possamos ter aqui uma reflexão – se é que pretendem que tenhamos uma reflexão sobre os documentos. Ou então, já que dizem que está bem, nós também dizemos que está bem, se é assim que querem que as pessoas participem na vida política.

E por isso, eu volto a referir, e corroborando aqui as palavras da Dra. Ofélia, que isto tudo me parece não fazer sentido. E até usando exemplos e analogias, como o Sr. Presidente usa e gosta de usar, e que eu acho que nos situam também, às vezes, em como é que isto tudo funciona, é o mesmo que um pai receber as notas do segundo período no final do primeiro período do próximo ano. Agora vão as notas do ano passado, do segundo período. O que é que o pai controla? O que é que o pai faz? “Mas, eu ia vendo os testes.” Pronto, mas recebe agora as notas. E eu acho que é este cuidado, e é a minha intervenção, eu não digo que as pessoas não façam, claro que fazem, e se calhar até fazem muito bem, mas se calhar também é preciso mais alguma coisa. Já se faz muito diferente, mas se calhar é preciso ainda fazer mais diferente ainda, porque as pessoas têm o direito, e o Sr. Presidente, há bocadinho, resumiu numa folha A4 o seu pensamento. E era isso que eu lhe estava a pedir, resume-me o seu pensamento político. Eu quero vir para aqui a saber o que é que o senhor pensa daquilo que o chefe dos serviços disse sobre as contas. E o Sr. Presidente, em pouco tempo, fez a sua análise, e eu gostava de a saber antes de vir para esta reunião. Se é pedir muito, olhe, pronto, não vem.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Fiquei também um pouco confusa em relação às datas e aos trimestres, porque havia uma vontade de tentar comparar as coisas, mas as datas, realmente, não batiam muito certo.

Relativamente aos comentários do Café Concerto e da Cafetaria do Castelo, cito: “A receita obtida não é suficiente para fazer face aos custos diretos, sendo imperativamente necessário adotar-se medidas que contribuam para o aumento da receita.” Quais? Já definiram um plano?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Não há mais inscrições neste ponto? Então, Sr. Presidente, tem a palavra, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, muito obrigado. Eu acho que nós temos aqui duas coisas completamente distintas. A Dra. Ofélia Moleiro começou por fazer uma observação que eu acho que não tem razão, e vou-lhe dizer por que é que eu acho que não tem razão: porque o que está estabelecido na Lei é que as contas consolidadas do Grupo Municipal virão aqui depois da aprovação das contas da Câmara. E portanto, o que tem vindo a ser feito é encerrarem-se as contas através dos canais próprios – eu quero aqui recordar, por exemplo, que as contas da PMU são aprovadas em Conselho de Administração, em Assembleia Geral, são submetidas à Câmara e vêm à Assembleia Municipal. Esta é toda a tramitação que tem que existir. E portanto, vêm naquela altura que a Lei



MUNICÍPIO DE POMBAL

estabelece como obrigatória, que é que o Grupo Municipal consolidado é apresentado novamente à Assembleia Municipal, e será depois desta reunião. Até podia ser nesta, num primeiro momento tínhamos a conta da Câmara, e depois tínhamos a conta consolidada. Isso é uma coisa.

Segunda questão, apresentada pelo Dr. António Pires, relativamente à prestação das contas: em 2017, aquilo que eu aqui lhe disse foi: se no dia 28 de fevereiro veio à reunião de Câmara, e a última Assembleia Municipal de fevereiro seria, na melhor das hipóteses, a 28 ou 29 – não sei quantos dias teve no ano passado – não tínhamos tempo para remeter, e portanto, ela vem em abril. E este ano, como reparou, o documento está datado numa data mais cedo, eu não tenho aqui de cabeça a tramitação do documento, não sei se ele chegou imediatamente em dezembro, se chegou em janeiro, se chegou fora do tempo da Assembleia de fevereiro, que se recorde que este ano também antecipámos por causa das deliberações que diziam respeito à transferência de competências. E deve ter sido isso. Mas, repare, teremos aqui ocasião de fazer esta discussão, porque é um ponto obrigatório, dentro do prazo estabelecido. E repare, as empresas, terminam as Assembleias Gerais até ao final de abril a prestação das suas contas, por isso é que o Legislador estabeleceu que os Grupos Municipais e a sua consolidação são feitas depois deste período. Poderia ser na mesma data? Não é. Eu também gostava de ter isto resolvido só de uma vez, confesso-lhe. O quarto trimestre é a seguir ao terceiro, mas nós não estamos aqui a discutir o quarto sem ter vindo o terceiro; estamos a dar conhecimento do terceiro. O quarto vem com as contas consolidadas.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a concessão e exploração da Quinta de Sant’Ana – Redinha;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer o senhor fazer alguma observação neste ponto, antes das inscrições, ou esperamos pelas inscrições?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu gostava de fazer só um pequeno introito, e depois convidava-vos – aliás, está aqui este monitor precisamente para também vos podermos apresentar aquilo que é o filme promocional que preparámos para abordar o conjunto dos investidores que eventualmente queiram, para aquilo que é o propósito deste caderno de encargos e do programa do concurso, até porque os resultados que obtivemos na promoção deste equipamento, das duas últimas vezes que ele aqui veio, não foram adequados àquilo que era a nossa intenção. E portanto, hoje temos que dar a este projeto uma dimensão completamente diferente. Ainda hoje de manhã estive novamente em contato com empresários Pombalenses que estão em França, precisamente para articularmos, aquando da realização da Feira do Imobiliário e do Turismo em Paris, termos ocasião de juntarmos muitos destes empresários, e outros que estão a ser reunidos, para que também lá fora se possa suscitar esse conjunto de interesses. Para além disso, temos também intenção de fazer a reunião com os principais grupos hoteleiros portugueses, de forma a despertar-lhes o interesse. E portanto, foi preparado, entre outros documentos – este é assim aquele que talvez mais facilmente percebam a intenção, podemos fazer já a discussão, entretanto, aqui do caderno de encargos e do programa do concurso, mas eu convidava-vos aqui a ver. E portanto, se a Sra. Presidente me



MUNICÍPIO DE POMBAL

desse autorização, e a Assembleia, pedia aos serviços para colocarem o vídeo, que é pequenino, tem talvez três minutos, e foi feito por uma empresa de Pombal.

(Exibição de vídeo)

Eu procurava, então, agora fazer-vos o enquadramento daquilo que foi a intenção ao construir-se este caderno de encargos e programa do concurso, também justificando algumas das opções que nos levaram a optar por algumas destas formas, até sob o ponto de vista jurídico, e não outras, desde logo o concurso público. E por quê? Primeiro, porque se trata de património público, mas que podia também ser uma hasta pública. Achámos que devia ser um concurso público porque pode dar-se o caso – aliás, aconteceu, de certa forma, nos outros concursos – que ao ficar deserto, através da modalidade de concurso público, se isso acontecer, dá-se sempre oportunidade, ao abrigo do próprio Código dos Contratos Públicos, de haver uma negociação com eventuais interessados que não perverta o espírito do caderno de encargos e o programa do concurso. E portanto, deixa-nos aqui uma porta aberta para qualquer vicissitude futura.

Depois, tínhamos aqui uma opção importante, que era: há obras de conservação a realizar, que nós identificámos como sendo obras necessárias, e que foram quantificadas, de modo a perceber-se qual era o valor de investimento que se teria que fazer para ter aquele espaço com qualidade – qualidade de uso, de fruição. Ao mesmo tempo que fizemos esta reflexão, pensámos se seria oportuno fazer primeiro as obras, e mais tarde entregar a obra completa para um qualquer explorador pegar nas coisas e adequá-las às suas intenções, ou se seria bastante mais rápido, mais barato e mais útil fazermos tudo na mesma oportunidade – isto é, dizer que nós achamos que há aqui um valor de investimento de cerca de duzentos e nove mil euros (209.000€), que está quantificado, e que servirá para que na mesma empreitada, de adequação à nova finalidade que venha a ser produzida para este espaço – e reparem, aqui eu pedia-vos que olhassem para a variedade de possibilidades que estão previstas no Ponto n.º 1 do caderno de encargos, quanto ao objeto, o Ponto n.º 1 e, em concreto, o Ponto n.º 3, que é que se admitem como possíveis atividades de hotelaria e atividades complementares, designadamente a restauração, o alojamento local, centro hípico, campo de férias, campo de jovens, centro aventura, centro de estágios, centro de férias infantojuvenil, de conferências, discoteca, bar, apoio de montanha, de atividades de lazer, desporto, recreio em espaço rural, aluguer de veículos motorizados, animais, bicicletas ou outros. Ou seja, não me parece que seja muito acertado ser o Município a estabelecer exatamente aquilo que lá pretende; deve definir o espectro daquilo que admite que lá possa existir, e aqui deixem-me dizer-vos que a minha preocupação foi manter a fidelidade àquilo que foi o espírito original com que a Câmara, em 1994, fez a aquisição da propriedade. E portanto, tinha uma amplitude bastante ampla, bastante aberta, para as características de ocupação daquele espaço, e que aqui, nós não devemos dizer que tem que ser um hotel de cinco estrelas, ou de quatro, ou de três, ou que tem que ser um alojamento local, ou que tem que ter cavalos, ou não deve ter, ou se deve ter uma piscina grande ou pequena. Devemos deixar isso ao propósito do próprio investidor, sendo que o primeiro valor de investimento e de requalificação de todo o património descontará integralmente nas rendas, até cem mil euros (100.000€), integralmente nos primeiros tempos – vamos fazer aqui um exercício, imaginemos que o valor da renda anual seriam vinte e cinco mil euros (25.000€), fazemos um exercício, para facilitar: nos primeiros quatro anos, quem fizesse o investimento amortizaria cem mil euros (100.000€) das obras que fizesse. Vamos imaginar que a pessoa gastava duzentos (200.000€); nos anos seguintes, só pagaria metade da renda, até perfazer os duzentos mil euros (200.000€); a partir daí, pagaria o valor da renda integral. Para termos uma ordem de ideia, este fim de semana tomei conhecimento que o Convento de Arouca foi para um concurso público, a ala sul, sessenta quartos, e o valor de adjudicação foram quarenta e dois mil euros (42.000€), com obras de



MUNICÍPIO DE POMBAL

intervenção cifradas em cerca de três milhões (3.000.000€). Portanto, como veem, os valores andarão por aqui – se bem que este espaço é um espaço bastante mais pequeno.

O que é que isto nos permite? Por exemplo, quem vai ao espaço percebe que as instalações sanitárias que existem em cada quarto ainda têm banheiras. Hoje em dia, a maior parte dos hotéis raramente tem banheiras. E portanto, nós íamos fazer o quê? Íamos fazer as obras, pintávamos, tirávamos as humidades, arranjavamos os telhados, portas, janelas, chão, vãos, não sei quê, e tal, e deixávamos as banheiras. A pessoa entrava lá, e ia partir aquilo tudo outra vez, porque não queria as banheiras. Portanto, pareceu-me bastante mais acertado dizer que este é o valor de conservação e manutenção, entra integralmente para o valor do desconto, e no final, se os senhores fizeram um investimento de setecentos (700.000€), oitocentos (800.000€), um milhão de euros (1.000.000€), vamos ter que ter em linha de conta que serviria para a conservação. Reparem que aqui teremos uma vantagem para a defesa do património municipal, que é: parece-me bastante mais sólido aquele que investe e quer tirar rendimento daquele prédio, do que aquele que, nada investindo, vai tirar rendimento, e às vezes até pode nem nos pagar a renda.

Também vos quero dizer que não olho de maneira nenhuma para esta operação como sendo uma operação de carácter imobiliário ou financeiro. Isto é uma operação de promoção turística, que foi o objeto principal que justificou que a própria Assembleia Municipal – alguns membros que estão aqui, que na altura aprovaram esta aquisição – fizesse esta aquisição. E aí, acho que devemos manter essa fidelidade a esse princípio original que levou à aquisição da propriedade. E portanto, deixar amplitude para as novas formas de promoção turística, irmos ao encontro daqueles que podem trazer ao nosso território – que eu julgo também que era objetivo inicial da aquisição – um know how, uma competência, uma atratividade, uma rede de contatos, e eventualmente até uma rede internacional de angariação de clientes que potencie toda a zona da Redinha e o Concelho de Pombal, e que estejamos com aqueles que, de facto, sabem do métier, têm projetos, têm capacidade de investimento, e que fazem aqui um investimento com características diferentes. É evidente que isto não tem nada contra projetos de carácter mais local que apareçam, e que igualmente tenham essas condições. Eu acho é que nós não podemos ficar à espera que seja apenas com a publicação no Diário da República que se consiga arranjar interessados para este negócio. Portanto, temos que ir ao encontro das pessoas, falar com esses operadores, falar também com aqueles que já nos contataram para lhes apresentar o projeto – e aqui temos coisas completamente distintas; tivemos pessoas que acharam que era boa ideia fazer, por exemplo, alguns de vós conhecerão com certeza um projeto de um parque aventura que existia em Óbidos, a pessoa responsável por este parque saiu, tinha condições para se desenvolver; e acho que era uma boa coisa fazermos aqui isto. Mas, ao mesmo tempo, tivemos também um conterrâneo nosso, que tem uma coudelaria em França, e que disse: “Não, nós devíamos ter aqui um projeto que fosse muito mais fixado em turismo de classe mais elevada, e que tivesse, através dos percursos hípicas, uma proposta completamente alternativa.” Devemos ser nós a tomar essa decisão? Ou devemos deixar ao próprio empreendedor essa opção? Eu acho que isto nos permite ter muito mais interessados, e poder explorar ao máximo esta oportunidade. Por quê? Porque o património vai envelhecendo, precisa de ser conservado, o objetivo com que foi adquirido não foi o de ficar devoluto.

E portanto, aqui, de uma forma muito sintética, resumo-vos aquilo que agora é muito simples de apresentar e muito rápido de dizer, mas que foi preciso construir, ir tirando aquilo que são os prós e os contras de cada uma destas matérias, identificar os destinatários – é isso que estamos a fazer. A partir do dia 2 de maio, o que farei é começar uma campanha intensa junto dos principais operadores nacionais e internacionais, que operam dentro destas áreas, percorrendo também investidores portugueses, Pombalenses, que estão no estrangeiro e cá em Portugal, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

eventualmente possam estar interessados, fazermos esta divulgação, darmos um prazo alargado para poderem responder a isto, temos aqui cinco meses para as pessoas poderem instruir a sua proposta, fazerem as suas avaliações, mandarem cá os seus técnicos, fazerem as suas contas. Ficou previsto também neste programa de concurso em que termos é que uma eventual ampliação da zona vai ser remunerada para o Município – isto é, vamos imaginar – eu não quero antecipar, mas foi um grande handicap que desde sempre nos disseram, que era que a capacidade hoteleira que lá está é insuficiente para a viabilidade; se é, tem que ser ampliada; se é ampliada, tem que haver construção; se há construção, alguém vai ter que a fazer. E se ela fizer, não paga renda? O que ficou estabelecido e o que está aqui também à vossa apreciação é que por cada metro quadrado edificado para fins hoteleiros, a renda será cinquenta cêntimos (0,50€). Portanto, quem construir mil metros quadrados, pagará quinhentos euros (500€) de renda mensal por isso. Se forem instalações de apoio, pagará apenas dez cêntimos (0,10€) – vamos imaginar que faz uma piscina maior, que faz um picadeiro maior, que faz mais boxes para os cavalos, ou faz outro tipo de atividade. E portanto, ficou previsto nestes termos, para haver aqui alguma compensação. E portanto, o objetivo não é, de todo, financeiro nem patrimonial – patrimonial será na perspetiva de preservar aquilo que é nosso – mas, acima de tudo, é termos ali um impulso, termos um ator capacitado, com conhecimento, que se for de uma organização, melhor ainda, e que nos possa ajudar a fazer a exploração e o potencial turístico que a Redinha também. E eu acho que assim estamos a ser bastante fidedignos aos princípios que levaram a que esta Assembleia e a Câmara aprovassem a compra da Quinta de Sant’Ana. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Inscrições? Sr. Deputado Manuel António, pode ir usando da palavra.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, antes de mais, felicitar os produtores do vídeo pelo bom gosto e sensibilidade para destacar a beleza, quer da Quinta de Sant’Ana, quer da Redinha, do seu Vale de Anços e da Senhora da Estrela. E dizer ao Sr. Presidente de Câmara que a Bancada do PSD, obviamente, se revê nesta operação que visa a concessão da exploração da Quinta de Sant’Ana, com o objetivo de haver promotores turísticos de referência que se possam interessar por este património, e que possam trazer para Pombal um projeto turístico que leve longe o nome de Pombal. Por isso, estamos certos – ou pelo menos fazemos votos de que esta operação seja bem sucedida, pois será uma mais valia, quer para a Redinha, quer inclusivamente aqui para o Concelho de Pombal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Ricardo Ferreira, se faz favor.”

Ricardo Ferreira (CDS-PP):

“Muito obrigado. Muito breve também, só aqui dar nota de que, de facto, acabou por responder a muitas das questões que também tinha para fazer. Mas, essa postura que estava a demonstrar, de o foco não estar na questão financeira pura e dura, não está muito refletida aqui neste documento que nos é apresentado, sobretudo na parte dos critérios de adjudicação, o que demonstra que a preocupação principal será o valor mais elevado a obter de renda. Diz aqui o Ponto n.º 21.1: “A adjudicação será efetuada de acordo com o critério de compensação mensal mais elevada para a entidade adjudicante.” O ponto a seguir diz que não poderá ser inferior a mil e quinhentos euros (1.500€). Mas, para nós, o que nos preocupa mais é o Ponto n.º 21.3, que diz que em caso de igualdade de ordenação, será usado como critério de desempate sorteio a efetuar na presença de um representante, tal e tal. Ora, o que nós achamos é que num espaço com a importância que tem a Quinta de Sant’Ana, quer para a Freguesia da Redinha, quer para o Concelho de Pombal, não podemos entregar isto meramente a um sorteio, em caso de valores iguais apresentados por diversas entidades. Achamos que devem ser considerados fatores mais importantes para o meio



MUNICÍPIO DE POMBAL

envolvente, como, imaginemos, o número de postos de trabalho a criar, ou que cada entidade concorrente se propõe criar, se são pessoas do concelho, se pretendem contratar cá ou trazer de fora, seriam critérios mais interessantes aqui neste campo, numa ótica de desenvolvimento territorial. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Cavalheiro.”

Célia Cavalheiro (BE):

“A pretendida concessão da Quinta de Sant’Ana, com obras de valor superior a duzentos mil (200.000€) e renda mensal mínima de mil e quinhentos (1.500€), penso que não é bom, nem para a Redinha, nem para o património do concelho. Vários anos já passaram com a Quinta fechada, sem qualquer uso por parte daquela população. E aparecer agora uma proposta para cedência a um privado é continuarem a impedir a população de desenvolver um projeto válido – os Pombalenses – para a comunidade local. Dado este contrato de vinte mais cinco, se calhar uma venda direta não seria pior. Se calhar, é um reconhecimento direto da incapacidade de gestão por parte da Câmara Municipal. Por que não decidir ter uma palavra a dizer no que será melhor para aquela gente, para todo o Concelho de Pombal, fazer o que está aqui dito, “chave na mão”, e como disse o Ricardo, se empatarem, vai-se às sortes, quando, obviamente, se calhar a renda mensal vai ficar no mínimo, é assim um bocadinho jogar ao monopólio. Havia de haver ideia. Gastaram-se ali muitos dinheiros públicos num espaço cheio de potencialidades, porque tem alto potencial, toda aquela zona da Redinha é uma zona reconhecida a nível nacional. Devíamos ter alguma palavra a dizer sobre o que é que se vai lá fazer.

A Câmara Municipal de Pombal, nas últimas décadas, não conseguiu fazer nada de jeito ali na Redinha, penso eu. Os rios continuam poluídos, saneamento mínimo, há quem diga que a ETAR nunca funcionou devidamente – já o referi aqui – o CIMU-Sicó, já ouvimos as explicações, continua parado. Portanto, há assim uma inoperância naquela zona, quando temos ali um potencial maravilhoso. Agora, se não mexermos no potencial, não passa disso. Estar a entregar o ouro ao bandido não me parece a melhor opção.

Importa referir também que todo o património cultural arqueológico continua sem estar estudado ou valorizado. Era importante investir nisso, valorizar a zona e sermos nós, Município, ou entregar à própria Junta de Freguesia e ajudá-la, ter ali uma mais valia e ter ali uma opção distinta de todas as outras, podíamos distinguir-nos de outros concelhos até, através deste investimento.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Sra. Deputada Fernanda Domingues, se faz favor.”

Maria Fernanda Domingues (NMPH):

“Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Dra. Fernanda Guardado, membros da Mesa, Sr. Presidente, Diogo Mateus, caríssimos vereadores, deputados, comunicação social e demais presentes:

No que diz respeito a este ponto, devo congratular a proposta do Município de Pombal relativamente à concessão e exploração da Quinta de Sant’Ana, por finalmente decidir algo em relação a este espaço. Parabéns pelo vosso vídeo promocional. Mas, não chega. Trata-se de uma situação que muito se tem especulado, essencialmente quanto aos fins que lhe serão dados. Esta situação arrasta-se há mais de seis anos, o que implica um acréscimo dos custos inerentes às obras necessárias, cujo valor vimos no processo que custa à volta dos duzentos e nove mil euros (209.000€), mas esta demora sairá muito cara ao Município, tendo em conta a depreciação do



MUNICÍPIO DE POMBAL

dito imóvel, que ficou em pleno estado de abandono enquanto o Executivo protelou a tomada de medidas relativamente ao mesmo.

Dizer só que esperamos que, de facto, esta proposta seja efetivamente concretizada, que não passe de um truque de cosmética do Executivo Camarário para ficar bem no papel, mas que na realidade apenas serve para camuflar defeitos e problemas existentes, sem qualquer tipo de tratamento concreto.

Para dar um rumo a esta proposta, o nosso movimento vai votar a favor. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente. Esta propriedade, tal como outras que temos em curso, ou que o Município de Pombal tem em curso, revestem o mesmo problema, que é, primeiro, fazer a obra, adquirir a propriedade, gastar o dinheiro, e depois pensar-se para que é que vai servir; que uso é que se lhe vai dar, o que nos parece ser começar a obra pelo telhado.

Em primeiro lugar, o que é que se pretende para o turismo da Redinha? Há um plano?

Em segundo lugar, já aqui falei anteriormente que as autarquias não têm como finalidade, ou como uma das suas finalidades, a vocação imobiliária, nem hoteleira. Isso deve ser dado à iniciativa privada, para exploração económica dessas atividades. Isto para dizer que entendemos que este investimento, nomeadamente, não trouxe benefício para a população, nem para o concelho, que a solução proposta, parece-nos que não vai ter adesão de investidores – esperemos que tenha, mas o que nos parece à partida, tendo em conta as condições, que não terá grande adesão de investidores – e a haver, existirão depois incumprimentos, tal como aconteceu anteriormente. Neste momento, apesar dos muitos milhares de euros ali gastos com a aquisição e com as obras de melhoramentos, está ao abandono. Ainda me recordo, a propósito deste vídeo que agora vimos, de um outro vídeo que também incluía a Quinta de Sant’Ana, na Redinha, porque aqui há uns anos estava ali no edifício técnico, na sala de espera, e vi esse vídeo a passar, e lembro-me que era um vídeo muito bem feito também, que passava uma manequim a passear pela quinta, espreitava pela janela com os cabelos ao vento, a promover a utilização daquela propriedade. E lembro-me, na altura, de ter ficado perplexa, porque pensei: é um gasto fazer esta promoção, mas para promover o quê? O que é que há para chamar o turismo e para levar as pessoas a visitarem aquela propriedade? Porque não havia um plano, só havia a propriedade para visitar, mas entendi na altura que era um gasto, também até com aquela promoção, e que aquele vídeo não iria levar as pessoas a visitar aquele espaço, e a usufruir aquele espaço. E portanto, o resultado deu no que deu, que penso que é conhecido de todos, os incumprimentos, a falta de pagamento das rendas, o abandono, e o elevado investimento do Município anteriormente ao negócio que lá esteve, e portanto, a degradação que veio a seguir, e que agora é preciso investir ainda mais na reparação e na manutenção. Mas, são opções, e efetivamente este Executivo, e o anterior – enfim, sabemos que a aquisição terá sido aquando do Executivo do Eng.º Narciso Mota – são opções que os Srs. Presidentes de Câmara tomam.

Mas, portanto, para dizer que o nosso sentido de voto não vai ser contra, vai ser de abstenção. Ele não é contra porque, efetivamente, verificamos com este documento que nos apresentam que, ainda assim, o Município está a tentar fazer um esforço para tentar que não tenha que ser o erário público a pagar mais aquelas obras necessárias de manutenção e reparação do património, e está a tentar dar-lhe um uso, que é aquilo que ele também não tem neste momento. Por isso o nosso sentido de voto. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu vou ser muito, muito breve. Queria só corroborar com as observações do meu colega Ricardo, naquilo que diz respeito aos fatores de desempate e aos fatores de atribuição. Aqui estamos completamente de acordo, Sr. Presidente, acho que isto, sim, é o papel do Município, promover a iniciativa privada. Queria deixar apenas uma sugestão, de que se porventura aparecer algum agente interessado, que seja único, e que não concorde, provavelmente, com o caderno de encargos, que possa ser equacionado da parte do Município abrir aqui uma negociação que permita, de facto, ir ao encontro da utilização daquele património, que faz muita falta. E esta proposta, se peca por alguma coisa, apenas por ser tarde. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Coucelo.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Bom, a Quinta de Sant’Ana, já tantas vezes falada, eu também tive alguma responsabilidade na aquisição da Quinta de Sant’Ana, porque era vereador do Sr. Eng.º Narciso Mota na altura. E acho que foi uma compra muito bem feita. A Câmara comprou um edifício que arriscava degradar-se, com interesse histórico, numa localização privilegiada, comprou terrenos, acrescentou, e teve uma ideia para aquele edifício. Havia ideias, contrariamente ao que diz a minha colega Elisabete, ali daquela Bancada, não se começou pelo telhado, por amor de Deus, não foi nada disso. Inclusivamente estiveram lá instalados durante algum tempo as Terras de Sicó. Houve ali, tanto quanto me recordo, e não sei se o Eng.º Narciso Mota pode confirmar isso, alguma discussão entre nós, entre se devia ser a Associação Terras de Sicó em conjunto a comprar a Quinta de Sant’Ana, ou se a Câmara Municipal, única e exclusivamente. Na altura, inclinava-me mais para ser a Associação Terras de Sicó, porque, no fundo, era uma Associação de Municípios que podia, de alguma forma, rentabilizar a utilização daquele espaço. Mas, pronto, compreendi que a Câmara Municipal tinha ali a possibilidade de comprar património e dar-lhe uma utilização, que chegou a passar por várias fases – era uma utilização turística, em primeiro lugar, chegou a estar pensado para lá a construção de um espaço para Pousada de Juventude, chegou a haver candidaturas, inclusivamente. E portanto, a Câmara não foi para ali comprar o edifício para depois dizer: “Agora vamos ver o que é que vamos fazer.” Não foi nada disso, pensou-se previamente quais as possibilidades para aquele espaço, várias alternativas. Claro que depois houve desenvolvimentos vários que eu não acompanhei.

E queria esclarecer a Elisabete do seguinte, ela fez aí alguma confusão: a Câmara não vai investir dinheiro nenhum ali a fazer obras. O que a Câmara não deve é fazer obras, porque com um caderno de encargos destes, pluripotencial nas vertentes turísticas, de lazer, enfim, que estão discriminadas no caderno de encargos, com picadeiro, pode ter uma utilização muito diversificada, o investidor, como já disse o Sr. Presidente da Câmara, é que tem por sua conta as obras de adaptação para os fins pretendidos, e a Câmara Municipal não está a investir aí, porque também não vai investir para recuperação uma coisa que ainda não sabe para que é que vai servir. Exatamente, cada investidor decidirá o que é que vai fazer, se quer ter mais habitação, se quer ter mais apoio para atividades desportivas e uma utilização de gama média, de gama alta – enfim, isso será com os investidores. E naturalmente que eu acho que a Quinta de Sant’Ana evidentemente tem potencial. Nós não podemos ser tão negativistas. É evidente que as regras do mercado são as que são.

Gostei de ouvir o facto de a Dra. Elisabete ter dito que não votariam contra, e dentro daquelas críticas, comentários jocosos que às vezes temos que fazer nestas circunstâncias, aqui está a diferença na “geringonça” entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista. O Bloco de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Esquerda que, para ele, público, público, público, tudo é público, porque os privados gerem mal, aparentemente, até já ouvi a sua líder comentar que as parcerias público-privadas na saúde têm que acabar, a principal parceria público-privada na saúde, que se calhar vai sair, e que tem um hospital que tem oito especialidades no Top1 do país, é o Hospital de Braga, que é uma parceria público-privada, melhor do que qualquer hospital público deste país, porque a gestão é privada, mas presta serviço para o Serviço Nacional de Saúde. É o Serviço Nacional de Saúde. E quem está de fora destas coisas, e só por preconceitos ideológicos faz estas críticas, eu lamento muito, mas médico há quarenta e dois anos, já passei por público, privado, já geri público, e acho que há muitos hospitais públicos pessimamente geridos, precisamente porque é o amiguismo, é o não sei quê, e vão para lá aquelas pessoas que, infelizmente, nem sequer têm preparação para gerir instituições públicas. Pronto, isso era a mesma coisa que dizer que tudo tem que ser público. O Serviço Nacional de Saúde não tem que ser público só, o Serviço Nacional de Saúde tem que funcionar com as regras habituais público / privado e social, tal como nestas áreas. Tal como nestas áreas, devemos deixar aos privados, porque não é por incompetência da Câmara, é porque os privados nesta área têm know how para fazer estas coisas, e as Câmaras não têm. Por isso é que a maioria das Câmaras que detêm património, como foi focado aqui, seja o Convento de Arouca, seja qualquer outro, e houve no país vários edifícios públicos importantíssimos que foram concessionados, que estiveram abandonados – conventos, espaços públicos diversos – e que hoje fazem parte de uma rede nacional de pousadas, que são utilizadas e criam emprego local, porque isto é uma forma de criação de emprego importantíssima, e não tem que ser, neste caso, a autarquia, e não tem que ser só o Estado criador de emprego. Isso era regressarmos aos tempos, como já foi aqui falado, da autocracia marxista leninista, ou então fazermos de conta que ignoramos que vivemos em sociedades livres e democráticas, e que há espaço para todos, com regras. Isso é que é o importante. E aqui criam-se regras.

Portanto, naturalmente, qualquer um de nós olha para isto, com alguns comentários – e eu percebi o comentário aqui do meu colega, acho realmente que os fatores de desempate podem ser aí um bocadinho ajustados para outra forma. Por acaso não estive atento, não li, não me recordo dessa parte, e também concordo que acho que deve haver um fator de desempate, que provavelmente – e gostaria de ouvir o comentário do Sr. Presidente – privilegie de alguma forma, ou a criação de emprego, ou serem pessoas locais. Muitas vezes não se pode dizer que sejam locais, porque pode não haver a nível local as pessoas com a formação adequada para este tipo de funções. Mas, de qualquer das maneiras, acho que o fator de desempate desta forma não é aquele que nos soa melhor.

Globalmente, acho que está muito bem feito o caderno de encargos, e tem potencialidades. Oxalá haja realmente interessados para finalmente termos aqui um destino para a Quinta de Sant’Ana, que eu não acredito de maneira nenhuma que a Junta de Freguesia ou as populações locais beneficiassem mais de se entregar aqui para um fim local, comunitário, do que para alguém que venha explorar e crie emprego, que é tão necessário em qualquer região do nosso concelho. Acho que isso é o mais importante.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.

Elisabete Alves (PS):

“Muito obrigada, Sr. Presidente. É só para dizer ao Sr. Deputado, Dr. Coucelo, que percebeu mal. Eu não disse que a Câmara ia lá pagar aquelas despesas; eu disse que precisamente um dos motivos que nos leva a não votar contra é que a Câmara não vai, precisamente, ter essa despesa, e vai aproveitar esta solução que agora encontrou para que não seja o erário público a pagar mais uma vez aquelas obras que ali são necessárias. Percebi da sua intervenção que tinha



MUNICÍPIO DE POMBAL

percebido mal, e também percebi da sua intervenção que quis aqui dar uma mãozinha ao Sr. Presidente, e ajudá-lo já nas respostas às nossas intervenções. É só. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente da Redinha, tinha-se inscrito? Peço desculpa, faça favor.”

Paulo Duarte (Presidente J.F. Redinha, PS):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento todos os presentes na sua pessoa.

Não podia deixar de falar neste ponto, porque é um assunto que é caro a toda a população da Redinha. É uma infraestrutura que a freguesia tem no seu território, todas as pessoas da freguesia conhecem a Quinta de Sant’Ana, todas as pessoas reclamam e fazem comentários sobre o porquê de a Quinta estar fechada. Este caderno de encargos está muito bem elaborado; muito bem elaborado. Pego aqui nas palavras do Sr. Dr. João Coucelo, quando diz que é importante para as populações, pois pode criar emprego localmente. Gostava de ver aqui plasmado neste caderno de encargos – e penso que não me escapou, que eu li-o com atenção – que não fosse alguém, um privado, que depois vedasse de alguma forma o acesso à população local. Eu li com atenção, mas pode ter-me escapado algum pormenor. É uma infraestrutura importante do património municipal, é importantíssima para a Freguesia da Redinha no contexto atual. Todos os fins de semana, na Freguesia da Redinha, estão espanhóis, alemães, franceses, todos os fins de semana, que ficam por ali junto ao rio. Tendo a Quinta de Sant’Ana, com a potencialidade que tem, e foi sublinhada por todos, em funcionamento, é uma mais valia.

Quando a Quinta de Sant’Ana estava em funcionamento, a Redinha tinha movimento diário, aos fins de semana, então, era rua acima, rua abaixo, tudo cheio, porque as pessoas adoram aquele local. Como o vídeo, extremamente bem feito, promocional, vou torcer muito fortemente para que apareçam candidatos, e que seja colocada em funcionamento. Os meus parabéns ao Executivo por mais esta iniciativa. Não conheço as anteriores, mas pronuncio-me em relação a esta, os meus sinceros parabéns. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Agora sim, Presidente Diogo Mateus, tem a palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Muito obrigado. Eu como, de facto, partilho da vossa opinião, vale a pena não só dizer que o Gabinete de Comunicação da Câmara articulou este projeto, mas a Rita Ribeiro, que está aqui, é que preparou este vídeo, a pedido da Câmara. E portanto, se ela consegue fazer a Quinta, que não está em bom estado, ficar com este aspeto, também vos consegue fazer, a vocês e a mim, ficarmos com bom aspeto numa Assembleia Municipal.

Sr. Deputado Ricardo Ferreira, nós ponderámos, de facto, se deveríamos ou não deveríamos introduzir os chamados critérios de densificação dos fatores de avaliação, isto é, de que maneira é que, para além do preço, podemos instituir outros critérios que nos ajudem a decidir. E deparámo-nos com aquilo que parece ser uma primeira perceção de uma boa ideia, que é o emprego, as características do empreendimento, o interesse para a população. Mas, primeiro, a questão do emprego, na altura de uma candidatura, não são mais do que boas intenções, e nós corremos o risco de dizer: “Pois, mas o senhor disse que ia criar aqui quinze postos de trabalho na Freguesia da Redinha, e só criou dois.” Mas, já lá está e tem os direitos constituídos. E portanto, perverte um bocadinho, uma boa proposta nem sempre corresponde àquilo que é comparável e que é fiel a um determinado princípio, e que se mantém ao longo do tempo. E nós não conseguimos ter depois uma penalização, porque não podemos dizer às pessoas, depois de fazerem as obras, que, afinal, empregou menos quatro pessoas do que devia, e agora tem que sair. E portanto, entramos aqui numa questão jurídica grande. E se o fizermos, é porque queremos que



MUNICÍPIO DE POMBAL

isso seja bom critério; e se queremos ser bom critério, e ele no médio prazo se averigua como incumprido, ou incumprível, nós não podemos ficar de braços e mãos atados, dizendo: “Pois, mas agora resignemo-nos”. Portanto, procuramos ter critérios mais objetivos. Da mesma maneira que é muito difícil nós podermos estar aqui, até porque nem estaremos todos de acordo, dizendo que é mais importante ser uma estrutura muito popular, ou é mais importante ser uma estrutura que corresponda a um nível médio alto? É mais importante uma estrutura que tenha restauração, ou é mais importante uma estrutura que tenha uma piscina aberta à população? É mais importante um que tenha os percursos hípicas, ou é mais importante um que aumente o número de quartos? É muito difícil. E portanto, não foi por falta de percepção, mas eu acho que a promoção que nós façamos, e o conjunto mais criterioso de potenciais investidores que se possam interessar por este processo, esse é que fará a distinção. Algum de nós vislumbra alguém que se atire de cabeça – desculpem-me a expressão – para um processo destes, que mesmo que seja apenas pagando o mínimo e fazendo as obras, são quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€) de investimento? Alguém passará que a pessoa fará isto com leviandade, ou trará consigo – e portanto, temos que dar prazo para a proposta – uma proposta diferente? Nós pensámos nisto por quê? A própria abertura do objeto social do concurso dá pistas. É mais importante a hotelaria – para mim – é mais importante a hotelaria e restauração do que as atividades de animação. Mas, se for mais de animação, e a hotelaria for menos boa, é mau? Eu não consigo, nem acho que nós conseguíssemos aqui criar um critério em que estivéssemos todos de acordo, dizendo que a Quinta tem que ser direcionada para ali.

Portanto, eu acho que nesta fase o que é importante é termos um bom parceiro. E eu acho que um bom parceiro fará aquilo que o Sr. Presidente da Junta acabou já por dizer, que é olhar para o território, perceber qual é o nível de procura, quem é que interessa corresponder com a oferta que vai ser criada, e adaptar a resposta àquilo que é a tendência do mercado. E pode começar uma agora, e daqui a dez anos ser uma completamente diferente, em função do sucesso que as coisas possam ter. Devemos nós ficar presos a isto, ou não ficarmos? Estou a responder-lhe, porque fizemos esta avaliação prévia, e foi por essa razão que depois encontrámos, como critério de desempate, aquilo que o Código dos Contratos Públicos diz, que é o sorteio. Não foi invenção do júri, ou de quem pensou; foi o que diz o Código dos Contratos Públicos, que é o sorteio. Então, põe-se o sorteio. Ou seja, não desvirtuar de forma nenhuma as características estruturais que o concurso tem que ter, não pervertendo as obrigações legais que estão estabelecidas. Não me agrada? Se me disser: “Agrada-lhe que seja um sorteio?”, a mim não me agrada, mas é o que o Código dos Contratos Públicos estabelece.

E portanto, eu acho que se nós formos muitos detalhados a circunscrever o objeto, tiramos mais interessados do que ganhamos. E eu julgo, pela leitura de todos, que é igual à minha, que o que nos interessa é ganhar o interesse de investidores por esta área, gente com capacidade, com conhecimento, com meios para investir, e com eles, quem quer que seja, desenvolvermos o projeto, porque é um projeto que depois não pode ficar dissociado do próprio projeto de desenvolvimento da Redinha. E nós percebemos, na Redinha, que há uma vertente ambiental, que há uma vertente de desportos da natureza, que há uma vertente paisagística, que há uma vertente cultural e arquitetónica, essas estão lá, qualquer pessoa que venha de fora vem dizer: “Isto não é para fazermos aqui um espaço com uma característica perfeitamente excêntrica”, para aquilo que é o ambiente que o rodeia, porque eles estão lá. E portanto, este foi o propósito, por que nós o fizemos desta maneira.

E portanto, julgo também que ao Sr. Deputado Pedro Pinto, acabo por responder, porque acompanhava o Sr. Deputado Ricardo na mesma matéria.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre a intervenção da Sra. Deputada Célia Cavalheiro, há outra diferença além daquela que o Dr. João Coucelo encontrou relativamente à “geringonça”: é que, de facto, aqui não pode ver este projeto com os olhos “Robles”. Não pode, não pode ver. Eu sei que vocês gostam de ver assim, mas este projeto, não o pode ver assim. Não o pode ver assim, porque este não é um projeto especulativo imobiliário, e portanto, a ideia não é esta. E há uma coisa que eu lhe digo: não há tradição em praticamente lado nenhum de os Municípios serem operadores turísticos. Não há. Mas, uma parceria, é uma parceria público-privada, essa coisa abominável. Portanto, não há. E não havendo – e eu, de facto, acho que é acertadíssimo. Repare, eu ainda me lembro de receber, a pedido do Eng.º Narciso Mota, o Presidente das Pousadas de Portugal, que era um projeto público, que não deu resultado nenhum enquanto não foi vendido ao Grupo Pestana. Repare, o próprio Grupo Inatel chegou a ser desafiado por mim, pessoalmente, já enquanto Presidente de Câmara, e que disse: “Não nos interessa ter mais equipamentos hoteleiros.” O Inatel era, na altura, o terceiro ou quarto maior operador turístico português, com mais camas; hoje já não é, porque outros projetos se desenvolveram.

Portanto, destas experiências que existiram, rapidamente se percebeu que eram enormes buracos, e que não valia a pena. Portanto, eu acho que não é caminho, de todo, a seguir.

Quanto a essa inoperância local, deixe-me dizer que há aqui outra diferença também entre nós: não tenha dúvida nenhuma que essa obsessão ideológica de contrariar os privados matou a Redinha quando diminuiu a capacidade de o colégio se desenvolver. E portanto, é muito fácil falar de inoperância, mas temos que olhar para as consequências das políticas que as entidades, Partidos e forças que apoiamos trazem para o nosso território, e esses prejudicam-nos – com maiúsculas, todas maiúsculas – opções que nos prejudicam, a nossa população nova, os territórios mais afastados, aqueles que precisavam de mais ajuda, prejudicados por obsessão ideológica, crítica, inconsciente, irresponsável, que eu espero que seja revertida, se ainda formos a tempo.

Sra. Deputada Fernanda Domingues, sobre a questão do abandono: bem, eu concordaria com as suas observações de abandono se não fosse, em cinco anos, a terceira vez que o assunto aqui vem. Eu concordaria. É a terceira vez que o assunto vem a Assembleia Municipal, em cinco anos. Sabe quantos anos demorou a primeira utilização hoteleira da Quinta de Sant’Ana? Não se recorda, porque não fazia parte, a sua vida andava muito longe disto. A Quinta foi comprada em 1994. Sabe qual foi a primeira vez que houve lá a venda de uma refeição? 2006, doze anos depois. Doze anos depois. Foi sede das Terras de Sicó, houve outras utilidades, mas essa questão hoteleira demorou bastante mais tempo. E eu agora não lhe vou contar aqui a história de como é que se resolveu o problema antes disto, que depois não foi concretizado, e aí, depois, vou-lhe explicar o que é que é disfarçar. Mas, agora não lhe explico, por decoro à Assembleia.

Sra. Deputada Elisabete, deixe-me dizer-lhe que eu acho que estava a confundir o vídeo de promoção de Pombal com o vídeo de promoção da Quinta de Sant’Ana, porque este da Quinta de Sant’Ana é o único que eu conheço, não conheço mais nenhum. O que se fez foi um vídeo de promoção de Pombal, que tem algumas cenas da Quinta de Sant’Ana. Portanto, não foi para promover a Quinta de Sant’Ana sob o ponto de vista imobiliário, que é o que estamos aqui a fazer; foi no âmbito da promoção, e acho que foi muito bem selecionado, a Quinta de Sant’Ana estar lá, porque, de facto, é um património que nos interessa.

Portanto, percebo as vossas observações, nós não temos aqui, nesta fase, um espaço – e reparem, nós tivemos a preocupação de estudar muitos cadernos de encargos promovidos por outras entidades, com espaços similares. E portanto, isto não é uma obra copiada, isto foi esculpido à medida daquilo que nós precisávamos, e por isso demorou mais algum tempo. Agora, temos de fazer o trabalho de casa: promover, falar com as pessoas, criar as condições.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre a proposta final, de que se houver um investidor que discorde do caderno de encargos, eu não posso alterar aquilo que a Assembleia venha a definir. O que pode acontecer, Sr. Deputado, é: “Olhe, nós verificámos que os cinco meses para apresentação das propostas não são suficientes”, e chegarmos aqui a setembro, e dizer, depois de a Câmara aprovar: “Caros amigos, alguém vê inconveniente que de setembro passe para dezembro, ou para janeiro?” Porque há grupos, há medições, há projetos, há isto ou aquilo, e o processo está a andar, e houve este pedido, e nós faremos aquilo que faremos num concurso público, que é prorrogar o prazo, a pedido de qualquer interessado, cumprindo as regras todas. Só depois disso é que podemos, com as mesmas regras, fazer a tal discussão privada. E portanto, reparem que o processo tem que ter essa descrição.

Eu quero aproveitar, dentro desta descrição, para pedir desculpa ao Sr. Presidente da Junta da Redinha, que esteve absolutamente em pé de igualdade com qualquer membro da Assembleia, porque não recebeu esta proposta antes dos outros. É verdade. E portanto, quisemos manter isto, e todos nós reconheceríamos com facilidade que a participação de um Presidente de Junta num processo destes poderia ser muito importante, mas nós quisemos fazê-lo de forma a que houvesse aqui um processo de igualdade, da mesma maneira que o processo não deve ser divulgado a terceiros, ninguém deve ter esta vantagem antes do tempo. A partir de agora, se for aprovado, como parece ser o caso, temos condições para pôr tudo a mexer, e portanto, temos aqui os próximos meses para fazer atividades a sério de promoção e de angariação de potenciais interessados.

Muito obrigado. Julgo que respondi às vossas questões.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Faça favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Deputado Coucelo, como médico, acha que a saúde deve ser lucrativa? O que levou à situação de crise em que vivemos na saúde, com a degradação das instituições, precarização dos profissionais de saúde, desigualdades entre norte e sul, interior e litoral? Falou das PPP’s; as PPP’s, a primeira foi feita no Governo de Cavaco Silva, mas foi Correia de Campos que as alargou às que existem atualmente. O subfinanciamento, tanto a nível corrente, como de infraestruturas e tecnologia, as convenções e contratos pouco transparentes com os privados, foram fazendo o seu caminho, levando à atual situação de um investimento sem par nos setores privados, que abrem clínicas e hospitais por todo o lado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada, eu só lhe estou a permitir que faça essa questão porque o Dr. Coucelo falou da saúde neste ponto. Está feita a questão?”

Célia Cavalheiro (BE):

“Atacou-me de várias formas, eu tenho que me defender.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada, já colocou a questão. Sr. Deputado Coucelo, quer responder?”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Eu respondo muito diretamente à deputada Célia Cavalheiro. É o seguinte – que já estamos com muito tempo: a saúde não tem que ser lucrativa. Eu demoraria algum tempo a explicar à Célia Cavalheiro o que é isto. A saúde é lucrativa nos privados, e a saúde foi, em tempos, e com alguma gestão criteriosa, lucrativa no público. Eu geri um hospital que recebi falido, e que entreguei ao meu sucessor, na altura, em contos, com cento e cinquenta mil contos para ele gastar naquilo que era prioritário. Tive lucro.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Está respondido. Então, vamos avançar para a votação do Ponto n.º 2.8. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, este ponto foi aprovado por maioria, com cinco (5) abstenções (Partido Socialista e Bloco de Esquerda).

Alguém se opõe a que este ponto seja aprovado por minuta? Então, o Ponto n.º 2.8 foi aprovado por maioria e por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria, com 5 abstenções, dos deputados da bancada do PS e da deputada do Bloco de Esquerda.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro – Agropecuária Valinho, S.A.;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, alguém se quer inscrever? Sr. Deputado Ricardo Ferreira, tem a palavra.”

Ricardo Ferreira (CDS-PP):

“É-nos aqui apresentado um documento para reconhecimento de interesse público a esta exploração agropecuária, e eu confesso que ao ler tudo isto, o difícil para nós foi encontrar algo que estivesse legal nesta exploração. Não se trata, pelo que percebi, simplesmente de um processo de licenciamento do que já existe, mas também de uma ampliação para aquilo que existe. E para justificar isto que estou a dizer, vou ler aqui algumas partes do documento, e até apreciações das entidades que o Município consultou para emitirem pareceres. E começava pela parte em que diz: “À exploração foi atribuída a licença de exploração de águas subterrâneas para captação de água subterrânea, para finalidade de utilização de pecuária (suinicultura), que se encontra fora da validade, uma vez que apenas foi concedida para dez anos.” Depois, na parte que fala do enquadramento nos instrumentos de gestão territorial em vigor, temos: “Em termos de afastamento mínimo da exploração a edificações e áreas habitacionais, verifica-se que a exploração pecuária não cumpre o afastamento mínimo de duzentos metros ao aglomerado populacional.”

A seguir, temos das entidades consultadas pelo Município, que foram a Associação Portuguesa do Ambiente, Guarda Nacional Republicana, a Junta de Freguesia de Vermoil, e a Veterinária Municipal. Ora bem, na análise da Associação Portuguesa do Ambiente, é referido que se encontra a decorrer um processo de contraordenação, ao qual ainda não foi proferida uma decisão, verificando-se que na descrição dos factos ocorridos em 31 de janeiro de 2013, os efluentes pecuários transbordavam o talude da lagoa para o solo, e posteriormente para uma linha de água próxima. Já a Guarda Nacional Republicana, Destacamento Territorial de Pombal, faz referência também a um auto de contraordenação existente, onde a exploração é arguida por utilização do domínio hídrico sem licença. No parecer da Veterinária Municipal, que após deslocação ao local, em julho de 2015, foram reconhecidas as seguintes inconformidades – entre



MUNICÍPIO DE POMBAL

outras, só destacar algumas: entrada da exploração com casa de habitação de rés do chão e primeiro andar ocupada por três funcionários da mesma exploração; presença de maus cheiros no interior e exterior da exploração, com presença de moscas, existência de dejetos provenientes da habitação a desaguar diretamente na ribeira, bem como existência de três lagoas desativadas, com permanência de dejetos e incongruências nas guias de remessa de transporte dos efluentes pecuários com destino à Ambilis.

Ou seja, conclusão disto tudo, é-nos apresentado que a exploração não dá cumprimento aos parâmetros urbanísticos e afastamentos estabelecidos em instrumento de gestão territorial (PDM de Pombal), a exploração é desconforme com servidões e restrições de utilidade pública, nomeadamente a Reserva Ecológica Nacional. E ainda que apresenta diversas não conformidades relativas às necessidades impostas pela Legislação em vigor, no que diz respeito à exploração de atividades pecuárias, condutas de bem-estar animal e saúde pública.

Em suma, parece-nos que no caso desta exploração, como disse no início, difícil é encontrar algo que esteja legal. E por tudo isto que fui mencionando, achamos que são, e têm sido muito maiores os prejuízos para o interesse e saúde públicos, do que aqueles que são os proveitos que aqui são apresentados. Gostava de ouvir sobre isto. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Deputado, muito obrigado.

Quem há pouco ouviu o seu colega Pedro Pinto a pedir-me para eu não me pôr no caminho das empresas privadas, agora não o colocaria no mesmo Partido dele. E nós temos um regime do n.º 165/2014, que é precisamente para isso. Isto é, o Legislador, o Governo entendeu que das duas, uma: ou se chega à conclusão que encerra, ou chega à conclusão que deve cumprir um conjunto de requisitos, em função das circunstâncias em que está a trabalhar, para poder ser viabilizado. Se olhar para a tramitação deste processo, ele foi-me remetido no dia 28 de janeiro, eu ponderei muito sobre o assunto, e no dia 1 produzi um despacho a pedir parecer aos Srs. Vereadores, e só depois de ouvir a resposta deles, e mais algum tempo depois, é que eu achei que devia levar à reunião de Câmara, porque partilho da mesma opinião. Vamos para a outra parte da discussão: esse é o passado, tem razão, está lá descrito. Não precisamos, não queremos, queremos que funcione de outra maneira? Sim, quero. Damos oportunidade de se emendar para poder corrigir e poder ser uma atividade que, por ser necessária, se for bem exercida, é lícita, precisamos dela e importa à nossa economia? Também. E eu acho que esse é o caminho que nós devemos seguir. Dir-me-á: a Câmara pode já matar o assunto, em vez de o remeter para a comissão técnica? Pode. É inteligente fazê-lo? Eu acho que não é. Devemos pôr um crivo, até bastante bem identificado com esse conjunto de circunstâncias, que são pluritemáticas, bem identificadas, fora de uma avaliação em que se diga manifestamente que isto tem de mudar de vida? Eu confesso-lhe que o que quer que seja a resposta da comissão, favorável ou desfavorável, será com certeza uma observação importante para a melhoria da atividade deste promotor, ou de outros quaisquer. E portanto, olho para isto mais nesta perspetiva, do que numa bastante mais tranquila, que nem viria aqui, que era dizer: “Eu não acho nada bem, e não deve vir aqui.” Repare, nós, o que temos feito, mesmo com estas discussões internas, o que temos feito é, quando há esses pedidos, trazer à Assembleia e pedir esse reconhecimento. Posso dizer-lhe que talvez tenhamos agora uma ou duas em processo um bocadinho mais avançado, mas que, por exemplo, pararam agora duas na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, por causa dos afastamentos. Portanto, é um trabalho difícil. Enquanto esta atividade decorre, e isto resulta da própria Lei n.º 160 e do Decreto n.º 165, a atividade pode ser desenvolvida. Parece-lhe que será inteligente o



MUNICÍPIO DE POMBAL

promotor, quando está em processo de licenciamento, ser um incumpridor compulsivo deste conjunto de regras – descarregar ilegalmente, ter guias de transporte de resíduos inadequadas? Ou seja, há ou não há aqui, ou pode haver um fator de alguma forma pedagógico para alteração de uma conduta? Se isso não for alcançado, evidentemente que é “não”; se for alcançado, nós diremos: “E cumpre o resto das regras? Vai haver investimentos nesse sentido?” E nós diremos: “Bem, se até agora funcionou em más condições...”, e repare, tem reclamações, mas não é abundante, porque também está num sítio afastado, apesar de tudo, não cumpre os duzentos metros, mas não prejudica assim visivelmente, percebemos que, se calhar, devemos dar essa oportunidade. E é isto.

Se me disser assim: hoje, aos olhos daquilo que hoje seria utilizado como critério, se fosse um licenciamento novo, isto poderia ser feito aqui? Não. Repare, não vale a pena, não é aqui que deve ser feito. Mas, a vida não é assim, não é uma folha branca em que nós escrevemos o que queremos, e definimos aquilo que vai ser. Há um conjunto de circunstâncias, e portanto, aqui teremos estas. Eu acho, apesar de tudo, que mais vale a pena sujeitar a este crivo, a esta avaliação, dar-lhe um tempo para poder ser resolvido, e depois, de facto, chegar-se à conclusão se é apenas um empatar de circunstância que não nos leva a lado nenhum, e demos essa oportunidade, e tiramos essa decisão, parece-me, apesar de tudo, bastante melhor do que estarmos à partida a dizer já que não, sem aproveitarmos a oportunidade que o Legislador nos deixou. É só isto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.”

Ricardo Ferreira (CDS-PP):

“Sobre esta situação, eu partilho, em parte, dessa opinião, dessa pedagogia. Mas, é importante, se calhar, perceber também – e lá está, a questão da definição que já foi aqui falada, e que não é esse o tema que eu quero trazer, do que é o interesse público, ou até que ponto é que esta exploração contribui para o benefício, ou para o aumento das dinâmicas comerciais no concelho, o que tenho algumas dúvidas – mas, importa perceber também, e nos fatores positivos que vêm aqui neste relatório extenso, que tem a ver com a possível criação de mais um posto de trabalho. Mas, estes três que indica aqui que existem, também são um bocado dúbios no que se refere às condições de habitação dos próprios trabalhadores. E portanto, isso, se calhar, era importante também perceber, quais as condições.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente, não vamos confundir as coisas. O Ricardo falou, e agora a minha intervenção vai no sentido do que ele acabou de falar, sobre aquilo que é a definição – e penso que já foi falado aqui na Assembleia, tenho a certeza de que foi falado aqui na Assembleia – daquilo que é o interesse público municipal, que levanta sempre muitas dúvidas. Mas, neste caso em concreto, nós não estamos em desfavor da iniciativa privada, não é disso que se trata, não é isso que estamos a aprovar; estamos a aprovar a legalização de uma infraestrutura que não está de acordo com a Lei atual. Estamos a permitir que vá ao encontro, certo.

De qualquer forma, nós consultamos a Lei, e grosso modo, aquilo que conseguimos perceber é que a haver alargamento, neste caso, de infraestrutura – e o documento que nos foi apresentado tem essa ressalva, ou seja, vai criar nova construção – só era permitido precisamente para ir ao encontro da legalidade do projeto, à face da Lei atual. E não é isso que está no documento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E para além disso, volto a insistir no ponto de que gostaria que o Sr. Presidente me explicasse claramente o que é que é interesse público municipal, porque essa é que é a grande dúvida, e perceber até que ponto é que nós podemos confortavelmente votar a favor de um documento destes. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer falar? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu vou começar pelo fim. Srs. Deputados, o que o Legislador não quis foi que ficasse na exclusividade do Presidente da Câmara o reconhecimento do interesse público, por isso é que está a vir aqui. Portanto, o que o Legislador disse, quem tem que reconhecer o interesse público municipal é a Assembleia Municipal, depois da Câmara. E o Legislador quis dizê-lo claramente, para dizer assim: os senhores façam o entendimento que quiserem sobre a matéria.

Deixem-me, não indo a essa substância, talvez também facilitar-vos aqui a leitura, ou pelo menos dizer-vos como é que eu olho para este processo. Eu percebo o constrangimento que podemos todos ter, e eu também tenho, de olhar para esta proposta e reconhecer que ao aprovarmos o pedido de reconhecimento de interesse público, estamos aqui a olhar para isto como um fim em si próprio. E se olharmos a isto como um fim em si próprio, diremos “chumbado”. Nós temos que olhar para este reconhecimento de interesse público como um meio para abrir uma discussão que permita uma posterior avaliação. E portanto, a leitura é um bocadinho diferente, até porque, reparem: as obras de ampliação que vierem a ser feitas vão ter que respeitar as obras que estão aí vigentes para ser licenciadas, isso é obrigatório. Portanto, obras executadas, podem acontecer duas coisas: ou se licenciam, com as entidades a dizer que se justifica, apesar de tudo, ou não é possível, tem que demolir. Obras novas, regra nova. Quais são as obras em que as regras não têm que existir? Portanto, ninguém vai julgar que por este reconhecimento fica sem regras para aplicar, até porque, reparem, se é uma obra nova, vai aplicar-se o critério que qualquer obra nova tem que respeitar – afastamentos à extrema, pé direito, REN, RAN, responsabilidade pública, densidades, taxas, funcionalidade, distâncias a outras atividades, e por aí fora. Portanto, isso é o que está aqui. Agora, não podemos identificar que porque está aqui escrito quais são as intenções do investidor, que neste licenciamento, ou neste reconhecimento de interesse público, entra tudo – até pode entrar aquilo que, entretanto, ele faça clandestino. Não, estas instalações têm de ser feitas com uma data que está fixada – podem ser pedidas depois, evidentemente – e depois são avaliadas com um detalhe que, de outra maneira, não seria possível.

Ou seja, eu percebo a preocupação, mas se nós não dermos esta oportunidade, o que se tem que fazer a seguir é “Proceda-se à demolição”. E é isso que eu digo, sob o ponto de vista daquilo que é o esforço municipal na promoção de iniciativa privada, se essa deve ou não deve ser a primeira escolha, ou se deve ser a última. Ora, a jurisprudência e a própria Lei recomendam-na como sendo a última – isto é, esgote lá os meios todos, e às vezes é o próprio tribunal a dizer assim: “Olhe, se está a alterar o PDM, e isto é enquadrável, se os serviços técnicos dizem que é enquadrável, aguarde lá essa circunstância.” Os instrumentos de gestão territorial, é esse apelo que fazem. Se forem manobras flagrantemente violadoras, ou intervenções, evidentemente que não têm espaço para andar. Não se esqueça que depois do final disto tudo, o processo vai ter que ser licenciado pela Câmara, porque a Câmara é a única entidade que emite licenças e alvarás. E portanto, depois de ter os pareceres das entidades, vai ter que voltar à Câmara, e tem vindo à Câmara, a Câmara é que é a entidade com competência, não é aqui a Assembleia Municipal, que apenas é pronunciada para dizer, do seu alto critério do que é o interesse público municipal, dizer “nós reconhecemo-lo”. Mas, Srs. Deputados, olhem para isto como sendo um meio para chegar ao fim, e não vamos dizer aqui assim que o critério de interesse público para a



MUNICÍPIO DE POMBAL

Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal é uma instalação com este pedigree, desculpem a expressão. Não é, não é. Agora, olhamos para o conjunto mais vasto de circunstâncias que nos leva a dizer assim: “Vamos lá tentar isto”. E reparem, nós temos que olhar para o nosso território e perceber como é que ele foi feito, quem eram estas pessoas, que meios é que tinham, com que instrução é que contavam, que esforço é que faziam para ter estas pequenas instalações, todos nós conhecemos instalações destas. Não é o que nós desejaríamos, com o nosso critério, mas é uma realidade e temos que viver com ela. E nós temos que o fazer. O trabalho que nós tivemos há uns anos atrás quando houve a alteração da dimensão das instalações das suiniculturas domésticas, muitos dos Srs. Presidentes de Junta se recordam disto, em que havia sistemática conflitualidade com os vizinhos por causa do número de porcas que existiam, mas que eram assuntos que eram tratados com meios de proximidade, que tinham que ser resolvidos por questões de economia local. Hoje é difícil. Tanto fizemos isto de tal maneira que hoje olhamos para os efetivos registados, por exemplo, em gado bovino e caprino no Concelho de Pombal, e dizemos assim: “Pois, o Concelho de Pombal chegou a ter quatro mil vacas leiteiras, e agora tem trinta.” E portanto, são estas circunstâncias, vistas de diversas maneiras, que vão limitando essa capacidade. Aos olhos de hoje, muitos dos aviários, quer de frangos, quer de galinhas, que existem no concelho, seriam licenciados? Não. Mas, há quarenta anos atrás, há trinta anos atrás, as condições que tinham eram as que era possível, não vale a pena. Portanto, são processos, que temos que ir olhando para eles com esta flexibilidade, porque a construção do nosso território é assim que se faz.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2.9. Quem vota contra? Dois (2) votos contra (CDS-PP). Quem se abstém? Quatro (4) votos de abstenção (PS). O Bloco de Esquerda não se encontra. Foi aprovado por maioria.

A Assembleia deliberou, por maioria, com 2 votos contra dos deputados do CDS e 4 abstenções, dos deputados da bancada do PS. A Deputada do Bloco de Esquerda já não se encontrava na sala, por se ter ausentado e por esse facto não votou.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

A deputada Elisabete Alves (PS), fez a seguinte declaração de voto:

“Muito obrigada, Sra. Presidente.

Esta Bancada pretende fazer uma declaração de voto relativamente ao voto de abstenção que acabámos de fazer, precisamente pelo conteúdo dos documentos que nos foram facultados para análise deste ponto, e cuja parte desse conteúdo já foi aqui referida pelo deputado Ricardo, que nos escusamos de repetir, e que também nos preocupa.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Coucelo, também tem uma declaração de voto.”

O deputado João Coucelo (PPD/PSD), fez a seguinte declaração de voto:

“A minha declaração de voto é neste sentido: ouvindo as explicações aqui dadas, e depois de ler os documentos que sustentam a posição defendida por esta Bancada, votei favoravelmente porque considero que este projeto, tal como o Sr. Presidente da Câmara disse, só tem pés para andar depois de cumpridos todos os requisitos dos diversos diplomas associados ao licenciamento, nomeadamente ao nível da promoção, bem-estar animal e do ambiente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos e ar. E evidentemente que só depois de serem cumpridos estes requisitos é que estas instalações terão condições para funcionar.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

“Muito obrigada, Sr. Deputado.”

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Reconhecimento do Interesse Público Municipal do Projeto Bacia de Saneamento do Carriço, Moita do Boi e Antões - 4.ª fase – Rede de drenagem dos lugares de Alhais, Claras, Silveirinha Pequena, Silveirinha Grande, Vieirinhos e Fontinha e estação elevatória de Alhais;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, alguém se inscreve? Sr. Presidente, quer apresentar? Então, vamos à votação deste ponto. Quem é que vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Alguém se opõe a que este ponto seja aprovado por minuta? Então, o Ponto n.º 2.10 foi aprovado por unanimidade e por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Regulamento da Feira de Gado do Castelo;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer apresentar aqui? Alguém se inscreve neste ponto? Sr. Deputado João Santos, faça favor.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Muito boa noite (há pouco era boa tarde). Peço que me relevem o facto de estar sentado, mas é para ser mais rápido, porque temos às vinte e uma e trinta o concerto inserido nas comemorações do 25 de abril, e acho que todos os que temos bilhete temos interesse em ir ao concerto.

Relativamente a este ponto, a minha intervenção não tem que ver com a proposta de redação, mas pode inserir-se aqui naquilo que são os considerandos desta proposta de regulamento. Falo, porque a Feira de Gado do Castelo localiza-se na Freguesia de Vila Cã, eu sou de Vila Cã, e é nessa qualidade. E em boa hora, há uns anos a esta parte, penso que nos anos de 2001, 2002, 2003, nessa altura, o Município de Pombal e a Junta de então encetaram esforços para que a feira não fosse encerrada, como veio a acontecer mais tarde com a Feira de Gado do Casal Fernão João. Na altura, os meus fregueses costumam contar essa história, houve uma intervenção militar da GNR num dia, para que a feira fosse encerrada, e o Município e a Junta de Freguesia encetaram e fizeram os esforços necessários para que a feira se legalizasse e se mantivesse ativa.

E esse esforço tem vindo a ser feito, prova disso é o regulamento que hoje aqui vem para, obviamente, conformar e uniformizar com aquilo que é a Legislação e os normativos em vigor, quando o que seria mais fácil para o Município era deixar cair, uma vez que sabemos que a atividade da pastorícia é praticamente, hoje em dia, residual no país – não só na zona, mas no país – e o mais fácil seria deixar cair, ou deixar para segundo plano esta prioridade. E ainda bem que o Município não o faz, e saudá-lo aqui por isso.

Mas, uma vez que fizemos esta travessia no deserto e que aguentámos até agora, deixava aqui um desafio e um repto para futuro, que não é fácil, confesso que eu próprio não tenho a solução



MUNICÍPIO DE POMBAL

mágica – se tivesse, partilhava convosco – mas, gostava que houvesse aqui alguma estratégia de futuro quanto àquilo que deve ser esta Feira de Gado do Castelo. Este papel deveria ser, em primeiro lugar, da Junta de Freguesia, ou sobretudo da Junta de Freguesia, mas penso que poderíamos em conjunto pensar numa estratégia de futuro para esta feira, para que não caia, para que haja divulgação porventura, possivelmente, desta feira junto de outros certamente da área no país, que haja aqui alguma forma de atração daquilo que são os participantes na feira, sejam os vendedores, sejam os compradores, que haja aqui uma valorização da localização, porque, efetivamente, a feira encontra-se junto ao IC8, que acaba por ser a porta de entrada do interior do nosso país, porventura a zona do país com maior atividade pastorícia, e até porventura aqui inserido numa estratégia conjunta de valorização e promoção turística da Serra de Sicó. Não sei, isto tudo que eu estou a dizer, para quem me está a ouvir, e porventura para o Sr. Presidente, deverá estar a pensar que isto, na teoria, é tudo muito bonito, tudo isto que eu estou a dizer é tudo muito bonito, mas falta executar e falta a prática. E eu, como disse há pouco, confesso que não tenho a solução mágica para que isto possa acontecer, mas dentre as muitas preocupações e prioridades que o Município tem, peço aqui que acrescentem mais esta preocupação e esta prioridade, porque aqui a revitalização – mais do que a manutenção, a revitalização da Feira de Gado do Castelo poderá ser importante para o Município de Pombal, mas sobretudo para a Freguesia de Vila Cã. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer dizer alguma coisa?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim, só duas notas rápidas. A primeira para dizer ao Sr. Deputado que isto é um equipamento municipal, e os equipamentos municipais são geridos pela Câmara Municipal, porque interessam a qualquer produtor, do nosso território ou de fora dele, para fazer as respetivas alienações. A segunda, sabe que os Presidentes de Câmara – e olhando aqui para o Eng.º Narciso Mota – tudo o que é gado, rebanhos caprinos e ovinos, as coisas não correm bem, e ele sabe o que é que eu estou a dizer. Portanto, não somos as pessoas mais indicadas para fazer essa exortação para os rebanhos de gado. Mas, é uma iniciativa privada, se calhar para as pessoas mais novas também faz algum sentido desenvolver este projeto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Vamos, então, à votação do Ponto n.º 2.11. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.11 foi aprovado por unanimidade.”

Alguém se opõe a que seja também aprovado por minuta? Foi aprovado, então, este ponto por unanimidade e por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a contratação de fornecimento de energia elétrica – Pedido de autorização de despesa e assunção de compromissos para os anos económicos seguintes;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, Sr. Presidente, quer usar da palavra? Alguém se inscreve para usar da palavra neste ponto? Não havendo inscrições, vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.12 foi aprovado por unanimidade.

Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer intervir aqui? Alguém se inscreve? Sr. Presidente Humberto Lopes, e depois o Sr. Deputado António Pires. Sr. Presidente Humberto Lopes, faça favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

No fundo, venho aqui, e em nome de uma freguesia, fazer um pedido de esclarecimentos. Fui interpelado por duas associações da freguesia, que todos os anos têm promovido as Festas de S. Pedro, o Rancho Folclórico e a Associação Desportiva, que me questionaram diretamente, ontem, que critérios é que foram utilizados pelo Município, porque viram uma notícia no jornal, não tem a ver com estes apoios em concreto, mas com uma notícia que está aqui no Correio de Pombal, um apoio de sessenta e seis mil e quinhentos euros (66.500€) que a Câmara deu a associações e eventos, mostras gastronómicas nas freguesias. Eu não tive justificação; o que eu disse diretamente aos dois responsáveis das duas associações é que não conhecia os critérios, a Junta de Freguesia de Almagreira não foi consultada sobre esse tema. O que eu posso dizer aqui publicamente – foi esse compromisso que eu tive com as duas associações, o Grupo Folclórico Etnográfico e a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Almagreira, que nos últimos anos têm feito um esforço enorme para manter vivas as Festas de S. Pedro, em Almagreira, são festas que, é óbvio, não têm a dimensão que nós gostaríamos de ter, e falo aqui com o bairrismo óbvio de quem está à frente de uma freguesia, porque não tem apoios. E vendo aqui outro tipo de apoios, certamente as festas têm tudo para crescer, porque relembro, aquelas festas, além das tasquinhas, a parte gastronómica, tem o festival de folclore também integrado – ou seja, foi feito um esforço enorme nos últimos anos para agregar todas aquelas associações num evento comum, como é óbvio, para tentar poupar e tentar fazer um grande evento. Fico só triste por isso, e o apelo que eu faço ao Executivo, e certamente terão isso em consideração, é que não se esqueçam de Almagreira e das Festas de S. Pedro, porque também vejo aqui as Festas de S. Pedro, de Albergaria dos Doze, exatamente com o mesmo nome. E portanto, é compararem, é uma crítica que deixo, e um apelo. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Agora tem a palavra o Sr. Deputado António Pires.”

António Pires da Silva (NMPH):

“Obrigado, Sra. Presidente. Eu só gostava de questionar o Sr. Presidente sobre esta documentação que vem anexa a este pedido de apoio. Eu não quero de maneira alguma, sinceramente, contribuir para polémica, porque sei que é um assunto que tem causado alguma



MUNICÍPIO DE POMBAL

polémica, e que mexe com questões que têm a ver muito com a sensibilidade das pessoas, e estas questões dos cemitérios devem ser tratadas com muito cuidado, mas eu devo dizer que não percebi a documentação que está anexa a este pedido de apoio. Não entendi, fiz a leitura, há aqui um conjunto de informações que, às vezes, atrapalham a nossa decisão. E gostava de saber se viu esta informação, porque há aqui apoios que foram dados e que não há adjudicação, valor de adjudicação, outras informações que foram pedidas, foram questionadas as Juntas, e depois não responderam. Não queria dar muito interesse a isso, mas gostava de saber, e depois o próprio valor do apoio. Pronto, só gostava de saber qual foi exatamente o critério, e se esta informação, era necessário vir cá. Gostava de saber a sua opinião.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Vamos começar pelo princípio. Sr. Deputado Humberto Lopes, esta publicação que foi agora tornada pública, que resulta de uma atualização dos valores, tem exatamente os mesmos critérios dos últimos vinte e cinco anos – exatamente os mesmos critérios. E portanto, o que se tem mexido tem sido os valores dos apoios, e tem-se mantido um critério, que é o critério de não fazer apoios a festas de carácter religioso. Tem sido o critério. E se olhar para o conjunto das entidades, e das entidades promotoras, elas não têm carácter religioso. Se me perguntar por que razão é que a Associação Cultural e o Folclore nunca pediram os apoios, eu não lhe sei responder, mas não é um processo novo; é um processo antigo, tem um processo histórico que lhe está associado. Para todos os efeitos, os grupos folclóricos têm um apoio anual para as suas atividades, que inclui também os festivais de folclore. E portanto, é matéria que tem sido utilizada desta forma, não foi acrescentada nenhuma entidade, e em alguns casos, inclusive, quando não existiam comissões formalmente organizadas – lembro-me, por exemplo, do Louriçal – nem havia apoio. Nem havia apoio. E foi preciso constituir a Associação Critérios e Tradições (julgo), no Louriçal, para serem beneficiários desse apoio, porque não existia esse apoio, porquanto era uma realização – e isso foi discutido na Câmara também – que estava associada às Festas de Nossa Senhora da Boa Morte, e que não tinham a componente de outro tipo de promoção. E ainda há dois anos atrás tivemos essa discussão precisamente na Câmara, quando se questionou a circunstância de o apoio ser para as festas, e haver partes da festa que eram pagas, e que o Sr. Presidente da Junta rapidamente resolveu o assunto, e no ano passado já não houve pagamento desses valores. Por quê? Porque era a mostra comercial e associativa que tinha este respetivo apoio. As Festas de Santo Elias, em Carnide, não têm apoio; as Festas dos Matos da Ranha não têm apoio; as festas anuais da Charneca não têm apoio; as da Pelariga, o S. João, não têm apoio; as Festas das Meirinhas não têm apoio. O Festival da Fava tem apoio; a Alitêm tem apoio; as comemorações da batalha da Redinha, de 1811, têm apoio; a FAGO tem apoio. Não é questão de 15 de agosto, a recriação da Feira Quinhentista em Abiul tem apoio; a tourada em Abiul não tem apoio. As procissões não têm apoio. Portanto, esse foi o critério que eu sempre me lembro que esteve em uso nesta casa. Mas, podemos fazer essa discussão. Reparem, este será o quarto ano em que as Tabernas da Mata Mourisca apareceram, não era uma iniciativa religiosa. O critério que tem sido utilizado tem sido este. Vai-me dizer assim: “Bem, e então aquelas festas que coincidem em datas religiosas, mas não são religiosas?” Temos que discutir. Repare, é completamente diferente fazermos a discussão se o Centro Social de S. Pedro, em Albergaria dos Doze, celebra S. Pedro para angariar fundos para o lar, ou se faz as Festas de S. Pedro para fazer um altar novo a S. Pedro. É diferente. Se as festas anuais de Santo Elias é para reverterem para os fundos da capela da Igreja, não devem ter apoio da Câmara. Está a ver? Portanto, tem



MUNICÍPIO DE POMBAL

sido o critério que temos utilizado. E portanto, parece-me que é pacífico, tem sido, mas podemos sempre discuti-lo.

Sr. Deputado António Pires, eu não sei o que é que gostaria que eu lhe explicasse. Eu vou tentar explicar aqui algumas matérias que distinguem o critério de apoio da Câmara. Por exemplo, a Câmara não entende que deva financiar gaweões de digestão anaeróbia ou de construção física subterrânea. A Câmara não o usa nos cemitérios municipais, parece-me ser uma obra de absoluto interesse do particular, e não tanto para a boa gestão do cemitério, e portanto, nós não financiamos. E portanto, aqui está excluído um valor que não foi contemplado.

As obras não são todas iguais. As obras do Cemitério de Abiul tinham uma complexidade sob o ponto de vista do acesso e das características do terreno, que não tinha nada a ver com a ampliação do Cemitério do Carriço, por exemplo, que eram terrenos bastante mais favoráveis, ou a ampliação do Cemitério da Guia, que foram feitos agora. Portanto, isto serve de referência sobre os valores de adjudicação e as participações correspondentes, sendo que em alguns casos – como por exemplo, tem aqui observado, no Cemitério de S. Simão, tem aqui também arranjos urbanísticos. Ora, arranjos urbanísticos em espaço público, entra na empreitada do cemitério, mas é uma área envolvente ao próprio cemitério, e portanto, acaba por ter aqui um tratamento diferente.

Isto é, a Câmara separa aquela que é, na maior parte dos casos, a única, ou das poucas fontes de receita das freguesias, que são os cemitérios, seja nos serviços prestados, seja nas vendas que promove. Não parece fazer muito sentido que a Câmara tenha que suportar a integralidade dos valores de investimento. Por quê? Porque este é um equipamento que é gerador, ele próprio, de receita, e portanto, deve ter na gestão da Junta – no meu entendimento, mas cada um fará como entender – uma gestão que lhe permita fazer pelo menos a gestão normal do cemitério – pagar o cantoneiro, pintar as paredes, lavar os telhados das instalações de apoio, da capela ou da casa mortuária que possa existir, fazer alguma calçada. Quando são obras novas de ampliação – e percebemos isto também pela questão demográfica que vivemos – eu percebo que as Juntas tenham mais dificuldade. Mas, em nenhum caso pagamos cem por cento (100%). E portanto, fazemos esta avaliação com base neste critério, que previamente é articulado com os Srs. Presidentes de Junta, evidentemente. Em alguns casos, inclusivamente, temos uma participação, que pode ser quase total, do terreno, também já aconteceu. Agora, não faz sentido que seja a Câmara a fazer a aquisição dos terrenos. Por quê? Porque quem dá as concessões para os cemitérios é a Junta de Freguesia, e não deve fazer sobre um património que lhe é alheio. E portanto, nós financiamos, integra o património da freguesia, e a freguesia, por sua vez, faz a sua gestão, assim como faz a respetiva regulação dos termos, e dos preços, e por aí fora. Os Srs. Presidentes de Junta, há muitos anos – eu ainda era Presidente de Junta e já fazia essas reuniões – procurávamos, de certa forma, articular entre todos os valores de utilização dos cemitérios, e ainda há valores muito diferentes – temos aqui cemitérios com quatrocentos (400€) ou quinhentos euros (500€), e temos aqui outros de mil e duzentos (1.200€). Até para morrer é preciso ter sorte na freguesia em que se está, mas isso é o critério da autonomia local, temos que respeitar.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Vamos, então, passar à votação deste ponto, do Ponto n.º 2.13. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.13 foi aprovado por unanimidade.

Alguém se opõe a que o mesmo seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao último ponto, apenas para conhecimento, mas antes disso, queria apenas agradecer-vos a vossa paciência por estarem aqui, estamos aqui há seis horas e dez minutos. Efetivamente é muito tempo, mas vamos acabar, então, com chave de ouro. Eu digo, na próxima reunião, eu peço a vossa capacidade de síntese, para isto não se arrastar assim tanto. Mas, enfim.”

Ponto 2.14. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer dizer alguma coisa neste ponto? Alguém se quer inscrever? Não havendo inscrições, passamos á votação.”

A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Queria desejar muito boa noite a todos, um bom feriado, e até à próxima reunião, em junho. Não se esqueçam de amanhã vir às cerimónias do 25 de abril.”

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e duas horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: